

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021

27 DE MARÇO DE 2021

ÍNDICE

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	3
3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO	12
4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2021	15
ANEXO 1 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009	19
10. Comentários dos Diretores	144
ANEXO 2 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021	190
ANEXO 3 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009	198
13.Remuneração dos Administradores	198
ANEXO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL	222

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Com o objetivo de facilitar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual para a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia"), a ser realizada em 29 de abril de 2021, às 13:00h.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a participar da Assembleia Geral para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2020 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2021;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixação da verba global da remuneração dos administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022;
- (5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022, bem como fixação da respectiva remuneração.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado de nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para orientá-los.

2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.1. – PARTICIPAÇÃO ELETRÔNICA

Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia do COVID-19 e conforme autorizado pelo § 2º- A do Artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 e pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM nº 481/2009, a Assembleia Geral será realizada de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma **Microsoft Teams** ("Plataforma Digital"), podendo os acionistas participar e votar pelo referido sistema eletrônico ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim

de Voto a Distância (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Instrução CVM nº 481/2009.

Para participar e votar por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail dri@usiminas.com, **até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral (isto é, até às 13h00m do dia 27 de abril de 2021)**, consoante o previsto no §3º do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009 ("Solicitação de Acesso"). Os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso para participar da Assembleia até o dia e horário acima mencionados não poderão participar da Assembleia. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

A Solicitação de Acesso deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu procurador que participará da Assembleia, além das cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

2.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

2.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (ex.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia; e
- No caso de Fundos de Investimento: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política

de voto do fundo e a documentação societária que comprove a representação legal do administrador ou gestor (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, o instrumento de procuração, o qual deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e
- Documento de identificação do procurador com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma nos instrumentos de procuração.

A Solicitação de Acesso que seja apresentada pelo representante de mais de um acionista deverá, obrigatoriamente, conter as vias digitalizadas da documentação de representação necessária para a habilitação de cada acionista a ser por ele representado na Assembleia, conforme indicado acima.

2.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, sendo dispensados os procedimentos de apostilamento, notariação e consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

2.1.5. ORIENTAÇÕES PARA ACESSO À PLATAFORMA DIGITAL

Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia encaminhará aos acionistas (ou a seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que tenham apresentado sua Solicitação de Acesso no prazo e nas condições acima descritas, por e-mail, os convites individuais de acesso à Plataforma Digital e as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na Assembleia, incluindo a senha necessária para tanto.

Os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso no prazo acima referido (até às 13h00min do dia 27.04.2021) não poderão participar da Assembleia.

O acionista que tenha enviado devidamente sua Solicitação de Acesso e não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da Assembleia até às 23h59min do dia 27.04.2021, deverá entrar em contato com a Companhia até às 18h00min do dia 28.04.2021, pelo telefone (31) 3499-8856, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital. A Usiminas não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista ou do seu representante. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). A Companhia recomenda ainda aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na Assembleia com, pelo menos, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da Assembleia, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

O acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à Assembleia (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista

(ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia Geral mediante o preenchimento e envio do documento denominado Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que estará disponível para impressão, separadamente, nos *sítes* da Companhia (www.ri.usiminas.com), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Para tanto, o Boletim deverá ser recebido pela Companhia, conforme instruções abaixo, até 22.04.2021 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco até 22.04.2021 (inclusive), durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X

Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador até 22.04.2021 (inclusive).

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento do Boletim por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os Boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia até 22.04.2021 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.2.3. Mediante encaminhamento do Boletim Diretamente à Companhia

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 e 2.2.2 acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim (que estará disponível para impressão, separadamente, nos *sítes* da Companhia, da CVM e da B3), preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com a cópia dos documentos descritos abaixo, (i) para o endereço de *e-mail* **dri@usiminas.com**; ou (ii) para o seguinte endereço postal: Edifício Amadeus Business Towers, na Avenida do Contorno, nº 6.594, 11º andar, Bairro Lourdes, em Belo Horizonte/MG, CEP 30110-044, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (ex.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;

- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro ou o apostilamento, notariação ou consularização daqueles emitidos fora do País, sendo exigida, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

O Boletim, acompanhado dos documentos acima indicados, deverá ser recebido pela Companhia até 22.04.2021 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, sobre o seu recebimento e sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, ele será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

2.2.4. Informações Gerais

A Companhia ressalta que:

- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 22.04.2021, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo durante a realização da Assembleia Geral,

mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;

- não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia Geral ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da Assembleia Geral, independente da data de envio do Boletim, sendo que caso o acionista aliene ações entre a data de envio do Boletim e a data de realização da Assembleia Geral, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;
- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia Geral; e
- conforme previsto no artigo 21-X da Instrução CVM nº 481/2009, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia Geral ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”) convocados para se reunirem no dia 29 de abril de 2021, às 13:00 horas, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), **por meio exclusivamente digital**, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”), conforme alterada, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2020 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2021;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixação da verba global da remuneração dos administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022;
- (5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022, bem como fixação da respectiva remuneração.

Todos os documentos pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia estão à disposição dos acionistas nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.usiminas.com/>), bem como na sede da Usiminas.

INSTRUÇÕES GERAIS AOS ACIONISTAS:

Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia do COVID-19 e conforme autorizado pelo § 2º-A do Artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 e pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, podendo os acionistas participar e votar pelo referido sistema

eletrônico ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto a Distância (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Instrução CVM 481.

Para participar e votar por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail dri@usiminas.com, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral (isto é, até às 13:00h do dia 27 de abril de 2021), consoante o previsto no §3º do Artigo 5º da Instrução CVM 481. Os acionistas que não enviarem a solicitação para participar da Assembleia até o dia e horário acima mencionados não poderão participar da Assembleia. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

O acionista deverá, ainda, enviar à Companhia cópias dos seguintes documentos pelo e-mail acima mencionado: (i) documento de identificação com foto; (ii) documentos que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica; (iii) no caso dos acionistas representados por procuração, instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicável; e (iv) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso.

Em resposta ao e-mail anteriormente referido, a Companhia enviará aos acionistas que estejam aptos a participar da Assembleia Geral as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o acionista também poderá exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância. Neste caso, até o dia 22 de abril de 2021 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: 1) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, no caso dos acionistas com ações registradas nos livros da instituição responsável pelo serviço de ações escriturais; 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia.

Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia, o qual está à disposição dos acionistas nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.usiminas.com/>).

Belo Horizonte, 27 de março de 2021.

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente do Conselho de Administração

4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2021

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2021, às 13:00 horas, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), por meio exclusivamente digital:

4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

Em conformidade com o artigo 9º, *caput* e § 1º, da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 1 ao presente Manual, os seguintes documentos:

- I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2020;
- II - Parecer dos Auditores Independentes;
- III - Cópia das Demonstrações Financeiras;
- IV - Parecer do Conselho Fiscal;
- V - Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes;
- VI - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- VII - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- VIII - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP; e
- IX - Parecer do Comitê de Auditoria.

4.2. Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2020 e a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2021.

A Administração da Companhia submete aos acionistas a proposta de destinação dos resultados face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31.12.2020, no montante total de R\$672.789.841,20 (seiscentos e setenta e dois milhões, setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte centavos) que, deduzido da parcela destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$33.639.492,06 (trinta e três milhões, seiscentos e trinta e nove mil quatrocentos e noventa e dois reais e seis centavos), perfaz um lucro líquido ajustado total de R\$639.150.349,14 (seiscentos e trinta e nove milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos).

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11.02.2021, do montante total de R\$639.150.349,14 (seiscentos e trinta e nove milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos), apurado a título de lucro líquido ajustado para o exercício social findo em 31.12.2020, o valor equivalente a (i) R\$159.787.587,29 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos) deverá ser distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas, na forma do artigo 24, § 5º, do Estatuto Social; (ii) R\$319.575.174,56 (trezentos e dezenove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) deverá ser destinado à Reserva para Investimentos e Capital de Giro, na forma prevista no artigo 24, § 4º, do Estatuto Social; e (iii) R\$159.787.587,29 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos) deverá ser retido com base no orçamento de capital apresentado pela administração da Companhia, na forma prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976 e no artigo 24, § 6º, do Estatuto Social, conforme proposto pela Administração da Companhia.

Para melhor compreensão da proposta de destinação dos resultados, o Anexo 2 ao presente Manual contém as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481/2009, bem como a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2020.

4.3. Proposta da Administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento.

Conforme mencionado no item 4.2. acima, o valor dos dividendos a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária para distribuição aos acionistas é de R\$159.787.587,29 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), o qual equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O valor dos dividendos a serem aprovados na Assembleia corresponde a R\$ 0,119923828 por ação ordinária e R\$ 0,131916211 por ação preferencial.

A Administração da Companhia propõe que os dividendos acima referidos sejam pagos no dia 31.05.2021 aos titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na data base de 29.04.2021. Consequentemente, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas “ex dividendos” a partir do dia 30.04.2021. O valor do dividendo proposto não estará sujeito à atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de declaração pela Assembleia Geral e a data de seu efetivo pagamento, bem como está isento de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/1995.

4.4. Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022.

Em reunião realizada em 24 de março de 2021 o Conselho de Administração aprovou propor aos acionistas a fixação da remuneração global dos Administradores, para o período até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, no valor de até R\$34.465.745,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais). Neste sentido, em conformidade com o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 3 ao presente Manual, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28.04.2020 foi de R\$32.427.303,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e três reais).

O quadro a seguir demonstra o valor efetivamente pago pela Companhia a seus administradores desde a Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2020:

	Remuneração Global Paga até o momento (Maio/20-Fev/21)
Conselho de Administração	R\$ 2.853.500
Diretoria Estatutária	R\$ 20.221.240
Total	R\$ 23.074.740

A diferença entre os valores aprovados e os valores efetivamente pagos é de R\$ 9.352.563,00. Tal diferença justifica-se principalmente em função do seguinte:

- Tendo em vista que a remuneração global dos administradores foi aprovada para o período compreendido entre maio/2020 e abril/2021, ainda estão pendentes de pagamento os valores correspondentes à remuneração e benefícios dos administradores para os meses de março e abril de 2021, cujo valor previsto é de R\$ 4,5 milhões.
- O valor orçado como reserva na remuneração global dos administradores, não foi utilizado, restando um saldo de R\$ 1,54 milhões.

A diferença entre os valores propostos no exercício social anterior e no presente exercício justifica-se pelos seguintes motivos, desconsiderando-se as reservas:

- *Ajuste Remuneração do Conselho de Administração (+ R\$ 342,7 mil)*
- *Ajuste Remuneração da Diretoria + Incentivo Curto Prazo (+ R\$ 365,8 mil);*
- *Ajuste Incentivo de Longo Prazo – ILP (+ 793,60)*
- *Inclusão do ticket refeição para a Diretoria com sede em Belo Horizonte (+ R\$ 46,2 mil);*

4.5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022, bem como fixação da respectiva remuneração.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho Fiscal:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Wanderley Rezende de Souza	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo NSC
Sérgio Carvalho Campos	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas
Paulo Frank Coelho da Rocha	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo TT
Samuel Tadayuki Kaji	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo NSC
Lúcio de Lima Pires	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas
João Paulo Minetto	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo TT

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 4 ao presente Manual.

A Companhia propõe que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.

ANEXO 1 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

1) CONJUNTURA ECONÔMICA

Dados da World Steel Association (WSA) mostram que a produção de aço bruto em 2020 alcançou 1,864 bilhão de toneladas, com queda de -0,9% na comparação 2019. A retração atingiu vários dos principais países produtores. Dentre os 5 maiores, destaque para as quedas na Índia (-10,6%), Japão (-16,2%) e Estados Unidos (-17,2%). Já China e Rússia tiveram aumentos de 5,2% e 2,6%, respectivamente. No Brasil, a produção de 31,0 milhões de t em 2020 significou um recuo de -4,9% em relação a 2019.

De acordo com o Instituto Aço Brasil o ano de 2020 foi surpreendente para todos. O consumo de aço no país encerrou o ano de 2020 em alta de 1,2% frente ao ano anterior. No mercado de aços planos a demanda apresentou retração suave de 0,5%, com estabilidade na parcela de vendas internas e queda de 7,7% nas importações, que responderam por 10,8% do volume consumido do ano. As exportações de produtos acabados planos das usinas, por outro lado, recuaram 30%, para 1,6 milhão de toneladas.

Os números do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA) reforçam a dinâmica de queda seguida de forte recuperação no mercado de aços planos. As vendas no 2S20 foram, em média, 23% superiores às registradas em igual período de 2019 e fecharam o ano com alta de 6,6%. Os estoques permanecem em patamares historicamente baixos, com giro de 2,3 meses.

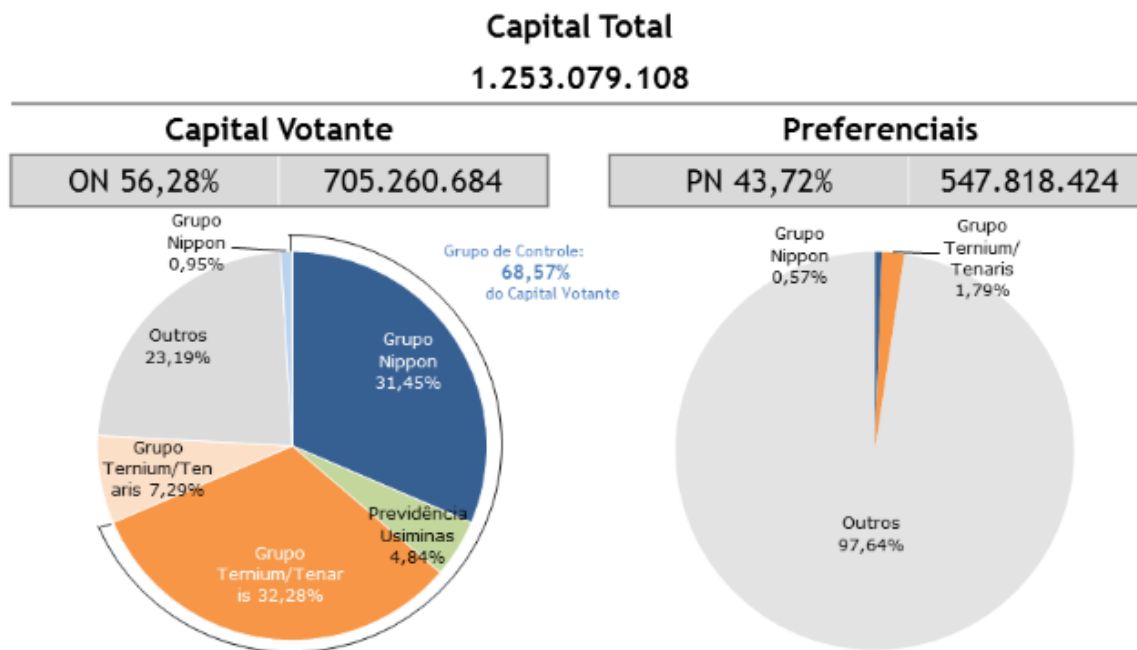
O segmento cliente da Usiminas mais impactado pela pandemia foi o setor automotivo, com a produção nacional de automóveis reduzindo 31,6% na comparação com 2019, segundo dados da ANFAVEA. Já os clientes industriais apresentaram um aumento nos volumes comprados, principalmente Construção Civil e Linha Branca, refletindo os esforços da Usiminas em atender setores que mostraram maior resiliência ao longo de 2020.

2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com um departamento de Auditoria Interna, subordinado diretamente ao Comitê de Auditoria. Ele tem a missão de monitorar as boas práticas e avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 68,57% do capital votante.



Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e cinco vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com oito membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2020	2019
Honorários	13.463	15.248
Encargos sociais	2.844	3.934
Planos de aposentadoria	321	343
Provisão de remuneração variável	8.477	3.298
Total	25.105	22.823

Em 31 de dezembro de 2020, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$20.336 (31 de dezembro de 2019 - R\$17.908).

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes. O Estatuto Social da Companhia também prevê que o Conselho de Administração é responsável por autorizar a contratação de quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, levando-se em consideração a recomendação do Comitê de Auditoria.

A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2020, assim como das informações trimestrais de 30/09/2020, 30/06/2020 e 31/03/2020.

Conforme Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que não contratou outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R\$ milhões - Consolidado	2020	2019	Var. 2020/2019
Volume de Vendas Aço (mil t)	3.723	4.105	- 9%
Volume de Vendas Minério (mil t)	8.683	8.616	1%
Receita Líquida	16.088	14.949	8%
EBITDA ajustado	3.194	1.973	65%
Margem EBITDA ajustado	20%	13%	+ 7 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	1.292	377	243%
Investimentos (CAPEX)	799	690	16%
Capital de giro	2.936	4.243	- 31%
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.868	1.921	153%
Dívida líquida	1.105	3.189	- 65%
Dívida líquida/EBITDA Ajustado (x)	0,3	1,6	- 1,3%

Receita líquida

A receita líquida em 2020 alcançou R\$16,1 bilhões, elevação de 8% em relação a 2019 (R\$14,9 bilhões), representando a maior receita líquida anual da história da Usiminas, principalmente pela elevação da receita líquida na Unidade de Mineração (+R\$1,9 bilhão vs. 2019).

Distribuição da Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida	2020	2019
Mercado Interno	73%	82%
Mercado Externo	27%	18%
Total	100%	100%

Custos dos produtos vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos - CPV em 2020 totalizou R\$12,8 bilhões, uma redução de 2% em relação ao registrado em 2019 (R\$13,1 bilhões).

O custo dos produtos vendidos - CPV da unidade de Siderurgia foi de R\$11,5 bilhões em 2020, 2,5% inferior em relação ao ano anterior (2019: R\$11,8 bilhões), dado o menor volume de aço vendido no período. Em 2020 o CPV por tonelada foi de R\$3.083/t, um aumento de 7,5% em relação a 2019 (R\$2.868/t), principalmente devido ao maior custo de produção unitário no período.

Na Mineração, o custo dos produtos vendidos - CPV totalizou R\$1,5 bilhão em 2020, 29,5% superior ao de 2019 (R\$1,1 bilhão). Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$170,7/t, um aumento de 28,5% em comparação a 2019 (R\$132,8/t), em função do maior volume de vendas para a exportação em 27,7%.

Despesas e receitas operacionais

As Despesas com vendas no ano foram de R\$398 milhões, elevação de 38% em relação ao ano de 2019 (R\$289 milhões), principalmente por maiores provisões para devedores duvidosos na Unidade de Siderurgia e maiores despesas com vendas na Unidade de Mineração.

Em 2020, as Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$427 milhões, em linha com o apresentado no ano anterior (2019: R\$427 milhões).

Outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$337 milhões, R\$724 milhões superior ao registrado em 2019 (R\$387 milhões negativos), principalmente por: (i) registro de R\$731 milhões positivos na rubrica de Impairment (2019: R\$16 milhões), e que não têm efeito no EBITDA Ajustado e (ii) vendas de ativos, no valor de R\$174 milhões (2019: R\$6 milhões), sendo parcialmente compensado por maiores despesas com ociosidade, que alcançou R\$333 milhões em 2020, R\$56 milhões superiores a 2019 (R\$277 milhões), principalmente relacionados aos equipamentos temporariamente desligados na Unidade de Siderurgia em decorrência da pandemia da COVID-19. Ainda em 2019 foram reconhecidos R\$117 milhões relacionados a processo transitado em julgado do empréstimo compulsório à Eletrobras na Unidade de Siderurgia, sem efeito similar em 2020.

Assim, as Receitas (despesas) operacionais foram de R\$488 milhões negativos em 2020 (2019: R\$1,1 bilhão negativo).

EBITDA ajustado

Demonstrativo do EBITDA		
Consolidado (R\$ mil)	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.291.743	376.691
Imposto de renda / Contribuição social	554.230	65.981
Resultado financeiro	1.082.492	509.839
Depreciação e amortização	1.000.223	991.785
EBITDA - Instrução CVM 527	3.928.688	1.944.296
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas	(159.759)	(180.735)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	155.345	193.023
Impairment de Ativos não financeiros líquido de realização	(730.654)	16.426
EBITDA Ajustado	3.193.620	1.973.010

Em 2020, o EBITDA Ajustado alcançou R\$3,2 bilhões, uma elevação de 60,8% em relação ao ano de 2019 (R\$2,0 bilhões).

Resultado financeiro

Em 2020, o resultado financeiro foi de R\$1,1 bilhão negativo, 112% superior ao registrado no ano anterior de R\$510 milhões negativos, principalmente devido as perdas cambiais de R\$765 milhões em 2020, ante perdas de R\$185 milhões em 2019, afetando a parcela em dólar da dívida da Companhia, devido a variação cambial de 28,9% no período. Além disso, foi registrada menor correção sobre créditos da Eletrobras (R\$6 milhões, contra R\$264 milhões em 2019).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2020, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R\$160 milhões, ante R\$181 milhões em 2019.

Lucro (prejuízo) líquido

Em 2020, o Lucro Líquido da Usiminas foi de R\$1,3 bilhão, maior lucro líquido anual desde 2010 e 243% superior ao apresentado em 2019 (R\$377 milhões).

Capital de giro

Em 2020, o capital de giro totalizou R\$2,9 bilhões, uma redução de 30,8% (2019: R\$4,2 bilhões). As principais variações foram:

- Elevação do saldo de Impostos a Recolher em R\$498 milhões, relacionado ao aumento dos lucros apresentados, principalmente, nas Unidades de Mineração e Siderurgia;
- Elevação do saldo de Fornecedores em R\$400 milhões, atrelada ao maior consumo de placas adquiridas e a valorização das matérias primas;
- Redução do saldo de Valores a Receber - Eletrobras em R\$306 milhões, com o recebimento do valor incontroverso no 3T20;
- Redução no saldo de Impostos a Recuperar em R\$303 milhões, principalmente pela utilização dos créditos relacionados a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS;
- Elevação do saldo de Operações de Forfaiting em R\$267 milhões.

Parcialmente compensado por:

- Elevação do Contas a Receber em R\$438 milhões, principalmente na Unidade de Mineração, relacionada a maior volume financeiro vendido para o exterior.

Investimentos (CAPEX)

O CAPEX em 2020 totalizou R\$799 milhões, superior em 15,7% na comparação com 2019 (R\$690 milhões), representando o maior nível de investimentos desde 2014. Os investimentos foram aplicados, principalmente, em sustaining CAPEX, segurança e meio ambiente, com destaque para a implementação do sistema de empilhamento à seco (Dry Stacking) na Unidade de Mineração. O CAPEX foi distribuído 72,2% na Unidade de Siderurgia, 26,1% na Unidade de Mineração e 1,7% nas demais unidades.

Endividamento financeiro

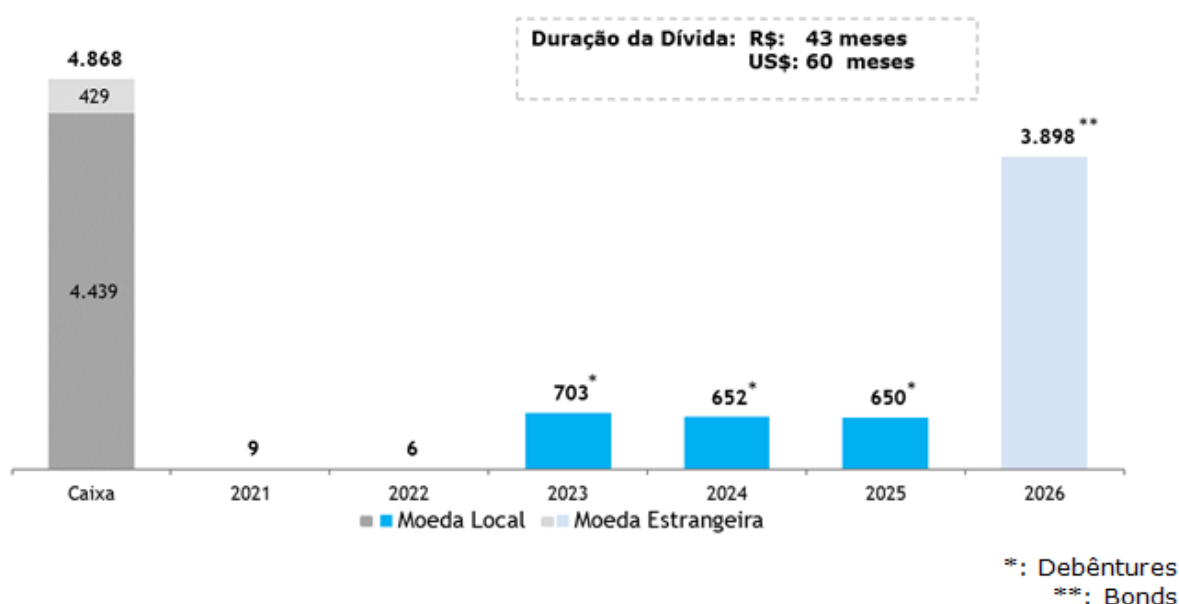
Em 31/12/20, a dívida bruta consolidada era de R\$6,0 bilhões (31/12/2019: R\$5,1 bilhões). Em 2020, a Dívida Bruta consolidada cresceu 16,9%, principalmente pela desvalorização do real frente ao dólar de 28,9% no ano.

A dívida líquida consolidada em 31/12/20 era de R\$1,1 bilhão, uma redução de 65,4% em relação a 31/12/19 (R\$3,2 bilhões). Tal variação decorre, majoritariamente, da elevação da posição de Caixa e Equivalentes de Caixa no período.

Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento, em 31/12/20 esta era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo, em linha com 2% e 98%, respectivamente, em 31/12/19.

O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano 2020 em 0,3x, ante 1,6x apresentado em 2019.

O gráfico a seguir demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/20.



4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na B3

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou o ano cotada a R\$15,69 e a ação preferencial (USIM5), a R\$14,61. Ao longo de 2020, as ações USIM3 valorizaram 59,0% e as USIM5 valorizaram 53,6%, enquanto o Ibovespa valorizou 2,9%.

Bolsas Estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem American Depositary Receipts - ADRs negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/20, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US\$2,57 e apresentou uma valorização de 10,8% no ano.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX - Seção da Bolsa de Madri: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/20, a ação XUSI encerrou cotada a €2,28, apresentando uma valorização de 16,9% no ano. A ação XUSIO encerrou cotada a €2,42, apresentando uma valorização de 14,2% no ano.

5) SUSTENTABILIDADE

Mesmo diante do cenário singularmente desafiador gerado pela disseminação do novo Coronavírus, a Usiminas reafirmou seu compromisso com a agenda de sustentabilidade e registrou avanços importantes em diversas áreas de atuação.

No âmbito do programa de Diversidade e Inclusão, a companhia realizou o censo de diversidade e manteve o calendário de campanhas educativas, como a do orgulho LGBTI+, realizada no mês de junho. No pilar Equidade de Gênero, foi iniciada a primeira rodada do programa de mentoria e coaching com colaboradoras, visando desenvolver os potenciais dessas mulheres e acelerar suas carreiras na Usiminas. A Companhia lançou também sua primeira turma do Programa Jovens Profissionais Aprendiz e classes de Aprendizagem exclusivamente femininas, buscando aumentar a presença de mulheres em todas as áreas da Companhia. Através dessas e diversas outras iniciativas a Usiminas conseguiu dobrar a participação de mulheres em cargos de liderança desde o início do programa de Diversidade e Inclusão, passando de 5,5% em março de 2019 para 11,8% ao final de 2020, quando foi concluída a apuração.

Os temas ambientais também tiveram destaque ao longo do ano, especialmente na planta de Ipatinga. A companhia realizou melhorias importantes na planta visando a redução da emissão e da disseminação de material particulado, alvo de reclamações da comunidade e objeto de um Termo de Ajustamento de Conduta assinado em outubro de 2019. Novas soluções como canhões de névoa e aplicação de polímeros foram adotadas e medidas já existentes, como variação e umectação de vias, foram intensificadas. A empresa também realizou o reforço do cinturão verde, que já soma 377 hectares no entorno da Usina, e promoveu o enclausuramento de equipamentos com maior potencial emissor.

De maneira proativa, a Usiminas instalou ainda a Central de Monitoramento Ambiental e uma Rede Automática de Monitoramento Ambiental, permitindo o acompanhamento contínuo e em tempo real das operações e a ação rápida para sanar eventuais anormalidades. As medidas são acompanhadas por pesquisas realizadas junto à comunidade, de modo a avaliar a percepção das pessoas em relação ao material particulado. Na última pesquisa concluída, realizada em agosto de 2020, observou-se um crescimento de 12 p.p. na percepção de melhora por parte da comunidade. Novas pesquisas são previstas para serem realizadas ao longo de 2021. Em dezembro, a empresa definiu junto ao Ministério Público, metas objetivas de redução do material particulado, que devem ser alcançadas até o final de 2021.

Outra conquista importante foi a aprovação da venda do edifício onde fica sua sede, em Belo Horizonte. No local, a Fundação São Francisco Xavier, braço social de educação e saúde do Grupo Usiminas, irá implantar o Hospital Usiminas, reforçando o legado da siderúrgica em Minas Gerais.

Na Mineração Usiminas, destaque para o projeto de Filtragem e Empilhamento a Seco de Rejeitos. A empresa obteve o licenciamento em junho de 2020 e está em fase adiantada de sua conclusão. A nova planta receberá investimentos da ordem de R\$160 milhões. A adoção da nova tecnologia irá encerrar o ciclo de utilização de barragens convencionais pela Mineração Usiminas. Atualmente, a empresa possui três dessas estruturas, sendo apenas uma em operação. Todas serão descaracterizadas, conforme determina a legislação vigente.

Covid-19

Desde o registro dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil, a Usiminas vem tomando diversas medidas de prevenção à doença e proteção de seus colaboradores e em apoio às comunidades onde atua. Ao longo do ano de 2020, a companhia investiu, por meio da Fundação São Francisco Xavier, cerca de R\$27 milhões nessas iniciativas.

- Entre as ações destacaram-se a implantação de 50 leitos de UTI no Hospital Márcio Cunha para reforço no atendimento em Ipatinga e outras 35 cidades da região, para as quais a unidade é referência. O hospital atende, em sua maioria, pacientes do Sistema Único de Saúde. No mesmo local, um andar inteiro foi reservado e preparado para receber pacientes da Covid-19 que não necessitam de tratamento intensivo. Também foram adquiridas dezenas de outros equipamentos médico-hospitalares para atendimento a pacientes nos quatro hospitais administrados pela Fundação.
- A Usiminas contratou costureiras e artesãos para a confecção de milhares de máscaras, posteriormente doadas a colaboradores, seus familiares e também para as comunidades. Foram repassadas, ainda, mais de 40 toneladas de alimentos, além de kits de higiene e diversos insumos para apoio às ações de combate e prevenção.
- Internamente, a Usiminas, dentre diversas outras ações, restringiu viagens e reuniões presenciais, adotou o sistema de home office e fez adequações em refeitórios e nos ônibus que fazem o transporte dos colaboradores. A limpeza dos postos de trabalho foi reforçada e, na Usina de Ipatinga, o turno de trabalho foi alterado de modo a reduzir a quantidade de pessoas na planta. A companhia também iniciou um programa de testagem estratégica, permitindo a identificação dos casos e o mapeamento de eventuais contactantes.

6) PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em 2020 a Companhia avançou ainda mais em seu Programa de Integridade, especialmente no que diz respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), tendo executado adequações em seus processos internos para atendimento à referida legislação, bem como realizado ações de conscientização voltadas aos colaboradores. A Companhia promoveu, ainda, atualização dos contratos com fornecedores e prestadores de serviços e passou a utilizar ferramentas específicas para a proteção de dados em geral.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Usiminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

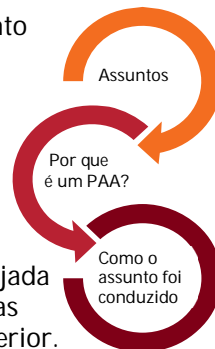
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Valor recuperável do imobilizado e intangível (Notas explicativas 3.14, 16, 17 e 18) e realização de tributos diferidos (Notas explicativas 3.17 e 13)</p> <p>A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de imobilizado e intangíveis para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.</p> <p>A Companhia e suas controladas também possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contêm as projeções de lucro tributável futuro.</p> <p>A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e nem sempre objetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados, lucros tributáveis e fluxos de caixa, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de</p>	<p>Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <p>Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros e de fluxos de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.</p> <p>Adicionalmente, quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, com o apoio de nossos especialistas em tributos, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas</p>

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.</p> <p>Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>utilizados pela administração para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.</p>
<p>Provisões para demandas judiciais (Notas explicativas 3.15 e 25)</p> <p>A Usiminas e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>O reconhecimento da provisão e a classificação da probabilidade de êxito nos processos envolvem a avaliação do mérito das causas e aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente, que demandam julgamento relevante pela administração da Companhia, reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.</p> <p>Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e avaliação dos processos, bem como a quantificação dos riscos para fins de constituição da provisão para demandas judiciais ou sua divulgação em nota explicativa quando as estimativas indicarem perspectiva de perda provável ou possível, respectivamente.</p> <p>Efetuamos procedimentos de confirmação dos processos com os advogados que patrocinam os processos judiciais e administrativos para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.</p> <p>Adicionalmente, contamos com o apoio de nossos especialistas em tributos para a análise de razoabilidade dos prognósticos de perda das causas mais significativas, sobretudo as de natureza tributária.</p> <p>Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos consultores jurídicos.</p>

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Benefícios pós-emprego (Notas explicativas 3.18 e 27)	
<p>A Usiminas e suas controladas são patrocinadoras em planos de suplementação de aposentadoria administrados pela Previdência Usiminas.</p> <p>A Companhia também possui obrigação com benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria, relativa aos colaboradores da Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa, incorporada pela Companhia em 2009, que se aposentaram até 30 de abril de 2002 e que ainda mantêm o direito ao benefício.</p> <p>Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes de detalhes sobre as informações individuais de participantes ativos e assistidos dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde, cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas em cálculos atuariais, analisamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor presente das obrigações atuariais e discutimos as premissas-chave empregadas no cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e taxa de desconto.</p> <p>Também procedemos à revisão da conciliação preparada pela administração do laudo atuarial com os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas.</p> <p>Efetuamos, ainda, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar os cálculos atuariais.</p> <p>Em relação aos ativos dos planos de suplementação de aposentadoria, efetuamos testes detalhados que compreenderam a obtenção de confirmação com o gestor dos planos de previdência quanto à carteira de investimentos desses planos bem como efetuamos testes, em base de amostras, da estimativa do valor justo da carteira de investimentos.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na apuração das obrigações de benefício pós-emprego, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

31 de dezembro de 2020
com Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Aprovação das demonstrações financeiras	14
3 Resumo das principais políticas contábeis	14
3.1 Base de preparação e declaração de conformidade	15
3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas	16
3.3 Apresentação de informações por segmentos	17
3.4 Conversão de moeda estrangeira	17
3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	18
3.6 Ativos financeiros	18
3.7 Passivos financeiros	20
3.8 Instrumentos derivativos e atividades de <i>hedge</i>	21
3.9 Estoques	21
3.10 Depósitos judiciais	21
3.11 Imobilizado	21
3.12 Propriedades para investimento	22
3.13 Ativos intangíveis	22
3.14 Valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>) não financeiros	23
3.15 Provisões para demandas judiciais	23
3.16 Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos	23
3.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	24
3.18 Benefícios a empregados	24
3.19 Reconhecimento de receita	25
3.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	27
3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020	27
4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	28
4.1 Julgamentos	28
4.2 Estimativas e premissas	28
5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	30
5.1 Fatores de risco financeiro	30
5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros	30
5.3 Política de gestão de riscos financeiros	31
5.4 Gestão de capital	37
5.5 Estimativa do valor justo	37
6 Instrumentos financeiros de derivativos	39
7 Instrumentos financeiros por categoria	41
8 Caixa e equivalentes de caixa	42
9 Títulos e valores mobiliários	42
10 Contas a receber de clientes	43
11 Estoques	45
12 Impostos a recuperar	46
13 Imposto de renda e contribuição social	47
14 Depósitos judiciais	52
15 Investimentos	53

16	Imobilizado	57
17	Valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) não financeiros	62
18	Intangível	67
19	Fornecedores, empreiteiros e fretes	71
20	Empréstimos e financiamentos	71
20.1	Composição dos empréstimos e financiamentos	71
20.2	Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante	72
20.3	Movimentação dos empréstimos e financiamentos	73
20.4	<i>Covenants</i>	73
21	Debêntures	73
22	Tributos a recolher	75
23	Tributos parcelados	75
24	Passivos de arrendamento	77
25	Provisão para demandas judiciais	79
26	Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos	86
27	Obrigações de benefícios de aposentadoria	86
27.1	Planos de suplementação de aposentadoria	87
27.2	Dívidas contratadas – requisitos de fundamentais mínimos	88
27.3	Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria	90
27.4	Ajustes de experiências	93
27.5	Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade	94
27.6	Planos de benefícios de assistência médica aos aposentados	95
27.7	Ativos dos planos de aposentadoria	96
28	Patrimônio líquido	97
29	Informações por segmento de negócios	100
30	Receita	103
31	Despesas por natureza	104
32	Despesas e benefícios a empregados	105
33	Receitas (despesas) operacionais	105
34	Resultado financeiro	107
35	Lucro (prejuízo) por ação	108
36	Compromissos	109
37	Transações com partes relacionadas	110
38	Cobertura de seguros	115
39	Plano de outorga de opção de compra de ações	116
40	Garantias	118

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.848.310	901.864	3.261.288	1.252.966
Títulos e valores mobiliários	9	716.308	-	1.606.816	668.175
Contas a receber de clientes	10	1.561.483	1.396.884	2.372.791	1.938.440
Estoques	11	3.315.958	3.166.003	3.889.695	3.795.832
Impostos a recuperar	12	251.782	541.831	441.572	731.049
Imposto de renda e contribuição social antecipados		30.883	41.344	35.780	48.496
Dividendos a receber	37	380.516	40.220	11.686	-
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	762	-	762
Valores a receber Eletrobras	25	-	305.848	-	305.848
Demais valores a receber		197.555	138.895	209.974	119.714
Total do ativo circulante		8.302.795	6.533.651	11.829.602	8.861.282
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	87.321	84.446	87.321	131.452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.220.876	2.117.027	2.914.338	3.037.626
Valores a receber de empresas ligadas	37	23.086	42.231	-	1.651
Depósitos judiciais	14	352.615	379.692	543.408	543.658
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	6.950	-	6.950
Impostos a recuperar	12	169.463	148.020	174.004	152.336
Indenização de seguro a receber	38	262.077	125.208	262.077	125.208
Demais valores a receber		228.869	146.414	314.224	181.916
		3.344.307	3.049.988	4.295.372	4.180.797
Investimentos	15	5.182.120	4.350.641	1.058.708	1.053.138
Propriedades para investimentos		100.822	90.202	164.222	90.202
Imobilizado	16	9.627.857	9.892.313	11.006.034	11.424.691
Intangível	18	104.112	90.355	1.598.199	726.922
Total do ativo não circulante		18.359.218	17.473.499	18.122.535	17.475.750
Total do ativo		26.662.013	24.007.150	29.952.137	26.337.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	1.966.924	1.405.831	1.917.690	1.518.270
Empréstimos e financiamentos	20	113.610	92.348	116.738	96.316
Debêntures	21	19.214	25.017	19.214	25.017
Adiantamentos de clientes		64.305	11.749	139.678	57.757
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	19	880.711	613.803	880.711	613.803
Salários e encargos sociais		141.490	138.706	180.757	198.416
Tributos a recolher	22	105.330	70.011	164.962	99.597
Tributos parcelados	23	4.378	4.312	4.380	4.314
Passivos de arrendamento	24	6.715	12.514	26.787	33.328
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	445.842	15.096
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	28	160.315	51.107	324.728	67.814
Demais contas a pagar		184.043	91.469	257.611	160.010
Total do passivo circulante		3.647.035	2.516.867	4.479.098	2.889.738
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	3.842.360	2.997.241	3.847.016	3.003.655
Debêntures	21	1.985.394	1.981.250	1.985.394	1.981.250
Valores a pagar a empresas ligadas	37	-	104.335	80.042	121.838
Passivos de arrendamento	24	766	19.293	37.920	75.942
Provisão para demandas judiciais	25	656.422	659.318	799.601	777.386
Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos	26	-	-	230.002	231.591
Benefícios pós-emprego	27	1.415.432	1.518.362	1.471.801	1.574.796
Demais contas a pagar		247.138	167.061	183.093	115.152
Total do passivo não circulante		8.147.512	7.446.860	8.634.869	7.881.610
Total do passivo		11.794.547	9.963.727	13.113.967	10.771.348
Patrimônio líquido					
Capital social	28	13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		311.366	307.033	311.366	307.033
Reservas de lucros		1.472.967	943.132	1.472.967	943.132
Ajustes de avaliação patrimonial		(117.162)	(407.037)	(117.162)	(407.037)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		14.867.466	14.043.423	14.867.466	14.043.423
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.970.704	1.522.261
Total do patrimônio líquido		14.867.466	14.043.423	16.838.170	15.565.684
Total do passivo e do patrimônio líquido		26.662.013	24.007.150	29.952.137	26.337.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Operações continuadas					
Receita	30	12.370.762	12.719.071	16.088.052	14.948.719
Custo das vendas	31	(11.609.059)	(11.930.865)	(12.831.522)	(13.074.129)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>761.703</u>	<u>788.206</u>	<u>3.256.530</u>	<u>1.874.590</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	33	(140.661)	(109.302)	(398.385)	(288.515)
Despesas gerais e administrativas	33	(324.828)	(321.265)	(426.764)	(426.905)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(136.639)	(284.521)	337.325	(387.394)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	<u>1.388.565</u>	<u>457.489</u>	<u>159.759</u>	<u>180.735</u>
		<u>786.437</u>	<u>(257.599)</u>	<u>(328.065)</u>	<u>(922.079)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>1.548.140</u>	<u>530.607</u>	<u>2.928.465</u>	<u>952.511</u>
Resultado financeiro	34	(1.201.632)	(527.786)	(1.082.492)	(509.839)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>346.508</u>	<u>2.821</u>	<u>1.845.973</u>	<u>442.672</u>
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		(16.710)	-	(684.614)	(138.960)
Diferido		<u>342.992</u>	<u>210.444</u>	<u>130.384</u>	<u>72.979</u>
		<u>326.282</u>	<u>210.444</u>	<u>(554.230)</u>	<u>(65.981)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u><u>672.790</u></u>	<u><u>213.265</u></u>	<u><u>1.291.743</u></u>	<u><u>376.691</u></u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		672.790	213.265	672.790	213.265
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>618.953</u>	<u>163.426</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	35	R\$ 0,52	R\$ 0,17	R\$ 0,52	R\$ 0,17
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	35	<u>R\$ 0,58</u>	<u>R\$ 0,18</u>	<u>R\$ 0,58</u>	<u>R\$ 0,18</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		672.790	213.265	1.291.743	376.691
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	301.670	(385.567)	302.719	(388.006)
Total de outros componentes do resultado abrangente		<u>301.670</u>	<u>(385.567)</u>	<u>302.719</u>	<u>(388.006)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>974.460</u>	<u>(172.302)</u>	<u>1.594.462</u>	<u>(11.315)</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		974.460	(172.302)	974.460	(172.302)
Acionistas não controladores		-	-	620.002	160.987

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Atribuído aos acionistas controladores													
			Reservas de capital				Reservas de lucros						
		Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social												
Em 31 de dezembro de 2019	13.200.295	105.295	17.033	(100.639)	278.729	6.615	58.647	884.485	(407.037)	-	14.043.423	1.522.261	15.565.684
Resultado abrangente do período													
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	672.790	672.790	618.953	1.291.743
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	301.670	-	301.670	1.049	302.719
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	301.670	672.790	974.460	620.002	1.594.462
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício													
28													
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.788)	(159.788)	(171.559)	(331.347)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	33.639	496.196	-	(529.835)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	(5.038)	-	-	-	5.038	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	8.041	1.330	-	-	-	-	-	-	9.371	-	9.371
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.795)	11.795	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	13.200.295	105.295	25.074	(99.309)	278.729	1.577	92.286	1.380.681	(117.162)	-	14.867.466	1.970.704	16.838.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Atribuído aos acionistas controladores													
			Reservas de capital				Reservas de lucros						
		Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social												
Em 31 de dezembro de 2018	13.200.295	105.295	15.695	(101.072)	278.729	10.744	47.984	718.958	(10.330)	-	14.266.298	1.431.093	15.697.391
Resultado abrangente do período													
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	213.265	213.265	163.426	376.691
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	(385.567)	-	(385.567)	(2.439)	(388.006)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(385.567)	213.265	(172.302)	160.987	(11.315)
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício													
28													
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.650)	(50.650)	(69.819)	(120.469)
Juros sobre capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)	-	(1.694)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	10.663	165.527	-	(176.190)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	(4.129)	-	-	-	4.129	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	1.338	433	-	-	-	-	-	-	1.771	-	1.771
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.140)	11.140	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	13.200.295	105.295	17.033	(100.639)	278.729	6.615	58.647	884.485	(407.037)	-	14.043.423	1.522.261	15.565.684

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		672.790	213.265	1.291.743	376.691
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		909.769	(14.583)	924.273	47.416
Despesas de juros		319.035	373.463	312.863	375.479
Depreciação, amortização e exaustão		828.415	827.884	1.000.223	991.785
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(169.521)	(3.408)	(174.766)	(5.687)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	17	(107.261)	13.358	(730.654)	16.426
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(1.388.565)	(457.489)	(159.759)	(180.735)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(342.992)	(210.444)	(130.384)	(72.979)
Constituição (reversão) de provisões		52.616	(33.685)	743.228	119.233
Perdas (ganhos) atuariais	27	85.718	85.907	89.692	85.743
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(186.113)	228.821	(422.648)	(93.654)
Estoques		(142.442)	13.884	(86.350)	79.505
Impostos a recuperar		(129.225)	(122.508)	(205.431)	(201.656)
Valores a receber de empresas ligadas		47.282	2.716	1.651	691
Depósitos judiciais		10.393	(37.764)	(14.349)	(61.829)
Valores a receber Eletrobras		311.534	751.404	311.534	751.404
Outros		(29.309)	(14.921)	(338.949)	(59.485)
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		561.093	367.748	399.420	384.507
Adiantamentos de clientes		52.556	(13.327)	81.921	(5.727)
Valores a pagar a empresas ligadas		(174.511)	(620)	(41.796)	(12.416)
Títulos a pagar - <i>Forfeiting</i>		266.908	(352.124)	266.908	(352.124)
Tributos a recolher		499.361	460.554	627.306	524.009
Outros		98.146	(128.561)	215.171	(133.427)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.980)	-	(230.029)	(105.188)
Juros pagos		(336.902)	(363.510)	(337.059)	(364.416)
Passivo atuarial recebido (pagos)		365.629	(131.742)	365.629	(131.742)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		2.064.424	1.454.318	3.759.388	1.971.824
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	(716.308)	-	(938.641)	(81.616)
Compras de imobilizado	16	(548.831)	(515.714)	(768.707)	(646.236)
Valor recebido pela venda de imobilizado		100.815	5.163	121.281	9.141
Aumento de capital em subsidiária		-	-	(22)	(26)
Compras de intangíveis	18	(27.329)	(31.876)	(29.972)	(35.215)
Dividendos recebidos		144.942	377.693	136.902	224.946
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		(1.046.711)	(164.734)	(1.479.159)	(529.006)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures		-	4.861.018	-	4.811.557
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures		(47.613)	(5.845.703)	(50.031)	(5.850.504)
Liquidação de operações de <i>swap</i>		9.247	356	(171.472)	(5.507)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	28	(50.580)	(172.305)	(68.083)	(255.464)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(88.946)	(1.156.634)	(289.586)	(1.299.918)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		17.679	3.276	17.679	3.276
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		946.446	136.226	2.008.322	146.176
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	901.864	765.638	1.252.966	1.106.790
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	1.848.310	901.864	3.261.288	1.252.966
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		946.446	136.226	2.008.322	146.176

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		14.929.375	15.466.411	19.812.127	18.841.146
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	(17.698)	23.567	(31.487)	18.120
Outras receitas		22.536	401.872	27.678	409.003
		<u>14.934.213</u>	<u>15.891.850</u>	<u>19.808.318</u>	<u>19.268.269</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(11.657.333)	(12.464.155)	(13.347.953)	(14.063.875)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(213.230)	(793.054)	(612.686)	(1.072.278)
Recuperação de valores ativos		-	-	630.976	-
		<u>(11.870.563)</u>	<u>(13.257.209)</u>	<u>(13.329.663)</u>	<u>(15.136.153)</u>
Valor adicionado bruto		3.063.650	2.634.641	6.478.655	4.132.116
Depreciação, amortização e exaustão	31	<u>(828.415)</u>	<u>(827.884)</u>	<u>(1.000.223)</u>	<u>(991.785)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>2.235.235</u>	<u>1.806.757</u>	<u>5.478.432</u>	<u>3.140.331</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	1.388.565	457.489	159.759	180.735
Receitas financeiras	34	163.156	533.133	262.691	622.022
Receitas cambiais	34	166.186	14.148	252.339	76.144
Ganhos (perdas) atuariais	27	<u>(85.718)</u>	<u>(45.103)</u>	<u>(89.692)</u>	<u>(45.004)</u>
		<u>1.632.189</u>	<u>959.667</u>	<u>585.097</u>	<u>833.897</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>3.867.424</u>	<u>2.766.424</u>	<u>6.063.529</u>	<u>3.974.228</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	513.615	559.291	861.725	964.503
FGTS	73.800	59.854	94.884	81.766
Remuneração da Administração	25.105	22.823	33.419	31.115
Participação dos empregados nos lucros	76.173	22.257	94.539	39.736
Planos de aposentadoria	1.270	2.933	1.444	3.270
	<u>689.963</u>	<u>667.158</u>	<u>1.086.011</u>	<u>1.120.390</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	(45.930)	86.135	735.946	136.438
Estaduais	945.911	649.019	1.265.112	1.041.313
Municipais	69.590	68.690	79.894	80.305
Incentivos fiscais	4.126	7.090	7.301	11.086
	<u>973.697</u>	<u>810.934</u>	<u>2.088.253</u>	<u>1.269.142</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	496.544	869.687	582.163	944.997
Despesas cambiais	1.035.965	209.547	1.016.894	261.312
Outras	(1.535)	(4.167)	(1.535)	1.696
	<u>1.530.974</u>	<u>1.075.067</u>	<u>1.597.522</u>	<u>1.208.005</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	672.790	213.265	672.790	213.265
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	618.953	163.426
	<u>672.790</u>	<u>213.265</u>	<u>1.291.743</u>	<u>376.691</u>
Valor adicionado distribuído	<u>3.867.424</u>	<u>2.766.424</u>	<u>6.063.529</u>	<u>3.974.228</u>

(i) Inclui os encargos previdenciários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”, “Usiminas”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas (“Empresas Usiminas”) têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões (não auditado) de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.

A Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior, além de captação de recursos no mercado externo.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	11,41	19,92	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) Participação direta da Companhia de 0,28% e indireta, via UPL, de 11,13%.

(d) Disseminação do novo coronavírus (COVID-19)

Desde o início do ano de 2020, o Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que tem causado diversos e significativos impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral. A Companhia, juntamente com a Fundação São Francisco Xavier, instituição social vinculada à Usiminas, vem implementando ações que, prioritariamente, visam proteger os seus funcionários e parceiros comerciais, bem como as comunidades onde atua. Ressalta-se, inclusive, que algumas dessas ações vêm sendo realizadas em parceria com as autoridades públicas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração adotou algumas medidas para as Empresas Usiminas, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos da crise, bem como tentar preservar o emprego e a renda dos seus funcionários. Estas medidas incluíram a concessão de férias coletivas, adoção do teletrabalho (*home-office*) para os empregados dos departamentos administrativos, suspensão temporária de contratos de trabalho e redução de jornadas de trabalho (estas últimas duas medidas em acordo com a Medida Provisória nº 936/2020).

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o abafamento dos Altos-fornos 1 e 2 da usina de Ipatinga, a partir dos dias 22 e 4 de abril de 2020, respectivamente, com a consequente paralisação das atividades da Aciaria 1 desta mesma usina, bem como aprovou a paralisação temporária das atividades da usina de Cubatão. Estas medidas tiveram como objetivo adequar a produção à demanda de mercado, que se encontrava em queda em função da retração da atividade econômica nacional ocasionada pela disseminação da COVID-19. No entanto, em razão da recuperação observada nos níveis de demanda dos mercados consumidores de aços planos, em 26 de agosto de 2020, a Companhia religou o Alto-forno 1 e retomou a produção da Aciaria 1, ambos da usina de Ipatinga, bem como retomou as atividades de laminação na usina de Cubatão.

A Administração da Companhia também vem monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados impactos significativos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão demonstradas na Nota 10.

Em relação a *impairment* de ativos não financeiros, a Companhia realizou testes de recuperabilidade, considerando diferentes cenários em suas projeções e não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas no período, conforme divulgado na Nota 17.

(e) Usiminas Mecânica - Reestruturação das atividades desenvolvidas

Em 24 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta apresentada pela Diretoria Executiva relativa à reestruturação das atividades desenvolvidas por sua subsidiária Usiminas Mecânica S.A. ("UMSA"). Com a implementação de tal reestruturação, a UMSA manterá apenas as atividades relacionadas à prestação de serviços para a Usiminas e suas controladas, ressalvada a conclusão dos projetos externos atualmente em curso. A referida reestruturação decorre do fato de a UMSA, cujas atividades não constituem o *core business* da Usiminas, ter apresentado significativa redução na geração de caixa nos últimos 5 (cinco) anos, com resultados decrescentes nos segmentos de montagem industrial e manufatura.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2021.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade do direito a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas Codeme, Terminal Paraopeba e Terminal Sarzedo, além da controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2020.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de um *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: siderurgia, mineração e logística, transformação do aço e bens de capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há indícios de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há indícios de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “ repasse ” ; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Alguns depósitos judiciais que possuem vínculo com tributos parcelados são apresentados pelos saldos líquidos, conforme Nota 14.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

3.13 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais, utilizando o método de unidade de produção.

(c) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.14 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.15 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.16 Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece uma obrigação referente aos custos esperados para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados no período em que elas ocorrerem, trazido ao valor presente. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

3.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.18 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados nas reservas de capital (valor nominal).

3.19 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como pela eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua a venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 29 no segmento de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício tributário dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

Reforma da IBOR/LIBOR - IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	Reforma do <i>benchmark</i> da taxa de juros (Fase 1) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS16 – Reforma do <i>benchmark</i> da taxa de juros (Fase 2).
IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4.1 Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 34).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários

A Administração revisa regularmente os tributos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b) e Nota 25 (c)).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 25, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avalia as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, para minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.971.348	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	248.244	247.538	736.291	4.141.239
Debêntures	77.050	77.359	2.154.825	-
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	881.480	-	-	-
Passivos de arrendamento	6.715	766	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.412.894	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	192.538	192.005	571.446	3.388.271
Debêntures	119.992	126.560	1.687.274	692.300
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	615.746	-	-	-
Passivos de arrendamento	11.485	10.730	9.592	-

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.922.071	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	236.503	235.498	691.863	4.126.504
Debêntures	77.050	77.359	2.154.825	-
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	881.480	-	-	-
Passivos de arrendamento	26.787	20.117	17.803	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.525.689	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	197.079	195.502	574.326	3.388.271
Debêntures	119.992	126.560	1.687.274	692.300
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	615.746	-	-	-
Passivos de arrendamento	30.495	32.451	46.324	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	128.916	38.879	397.051	209.017
Títulos e valores mobiliários	-	-	32.120	16.352
Contas a receber	47.353	147.457	262.589	142.974
Adiantamentos a fornecedores	-	147	1.364	955
	<u>176.269</u>	<u>186.483</u>	<u>693.124</u>	<u>369.298</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.944.010)	(3.028.237)	(3.944.010)	(3.028.744)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(607.429)	(356.322)	(618.415)	(369.244)
Adiantamento de clientes	(10.682)	(4.410)	(20.074)	(8.814)
Demais contas a pagar	(2.793)	(1.904)	(2.787)	(1.900)
	<u>(4.564.914)</u>	<u>(3.390.873)</u>	<u>(4.585.286)</u>	<u>(3.408.702)</u>
Exposição cambial	<u>(4.388.645)</u>	<u>(3.204.390)</u>	<u>(3.892.162)</u>	<u>(3.039.404)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Real	2.016.568	2.067.619	2.024.352	2.077.494
Dólar norte-americano	3.944.010	3.028.237	3.944.010	3.028.744
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.960.578	5.095.856	5.968.362	5.106.238

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2020. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio final do exercício	31/12/2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	5,1967	5,4565	6,4959	7,7951
EUR	6,3779	6,6968	7,9724	9,5669
JPY	0,0504	0,0530	0,0630	0,0756

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	31/12/2020		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(193.744)	(968.720)	(1.937.439)
EUR	(149)	(745)	(1.490)
JPY	(715)	(3.577)	(7.153)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	3.955.970	66	3.044.400	60	3.963.754	66	3.054.782	60
Outras	-	-	45.189	1	-	-	45.189	1
	<u>3.955.970</u>	<u>66</u>	<u>3.089.589</u>	<u>61</u>	<u>3.963.754</u>	<u>66</u>	<u>3.099.971</u>	<u>61</u>
Debêntures								
CDI	2.004.608	34	2.006.267	39	2.004.608	34	2.006.267	39
	<u>5.960.578</u>	<u>100</u>	<u>5.095.856</u>	<u>100</u>	<u>5.968.362</u>	<u>100</u>	<u>5.106.238</u>	<u>100</u>

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2020. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2020.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Indexador	Taxa ao final do exercício	31/12/2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	1,9%	2,0%	2,4%	2,9%

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Indexador	Consolidado		
	31/12/2020		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	2.272	11.358	22.715

A taxa de juros a que a Companhia está exposta, a qual é relacionada às debêntures, está apresentada na Nota 21 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e é composta por Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O encerramento da operação de instrumento financeiro derivativo de taxa de juros, contratada com o objetivo de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros no resultado da Companhia, está demonstrado na Nota 6.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	5.964.956	5.100.168	5.972.742	5.110.552
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(2.564.618)</u>	<u>(901.864)</u>	<u>(4.868.104)</u>	<u>(1.921.141)</u>
Dívida líquida	<u>3.400.338</u>	<u>4.198.304</u>	<u>1.104.638</u>	<u>3.189.411</u>
Total do patrimônio líquido	14.867.466	14.043.423	16.838.170	15.565.684
Total do capital	<u>18.267.804</u>	<u>18.241.727</u>	<u>17.942.808</u>	<u>18.755.095</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>19%</u>	<u>23%</u>	<u>6%</u>	<u>17%</u>

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o instrumento financeiro apresentado pela Companhia compreende os investimentos em CDB's.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3. As tabelas a seguir apresentam os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	716.308	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.712
Total do ativo	<u>716.308</u>	<u>7.712</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Controladora não possuía instrumentos financeiros derivativos passivos.

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	1.606.816	668.175
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.712
Total do ativo	<u>1.606.816</u>	<u>675.887</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros derivativos passivos.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de debêntures e *Bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, considerando a premissa de recompra desses títulos, é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da *Simplific Pavarini*, *Broadcast* e *Bloomberg* e pode ser assim sumariada:

	31/12/2020		Controladora 31/12/2019	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda nacional	11.960	11.960	61.352	61.352
Debêntures – moeda nacional	2.004.608	2.019.207	2.006.267	2.025.011
<i>Bonds</i>	3.944.010	4.242.378	3.028.237	3.157.217
	<u>5.960.578</u>	<u>6.273.545</u>	<u>5.095.856</u>	<u>5.243.580</u>
	31/12/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda nacional	19.744	19.744	71.227	71.227
Debêntures – moeda nacional	2.004.608	2.019.207	2.006.267	2.025.011
<i>Bonds</i>	3.944.010	4.242.378	3.028.744	3.157.217
	<u>5.968.362</u>	<u>6.281.329</u>	<u>5.106.238</u>	<u>5.253.455</u>

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros. Essas operações visam reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e as Empresas Usiminas não possuem operações de instrumentos financeiros derivativos. As operações a seguir apresentadas foram liquidadas durante o exercício de 2020.

(a) **Controladora**

Instituição financeira	Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
		31/12/2020		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	-	-	R\$ 59.000	R\$ 59.000	-	7.712	1.535
Resultado financeiro no período										1.535
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)										- 7.712

(b) **Consolidado**

Instituição financeira	Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
		31/12/2020		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	-	-	R\$ 59.000	R\$ 59.000	-	7.712	1.535
Resultado financeiro no período										1.535
PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES										
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 90,50	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.814
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 90,70	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.868
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 90,90	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.923
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 86,04	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.797
Banco ABC Brasil	06/20	Minério FWD USD 81,63	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	(17.601)
Banco ABC Brasil	07/20	Minério FWD USD 85,00	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	(390)
Banco ABC Brasil	07/20	Minério FWD USD 85,06	Minério_Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	(14.190)
Banco ABC Brasil	08/20	Minério FWD USD 77,24	Minério_Fut_N20_SGX	-	-	-	-	-	-	(28.057)
Banco ABC Brasil	09/20	Minério FWD USD 75,98	Minério_Fut_Q20_SGX	-	-	-	-	-	-	(31.818)
Banco ABC Brasil	09/20	Minério FWD USD 93,25	Minério_Fut_Q20_SGX	-	-	-	-	-	-	(48.033)
Banco ABC Brasil	09/20	Minério FWD USD 97,57	Minério_Fut_Q20_SGX	-	-	-	-	-	-	(23.204)
Banco ABC Brasil	10/20	Minério FWD USD 95,35	Minério_Fut_U20_SGX	-	-	-	-	-	-	(24.169)
Banco ABC Brasil	10/20	Minério FWD USD 104,16	Minério_Fut_U20_SGX	-	-	-	-	-	-	(2.566)
Banco ABC Brasil	10/20	Minério FWD USD 104,89	Minério_Fut_U20_SGX	-	-	-	-	-	-	(215)
Receita de exportação no período										(182.841)
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)										- 7.712 (181.306)

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

Controladora e Consolidado			
31/12/2019			
Ativo circulante	762		
Ativo não circulante	6.950		
	7.712		
		Controladora	Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019
Na receita bruta - mercado externo (i)	-	-	(182.841)
No resultado financeiro	1.535	4.167	(1.696)
	1.535	4.167	(181.306)

(i) Refere-se a operações de hedge de preço de minério de ferro contratadas pela controlada Mineração Usiminas S.A.. As referidas operações foram contratadas e liquidadas durante o exercício de 2020.

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.848.310	-	1.848.310	901.864	-	901.864
Títulos e valores mobiliários	-	716.308	716.308	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.648.804	-	1.648.804	1.481.330	-	1.481.330
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	-	-	-	7.712	7.712
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	971.668	-	971.668	747.418	-	747.418
	<u>4.468.782</u>	<u>716.308</u>	<u>5.185.090</u>	<u>3.130.612</u>	<u>7.712</u>	<u>3.138.324</u>

	31/12/2020	31/12/2019
	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.960.578	5.095.856
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.966.924	1.405.831
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	880.711	613.803
Passivos de arrendamento	7.481	31.807
	<u>8.815.694</u>	<u>7.147.297</u>

(b) Consolidado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	3.261.288	-	3.261.288	1.252.966	-	1.252.966
Títulos e valores mobiliários	-	1.606.816	1.606.816	-	668.175	668.175
Contas a receber de clientes	2.460.112	-	2.460.112	2.069.892	-	2.069.892
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	-	-	-	7.712	7.712
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	1.082.652	-	1.082.652	838.895	-	838.895
	<u>6.804.052</u>	<u>1.606.816</u>	<u>8.410.868</u>	<u>4.161.753</u>	<u>675.887</u>	<u>4.837.640</u>

	31/12/2020	31/12/2019
	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.968.362	5.106.238
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.917.690	1.518.270
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	880.711	613.803
Passivos de arrendamento	64.707	109.270
	<u>8.831.470</u>	<u>7.347.581</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	27.391	29.455	43.264	40.490
Bancos conta movimento exterior	128.916	38.879	397.051	209.017
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	1.692.003	833.530	2.820.973	1.003.459
	<u>1.848.310</u>	<u>901.864</u>	<u>3.261.288</u>	<u>1.252.966</u>

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 104,24% (31 de dezembro de 2019 – 92,96%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 103,98% (31 de dezembro de 2019 – 97,67%) do CDI no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2020, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas

9 Títulos e valores mobiliários

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Certificado de depósito bancário (CDB)	716.308	1.574.696	651.823
Aplicações financeiras no exterior	-	32.120	16.352
	<u>716.308</u>	<u>1.606.816</u>	<u>668.175</u>

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) possuem rendimentos cuja variação média é de 104,24% (31 de dezembro de 2019 – 92,96%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 103,98% (31 de dezembro de 2019 – 97,67%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Controladora não possuía saldo de aplicações financeiras classificado como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, resgatáveis em até um ano.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes:				
Em moeda nacional	1.354.497	1.181.268	2.381.091	2.074.709
Em moeda estrangeira	34.191	83.644	249.427	79.161
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(137.208)</u>	<u>(118.569)</u>	<u>(197.946)</u>	<u>(168.058)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>1.251.480</u>	<u>1.146.343</u>	<u>2.432.572</u>	<u>1.985.812</u>
Contas a receber de partes relacionadas				
Em moeda nacional	379.969	267.922	10.185	17.015
Em moeda estrangeira	<u>17.355</u>	<u>67.065</u>	<u>17.355</u>	<u>67.065</u>
Contas a receber de partes relacionadas	<u>397.324</u>	<u>334.987</u>	<u>27.540</u>	<u>84.080</u>
	<u>1.648.804</u>	<u>1.481.330</u>	<u>2.460.112</u>	<u>2.069.892</u>
Ativo circulante	1.561.483	1.396.884	2.372.791	1.938.440
Ativo não circulante	<u>87.321</u>	<u>84.446</u>	<u>87.321</u>	<u>131.452</u>

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R\$4.193 (R\$3.252 – 31 de dezembro de 2019) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valores a vencer	1.641.529	1.329.630	2.270.168	1.840.150
Vencidos:				
Até 30 dias	38.153	138.042	211.221	201.927
Entre 31 e 60 dias	4.124	11.448	5.557	14.985
Entre 61 e 90 dias	1.925	2.222	7.717	3.248
Entre 91 e 180 dias	2.486	7.008	5.073	12.328
Acima de 181 dias	97.795	111.549	158.322	165.312
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(137.208)</u>	<u>(118.569)</u>	<u>(197.946)</u>	<u>(168.058)</u>
	<u>1.648.804</u>	<u>1.481.330</u>	<u>2.460.112</u>	<u>2.069.892</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de clientes nos montantes de R\$7.275 na Controladora e R\$189.944 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2019 – R\$151.700 e R\$229.742, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Real	1.601.451	1.333.873	2.197.523	1.926.918
Dólar	46.048	145.337	261.284	140.854
Euro	1.305	2.120	1.305	2.120
	<u>1.648.804</u>	<u>1.481.330</u>	<u>2.460.112</u>	<u>2.069.892</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(118.569)	(141.908)	(168.058)	(185.964)
(Adições) reversões ao resultado	(17.698)	23.567	(31.487)	18.120
Baixas contra clientes	-	-	2.540	14
Variação cambial	(941)	(228)	(941)	(228)
Saldo final	<u>(137.208)</u>	<u>(118.569)</u>	<u>(197.946)</u>	<u>(168.058)</u>

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Produtos acabados	669.208	690.399	786.763	896.320
Produtos em elaboração	1.257.692	954.477	1.274.666	974.228
Matérias-primas	685.879	807.542	1.072.102	1.165.404
Suprimentos e sobressalentes	484.788	521.390	546.827	585.850
Importações em andamento	160.446	62.377	160.520	63.086
Provisão para perdas	(120.836)	(94.092)	(129.964)	(106.900)
Outros	178.781	223.910	178.781	217.844
	<u>3.315.958</u>	<u>3.166.003</u>	<u>3.889.695</u>	<u>3.795.832</u>
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração (i)	-	-	-	1.642
	<u>3.315.958</u>	<u>3.166.003</u>	<u>3.889.695</u>	<u>3.797.474</u>

(i) Refere-se a estoque de produtos da controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

	31/12/2020		Controladora 31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	20.809	13.798	26.274	13.536
COFINS (i)	80.986	103.940	423.022	102.363
ICMS	114.000	30.926	76.983	30.256
IPI	34.923	-	13.783	-
Crédito Exportação – Reintegra	1.040	18.934	1.760	-
Outros	24	1.865	9	1.865
	251.782	169.463	541.831	148.020
	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	36.283	14.353	46.025	14.060
COFINS (i)	159.117	106.633	513.022	104.793
ICMS	176.309	32.064	135.320	31.463
IPI	64.694	-	30.774	-
Crédito Exportação – Reintegra	1.040	18.934	1.760	-
INSS a recuperar	2.809	-	3.405	-
Outros	1.320	2.020	743	2.020
	441.572	174.004	731.049	152.336

(i) ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS conforme descrito na Nota 25 (c).

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	346.508	2.821	1.845.973	442.672
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(117.813)	(959)	(627.631)	(150.508)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	484.786	143.469	54.318	61.451
Juros sobre capital próprio recebidos	(52.086)	(38.094)	(8.464)	(12.198)
Juros sobre capital próprio pagos	-	576	18.698	11.674
Exclusões (adições) permanentes	(27.683)	(26.664)	(37.193)	(36.555)
Créditos fiscais não reconhecidos	39.078	132.116	(5.488)	39.022
Incentivo fiscal	-	-	21.979	7.061
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	29.551	14.072
Tributos sobre o lucro apurados	<u>326.282</u>	<u>210.444</u>	<u>(554.230)</u>	<u>(65.981)</u>
Corrente	(16.710)	-	(684.614)	(138.960)
Diferido	<u>342.992</u>	<u>210.444</u>	<u>130.384</u>	<u>72.979</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u>326.282</u>	<u>210.444</u>	<u>(554.230)</u>	<u>(65.981)</u>
Imposto de renda	235.746	154.758	(403.942)	(44.236)
Contribuição social	<u>90.536</u>	<u>55.686</u>	<u>(150.288)</u>	<u>(21.745)</u>
Alíquotas efetivas	-	-	30%	15%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2019	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2020
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.494.171	(142.760)	186.563	2.537.974
Créditos fiscais não reconhecidos	(897.075)	-	39.078	(857.997)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	373.642	(96.383)	14.775	292.034
Provisão para demandas judiciais	223.634	-	(451)	223.183
Provisão para ajustes de estoque	31.991	-	9.093	41.084
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	216.885	-	(18.231)	198.654
Outros	117.142	-	59.222	176.364
Total ativo	2.560.390	(239.143)	290.049	2.611.296
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	8.869	-	(1.993)	6.876
Depreciação fiscal	333.817	-	(40.907)	292.910
Ajuste de imobilizado – IAS 29	50.030	-	(6.075)	43.955
Correção monetária sobre depósitos judiciais	44.962	-	54	45.016
Resultado nos contratos de <i>swap</i> valor de mercado	274	-	(274)	-
Outros	5.411	-	(3.748)	1.663
Total passivo	443.363	-	(52.943)	390.420
Total líquido	2.117.027	(239.143)	342.992	2.220.876

(ii) Consolidado

	31/12/2019	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2020
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.656.845	(149.843)	184.852	2.691.854
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.059.108)	-	(5.488)	(1.064.596)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	398.903	(103.829)	16.125	311.199
Provisão para demandas judiciais	255.812	-	9.379	265.191
Provisão para ajustes de estoques	53.020	-	7.530	60.550
Ágio/aquisição de empresas	297.932	-	(4.735)	293.197
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	727.192	-	(303.620)	423.572
Outros	191.951	-	165.986	357.937
Total ativo	3.522.547	(253.672)	70.029	3.338.904
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	8.869	-	(1.993)	6.876
Depreciação taxa fiscal	345.779	-	(41.803)	303.976
Ajuste de imobilizado – IAS 29	50.031	-	(6.076)	43.955
Correção monetária sobre depósitos judiciais	51.541	-	803	52.344
Outros	28.701	-	(11.286)	17.415
Total passivo	484.921	-	(60.355)	424.566
Total líquido	3.037.626	(253.672)	130.384	2.914.338

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia reverteu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$39.078 na Controladora e de R\$5.488 no Consolidado (31 de dezembro de 2019 – reversão de R\$132.116 e R\$39.022, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$857.997 na Controladora e de R\$1.064.596 no Consolidado (31 de dezembro de 2019 – R\$897.075 e R\$1.059.108, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	210.608	286.530
2022	225.154	251.941
2023	234.845	261.609
2024	235.629	262.407
2025 até 2027	835.789	919.093
2028 até 2030	893.114	996.094
2031 até 2033	797.906	866.751
Após 2034 (i)	<u>36.248</u>	<u>559.075</u>
Ativo	3.469.293	4.403.500
Créditos fiscais não reconhecidos	<u>(857.997)</u>	<u>(1.064.596)</u>
Ativo	<u>2.611.296</u>	<u>3.338.904</u>
Passivo	<u>(390.420)</u>	<u>(424.566)</u>
Posição líquida	<u>2.220.876</u>	<u>2.914.338</u>

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda				
Receita (despesa) corrente	(16.710)	(23.007)	(500.068)	(97.919)
Antecipações e compensações do período	16.710	23.007	169.036	86.755
	-	-	(331.032)	(11.164)
Contribuição social				
Receita (despesa) corrente	-	(8.312)	(184.546)	(40.963)
Antecipações e compensações do período	-	8.312	69.736	37.031
	-	-	(114.810)	(3.932)
Total IR e CSLL a pagar	-	-	(445.842)	(15.096)

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.021	(106.138)	70.883	177.017	(106.138)	70.879
IR e CSLL	152.847	(57.090)	95.757	152.847	(57.089)	95.758
INSS	62.949	(7.264)	55.685	66.162	(7.265)	58.897
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	10.486	-	10.486	10.377	-	10.377
COFINS	2.731	-	2.731	2.544	-	2.544
Trabalhistas	167.029	-	167.029	193.825	-	193.825
Cíveis	37.329	(16)	37.313	34.821	(16)	34.805
Outras	1.224	-	1.224	1.100	-	1.100
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(88.493)	-	(88.493)
	<u>549.507</u>	<u>(196.892)</u>	<u>352.615</u>	<u>576.584</u>	<u>(196.892)</u>	<u>379.692</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.021	(106.138)	70.883	177.017	(106.138)	70.879
IR e CSLL	158.787	(57.090)	101.697	158.787	(57.089)	101.698
INSS	72.219	(7.264)	64.955	75.228	(7.265)	67.963
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	11.658	-	11.658	11.539	-	11.539
COFINS	23.693	-	23.693	23.130	-	23.130
Trabalhistas	232.494	-	232.494	262.773	-	262.773
Cíveis	38.626	(16)	38.610	35.883	(16)	35.867
Outras	78.220	-	78.220	58.302	-	58.302
Provisão para perdas (i)	(78.802)	-	(78.802)	(88.493)	-	(88.493)
	<u>740.300</u>	<u>(196.892)</u>	<u>543.408</u>	<u>740.550</u>	<u>(196.892)</u>	<u>543.658</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	576.584	564.669	740.550	720.449
Adições	15.724	109.141	58.018	157.391
Juros/atualizações	4.193	5.120	7.728	8.322
Reversões	(46.994)	(102.346)	(65.996)	(145.612)
Saldo final	<u>549.507</u>	<u>576.584</u>	<u>740.300</u>	<u>740.550</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial (i)</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucros não realizados nos estoques</u>	<u>Passivo Atuarial</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2020</u>
Controladas								
Mineração Usiminas (ii)	2.657.671	-	1.315.630	(359.258)	53.640	(1.126)	-	3.666.557
Soluções Usiminas	692.226	-	81.961	(38.932)	(37.544)	3.389	-	701.100
Usiminas Europa (iii)	129.785	(181.368)	51.010	-	-	-	573	-
Usiminas International	49.268	-	23.895	-	-	-	-	73.163
Usiminas Mecânica	153.059	-	(156.585)	-	264	24.964	-	21.702
UPL	80.849	-	7.708	(4.089)	-	6	-	84.474
					-			
Outros (iv)	<u>24.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.196</u>	<u>76.917</u>
	<u>3.787.579</u>	<u>(181.368)</u>	<u>1.323.619</u>	<u>(402.279)</u>	<u>16.360</u>	<u>27.233</u>	<u>52.769</u>	<u>4.623.913</u>
Controladas em conjunto								
Unigal	519.958	-	88.686	(105.000)	-	(566)	-	503.078
Usiroll	<u>10.692</u>	<u>-</u>	<u>1.633</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>278</u>	<u>-</u>	<u>12.603</u>
	<u>530.650</u>	<u>-</u>	<u>90.319</u>	<u>(105.000)</u>	<u>-</u>	<u>(288)</u>	<u>-</u>	<u>515.681</u>
Coligadas								
Codeme	20.615	-	9.889	-	-	-	-	30.504
MRS	11.797	-	1.191	(967)	-	1	-	12.022
	<u>32.412</u>	<u>-</u>	<u>11.080</u>	<u>(967)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>42.526</u>
	<u>4.350.641</u>	<u>(181.368)</u>	<u>1.425.018</u>	<u>(508.246)</u>	<u>16.360</u>	<u>26.946</u>	<u>52.769</u>	<u>5.182.120</u>

- (i) Ao resultado de equivalência patrimonial de R\$1.425.018, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos, no valor de R\$827; e descontar o lucro não realizado nos estoques, no valor de R\$37.280, apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica, totalizando R\$1.388.565.
- (ii) Na coluna Lucros não realizados nos estoques, o valor de R\$53.640 refere-se a reversão de perda de ativo gerado na aquisição de controlada, conforme apresentado na Nota 18.
- (iii) A baixa do período refere-se a ao encerramento das atividades da Usiminas Europa S.A..
- (iv) Corresponde à reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) no montante de R\$53.621, deduzido da amortização do direito minerário no montante de R\$1.425.

(ii) Consolidado

	31/12/2019	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuaria	31/12/2020
Controladas em conjunto						
Participações controladas em conjunto	533.199	-	93.084	(107.932)	(288)	518.063
Ágio em controladas em conjunto	4.668	-	-	-	-	4.668
	537.867	-	93.084	(107.932)	(288)	522.731
Coligadas						
Participações em coligadas (i)	508.071	22	66.675	(46.028)	37	528.777
Ágio em coligadas	7.200	-	-	-	-	7.200
	515.271	22	66.675	(46.028)	37	535.977
Total	1.053.138	22	159.759	(153.960)	(251)	1.058.708

(i) A adição do período refere-se a aumento de capital na Terminal de Cargas Paraopeba S.A. sem alteração no percentual de participação societária da Companhia.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2020:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	297.591	190.956	106.635	160.684	(4.426)	30,77%
MRS (i)	Brasil	11.260.096	6.947.262	4.312.834	3.604.965	430.301	11,41%

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.460	64.433	9.245	2.538	40.778	5.718
Contas a receber	1.094	62.574	3.999	869	65.896	3.605
Estoques	-	35.726	1.049	-	42.232	481
Impostos a recuperar	-	4.215	-	-	10.353	-
Outros	8	1.371	131	8	(238)	95
Total do ativo circulante	3.562	168.319	14.424	3.415	159.021	9.899
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	2.785	27	-	3.465	317
Imobilizado	2.205	825.149	12.245	2.385	840.560	13.405
Intangível	-	473	3	-	391	4
Total do ativo não circulante	2.205	828.407	12.275	2.385	844.416	13.726
Total do ativo	5.767	996.726	26.699	5.800	1.003.437	23.625
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	12	-	-	25	-
Fornecedores	148	20.179	266	123	18.954	196
Contingências	-	3.494	-	-	2.546	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	221.225	-	-	212.533	-
Outros	855	28.131	1.228	580	19.117	2.045
Patrimônio líquido	4.764	723.685	25.205	5.097	750.262	21.384
Total do passivo e patrimônio líquido	5.767	996.726	26.699	5.800	1.003.437	23.625

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2020			31/12/2019		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	10.374	290.198	16.033	8.951	318.655	17.286
Custo produtos e serviços vendidos	(3.696)	(117.037)	(8.897)	(3.333)	(109.879)	(9.539)
Receitas (despesas) operacionais	(3)	(12.320)	(2.387)	(87)	1.197	(2.183)
Receitas (despesas) financeiras	50	6.180	160	121	19.323	310
Provisão IRPJ e CSLL	(1.196)	(42.790)	(1.644)	(1.048)	(59.721)	(2.051)
Lucro líquido do exercício	5.529	124.231	3.265	4.604	169.575	3.823

16 Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2020			31/12/2019		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.021.930	(1.307.671)	714.259	2.069.429	(1.323.470)	745.959
Máquinas e equipamentos	5	21.232.691	(14.283.215)	6.949.476	21.024.823	(13.592.823)	7.432.000
Instalações	4	996.228	(353.401)	642.827	946.461	(318.382)	628.079
Móveis e utensílios	16	59.253	(48.514)	10.739	53.508	(45.259)	8.249
Equipamentos de informática	25	215.097	(187.296)	27.801	206.163	(179.571)	26.592
Veículos	16	34.809	(34.760)	49	34.809	(34.752)	57
Ferramentas e aparelhos	20	211.264	(192.457)	18.807	207.024	(186.279)	20.745
Direito de Uso		33.149	(26.172)	6.977	45.536	(14.964)	30.572
		<u>24.804.421</u>	<u>(16.433.486)</u>	<u>8.370.935</u>	<u>24.587.753</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>8.892.253</u>
Terrenos		<u>274.423</u>	-	<u>274.423</u>	<u>274.985</u>	-	<u>274.985</u>
Total em operação		<u>25.078.844</u>	<u>(16.433.486)</u>	<u>8.645.358</u>	<u>24.862.738</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>9.167.238</u>
Em obras							
Obras em andamento		790.974	-	790.974	511.963	-	511.963
Imobilizado em processamento		48.904	-	48.904	79.431	-	79.431
Importações em andamento		35.624	-	35.624	21.570	-	21.570
Adiantamentos a fornecedores		17.032	-	17.032	22.220	-	22.220
Encargos de empréstimos capitalizados		27.576	-	27.576	13.865	-	13.865
Outros		<u>62.389</u>	-	<u>62.389</u>	<u>76.026</u>	-	<u>76.026</u>
Total em obras		<u>982.499</u>	-	<u>982.499</u>	<u>725.075</u>	-	<u>725.075</u>
		<u>26.061.343</u>	<u>(16.433.486)</u>	<u>9.627.857</u>	<u>25.587.813</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>9.892.313</u>

		Consolidado					
		31/12/2020			31/12/2019		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.425.852	(1.543.039)	882.813	2.447.607	(1.533.595)	914.012
Máquinas e equipamentos	5	22.513.945	(15.256.875)	7.257.070	22.276.241	(14.509.944)	7.766.297
Instalações	4	1.740.728	(813.851)	926.877	1.683.791	(728.958)	954.833
Móveis e utensílios	16	74.778	(61.896)	12.882	70.030	(59.776)	10.254
Equipamentos de informática	25	260.067	(227.700)	32.367	250.295	(218.143)	32.152
Veículos	16	49.938	(48.033)	1.905	49.915	(49.851)	64
Ferramentas e aparelhos	20	243.527	(214.282)	29.245	238.549	(206.889)	31.660
Direito de Uso		117.599	(57.204)	60.395	129.411	(23.087)	106.324
Impairment (i)		(66.047)	-	(66.047)	(72.503)	-	(72.503)
Outros		115.496	(13.365)	102.131	129.438	(9.533)	119.905
		<u>27.475.883</u>	<u>(18.236.245)</u>	<u>9.239.638</u>	<u>27.202.774</u>	<u>(17.339.776)</u>	<u>9.862.998</u>
Terrenos		<u>463.884</u>	<u>-</u>	<u>463.884</u>	<u>654.118</u>	<u>-</u>	<u>654.118</u>
Total em operação		<u>27.939.767</u>	<u>(18.236.245)</u>	<u>9.703.522</u>	<u>27.856.892</u>	<u>(17.339.776)</u>	<u>10.517.116</u>
Em obras							
Obras em andamento		1.087.472	-	1.087.472	707.843	-	707.843
Imobilizado em processamento		106.783	-	106.783	107.112	-	107.112
Importações em andamento		35.629	-	35.629	21.599	-	21.599
Adiantamentos a fornecedores		31.443	-	31.443	30.790	-	30.790
Encargos de empréstimos capitalizados		27.576	-	27.576	14.755	-	14.755
Impairment (i)		(52.680)	-	(52.680)	(56.873)	-	(56.873)
Outros		66.289	-	66.289	82.349	-	82.349
Total em obras		<u>1.302.512</u>	<u>-</u>	<u>1.302.512</u>	<u>907.575</u>	<u>-</u>	<u>907.575</u>
		<u>29.242.279</u>	<u>(18.236.245)</u>	<u>11.006.034</u>	<u>28.764.467</u>	<u>(17.339.776)</u>	<u>11.424.691</u>

(i) Refere-se a perda por *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Controladora								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	745.959	7.432.000	628.079	20.745	274.985	725.075	30.572	9.892.313
Adições (i)	1.012	24.532	706	28	-	522.491	-	548.831
Remensuração	-	-	-	-	-	-	3.858	3.858
Baixas	(4.116)	(1.734)	(791)	(26)	(563)	(7.501)	(12.563)	(27.294)
Depreciação	(43.846)	(693.375)	(37.505)	(6.539)	-	-	(14.890)	(807.143)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	27.576	-	27.576
Transferências	15.250	188.078	52.392	4.599	-	(274.936)	-	-
Outros	-	(25)	(54)	-	1	(10.206)	-	(10.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	714.259	6.949.476	642.827	18.807	274.423	982.499	6.977	9.627.857

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$548.831.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Controladora									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	-	(428.974)	10.248.224
Adições (i)	2.287	29.342	3.738	364	-	479.803	-	-	515.714
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	45.536	-	45.536
Baixas	-	(1.661)	-	(26)	(3)	(65)	-	-	(1.755)
Depreciação	(43.664)	(693.266)	(41.657)	(6.457)	-	-	(14.964)	-	(807.561)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	13.865	-	-	13.865
Impairment (iii)	-	(93.517)	-	-	-	(335.462)	-	428.974	-
Transferências	(1.099)	112.002	9.714	10.558	-	(149.946)	-	-	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(120.291)	-	-	-	(120.291)
Outros	-	940	-	-	-	(2.354)	-	-	(1.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	745.959	7.432.000	628.079	20.745	274.985	725.075	30.572	-	9.892.313

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$515.714.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	914.012	7.766.297	954.833	31.660	654.118	964.448	106.324	(129.376)	162.375	11.424.691
Adições (i)	1.012	24.970	706	1.075	784	739.863	-	-	297	768.707
Remensuração	-	-	-	-	-	-	4.433	-	-	4.433
Baixas	(4.118)	(2.400)	(791)	(691)	(563)	(8.488)	(12.563)	1.124	(14.025)	(42.515)
Depreciação	(69.083)	(762.036)	(87.572)	(9.164)	-	-	(37.801)	15.917	(18.031)	(967.770)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	27.576	-	-	-	27.576
Impairment (iii)	583	(1.337)	-	-	54.394	-	-	(6.392)	-	47.248
Transferências	15.250	188.078	52.392	4.599	-	(274.936)	-	-	14.617	-
Transferências para propriedade para investimento					(245.000)					(245.000)
Outros	25.157	43.498	7.309	1.766	151	(93.271)	2	-	4.052	(11.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	882.813	7.257.070	926.877	29.245	463.884	1.355.192	60.395	(118.727)	149.285	11.006.034

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$768.707.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Consolidado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	946.442	8.460.588	1.034.390	28.632	774.412	900.075	-	(575.109)	145.592	11.715.022
Adições (i)	2.539	34.966	3.738	364	-	604.420	-	-	8.929	654.956
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	129.411	-	-	129.411
Baixas	(1.205)	(2.102)	(1)	(39)	(3)	(65)	-	-	(39)	(3.454)
Depreciação	(57.758)	(772.514)	(104.050)	(9.343)	-	-	(23.087)	16.759	(13.514)	(963.507)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	13.865	-	-	-	13.865
Impairment (iii)	-	(93.517)	-	-	-	(335.462)	-	428.974	5	-
Transferências	(1.099)	112.002	9.714	11.458	-	(151.041)	-	-	18.966	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(120.291)	-	-	-	-	(120.291)
Outros	25.093	26.874	11.042	588	-	(67.344)	-	-	2.436	(1.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	914.012	7.766.297	954.833	31.660	654.118	964.448	106.324	(129.376)	162.375	11.424.691

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$646.236.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2020, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na reforma do alto forno 3, construção do novo gasômetro e reforma geral da caldeira 130/2, em Ipatinga (MG), bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2020, no Consolidado, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$1.355.192, refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$27.576 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2020, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Outras receitas (despesas) operacionais”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R\$561.363, R\$232.008, R\$3.013 e R\$10.759 (31 de dezembro de 2019 – R\$585.085, R\$212.500, R\$2.997 e R\$6.979), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Outras receitas (despesas) operacionais”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$707.220, R\$242.579, R\$4.076 e R\$13.895 (31 de dezembro de 2019 - R\$708.673, R\$240.130, R\$4.105 e R\$10.599), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 40).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são mineração e logística, siderurgia, transformação do aço e bens de capital (Nota 28).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. Estimamos que o valor justo líquido de despesas de alienação, sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,20% a.a.

As taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados do segmento de siderurgia foram descontados à taxa nominal de 11,49%, que antes dos tributos equivalem a 16,92% em 2020. Os fluxos de caixa futuros estimados do segmento de mineração foram descontados à taxa real de 8,31%, que antes dos tributos equivalem a 11,78% em 2020.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mineração e logística	11.868	11.868
Transformação do aço	<u>2.433</u>	<u>2.433</u>
	<u>14.301</u>	<u>14.301</u>

Como resultado dos testes de valor recuperável, as seguintes perdas por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 33 (b)):

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>
Mineração e logística	<u>(3.068)</u>

As unidades de Siderurgia e de Bens de Capital não possuíam ativos intangíveis com vida útil indefinida.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 33 (b)):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mineração e logística				
Direitos minerários (i)	-	-	812.576	-
Siderurgia				
Investimentos (ii)	107.261	16.731	-	-
Imobilizado (ii)	-	-	53.640	-
Intangível (i) (ii)	-	-	53.621	16.731
Bens de capital				
Intangível	-	-	(1.191)	-
Imobilizado	-	-	(6.392)	-
Propriedades para investimento	-	(30.089)	(181.600)	(30.089)
	<u>107.261</u>	<u>(13.358)</u>	<u>730.654</u>	<u>(13.358)</u>

- (i) A reversão do *impairment* do direito minerário ocorreu, substancialmente, devido as mudanças de estimativa de preço futuro de minério de ferro e do dólar.
- (ii) Na Controladora, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$107.261 (31 de dezembro de 2019 – R\$16.731) refere-se a reversão de *impairment* de ativo gerado na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível e imobilizado.

Os ativos de longo prazo da unidade de Transformação do Aço foram revisados, não sendo verificado indicadores de *impairment*.

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD77,00/t e USD95,00/t para o curto prazo e USD95,00/t para o longo prazo. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrada reversão por *impairment* de direitos minerários no valor de R\$812.576, alocado no ativo intangível. Adicionalmente foi registrada perda por *impairment* no valor de R\$181.600, em propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí. A perda foi apurada em decorrência da desvalorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço, da propriedade em relação ao seu valor de custo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram registradas perdas por *impairment* no valor de R\$3.068 relacionadas ao ágio no investimento na controlada em conjunto, Modal. Em 31 de dezembro de 2020, não foram apuradas perdas por *impairment* de ágio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a perda por *impairment* remanescente no valor de R\$592.952 (R\$53.260 nos estoques e R\$539.692 em direitos minerários), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

O valor em uso do segmento siderurgia foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro.

A revisão nas estimativas dos volumes de vendas futuros combinado com as projeções de aumento dos custos de matérias primas atrelados ao dólar, diminuíram o valor recuperável líquido estimado dos ativos testados, resultando em perda por *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrada reversão por *impairment* no segmento siderurgia no valor de R\$107.261, (31 de dezembro de 2019 – R\$16.731) de investimento decorrente de ativo gerado na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível e imobilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrada perda por *impairment* no segmento siderurgia no valor de R\$30.089, correspondente à perda em propriedades para investimento e reversão de *impairment* de R\$16.731 correspondente ao ativo intangível.

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2021, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(e) Testes de *impairment* do segmento bens de capital

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrada perda por *impairment* no segmento no valor de R\$7.583, sendo R\$6.392 referente à totalidade do saldo do imobilizado e R\$1.191 sobre a totalidade do intangível, reflexo da forte retração do mercado de bens de capital que não retomou o crescimento com geração de resultado sustentável para a companhia.

Os ativos de longo prazo da unidade de Bens de Capital foram revisados, com projeções e premissas atualizados, cujo resultado não indicou reversão de *impairment*.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

18 Intangível

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

							Controladora
							31/12/2020
							31/12/2019
	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	23	283.763	(234.343)	49.420	254.145	(213.071)	41.074
Intangível em processamento	-	54.692	-	54.692	49.281	-	49.281
		<u>338.455</u>	<u>(234.343)</u>	<u>104.112</u>	<u>303.426</u>	<u>(213.071)</u>	<u>90.355</u>
							Consolidado
							31/12/2020
							31/12/2019
	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	23	349.747	(292.185)	57.562	317.803	(268.410)	49.393
Ágio	-	2.433	-	2.433	2.433	-	2.433
Direitos Minerários (i)	-	2.175.109	(119.581)	2.055.528	2.176.535	(96.217)	2.080.318
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(574.605)	-	(574.605)	(1.457.058)	-	(1.457.058)
Outros	-	60.758	(3.477)	57.281	55.171	(3.335)	51.836
		<u>2.013.442</u>	<u>(415.243)</u>	<u>1.598.199</u>	<u>1.094.884</u>	<u>(367.962)</u>	<u>726.922</u>

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R\$0,67 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*, que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		
	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Adições	47	27.282	27.329
Transferências	29.571	(29.571)	-
Amortização	(21.272)	-	(21.272)
Outros	-	7.700	7.700
Saldos em 31 de dezembro de 2020	49.420	54.692	104.112
Custo total	283.763	54.692	338.455
Amortização acumulada	(234.343)	-	(234.343)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	49.420	54.692	104.112
Taxas anuais de amortização %	23	-	-
	Controladora		
	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	49.332	29.011	78.343
Adições	855	31.021	31.876
Transferências	11.210	(11.210)	-
Amortização	(20.323)	-	(20.323)
Outros	-	459	459
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.074	49.281	90.355
Custo total	254.145	49.281	303.426
Amortização acumulada	(213.071)	-	(213.071)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Taxas anuais de amortização %	31	-	-

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Adições	-	-	1.576	28.396	29.972
Transferências	-	-	30.508	(30.508)	-
Amortização	(8.534)	-	(23.776)	(143)	(32.453)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (ii)	866.197	-	(1.191)	-	865.006
Outros	-	-	1.052	7.700	8.752
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.480.923	2.433	57.562	57.281	1.598.199
Custo total	1.600.504	2.433	349.747	60.758	2.013.442
Amortização acumulada	(119.581)	-	(292.185)	(3.477)	(415.243)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.480.923	2.433	57.562	57.281	1.598.199
Taxas anuais de amortização %	-	-	23	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R\$0,67 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*, que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

(ii) Refere-se a reversão de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Adições	-	-	2.852	32.363	35.215
Transferências	-	-	11.637	(11.637)	-
Amortização	(4.023)	-	(23.115)	(1.140)	(28.278)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (ii)	16.731	-	-	-	16.731
Outros	7.990	-	(791)	459	7.658
Saldos em 31 de dezembro de 2020	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Custo total	719.477	2.433	317.803	55.171	1.094.884
Amortização acumulada	(96.217)	-	(268.410)	(3.335)	(367.962)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Taxas anuais de amortização %	-	-	31	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R\$0,67 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*, que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

(ii) Refere-se a reversão de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$373 e R\$20.899 (31 de dezembro de 2019 - R\$217 em “Custos das vendas” e R\$20.106 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$9.208, R\$53 e R\$23.192 (31 de dezembro de 2019 - R\$5.653, R\$57 e R\$22.568), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da Controladora uma reversão de *impairment* no valor de R\$53.621 (31 de dezembro de 2019 – R\$16.731 na controlada Mineração Usiminas), conforme Nota 17 (b) (ii).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No país	934.161	966.044	1.189.390	1.194.580
No exterior	166.315	56.256	177.301	69.178
Valores a pagar a empresas ligadas	866.448	383.531	550.999	254.512
	<u>1.966.924</u>	<u>1.405.831</u>	<u>1.917.690</u>	<u>1.518.270</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$880.711 em Títulos a pagar na Controladora e no Consolidado refere-se à operações de forfaiting e cessão de crédito com fornecedores nacionais e estrangeiros de matérias-primas, cujos contratos negociados possuem prazo de pagamento de até 240 dias e taxas entre 2,5% a.a. e 6,1% a.a.

20 Empréstimos e financiamentos

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FINAME	R\$	2021 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	3.910	8.050	4.233	11.930
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	-	-	8.515	37.845
Comissões e Outros Custos	-	-	-	-	-	(321)	(850)
				<u>3.910</u>	<u>8.050</u>	<u>12.427</u>	<u>48.925</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bonds	US\$	2026	5,875% a.a.	109.700	3.897.525	79.921	3.023.025
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(63.215)	-	(74.709)
				<u>109.700</u>	<u>3.834.310</u>	<u>79.921</u>	<u>2.948.316</u>
Em moeda nacional				<u>3.910</u>	<u>8.050</u>	<u>12.427</u>	<u>48.925</u>
				<u>113.610</u>	<u>3.842.360</u>	<u>92.348</u>	<u>2.997.241</u>

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FINAME	R\$	2021 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	4.016	8.096	5.511	12.569
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	-	-	8.515	37.845
Outros	R\$	2021 a 2022	8,24% a.a.	3.022	4.610	2.690	5.268
Comissões e outros custos	-	-	-	-	-	(321)	(850)
				<u>7.038</u>	<u>12.706</u>	<u>16.395</u>	<u>54.832</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bonds	US\$	2026	5,875% a.a.	109.700	3.897.525	79.921	3.023.025
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(63.215)	-	(74.202)
				<u>109.700</u>	<u>3.834.310</u>	<u>79.921</u>	<u>2.948.823</u>
Em moeda nacional				<u>7.038</u>	<u>12.706</u>	<u>16.395</u>	<u>54.832</u>
				<u>116.738</u>	<u>3.847.016</u>	<u>96.316</u>	<u>3.003.655</u>

20.2 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	9.865	-	13.013
2022	3.378	10.002	6.038	12.732
2023	2.976	10.304	4.968	10.329
2024	1.696	9.799	1.700	9.803
2025	-	8.955	-	8.955
2026	<u>3.834.310</u>	<u>2.948.316</u>	<u>3.834.310</u>	<u>2.948.823</u>
	<u>3.842.360</u>	<u>2.997.241</u>	<u>3.847.016</u>	<u>3.003.655</u>

20.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.089.589	4.945.063	3.099.971	4.959.770
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	2.861.018	-	2.811.557
Juros provisionados	262.435	317.700	262.851	318.326
Variação monetária	580	54.470	648	54.719
Variação cambial	874.500	178.648	874.500	228.109
Amortizações de encargos	(236.186)	(308.077)	(236.343)	(308.983)
Amortizações/baixas de principal	(47.613)	(4.952.154)	(50.031)	(4.956.955)
Diferimento de comissões	12.665	(7.079)	12.158	(6.572)
Saldo final	<u>3.955.970</u>	<u>3.089.589</u>	<u>3.963.754</u>	<u>3.099.971</u>

20.4 Covenants

(a) Das debêntures e dos Bonds

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento do seguinte índice, calculado em uma base consolidada:

(i) Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

- menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou o seguinte índice, conforme demonstrado a seguir:

Indicador	Índice contratado	Índice apurado
Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5	0,3

Em relação aos *covenants* não financeiros, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

21 Debêntures

As duas séries de debêntures de emissão da Controladora, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, possuem pagamentos anuais que vencem entre 2023 e 2025, além de encargos financeiros de 1,7% a.a. + 100% do certificado de depósito interbancário (CDI) para a primeira série e 2,1% a.a. + 100% do CDI para a segunda série.

A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.006.267	890.020
Ingressos	-	2.000.000
Encargos provisionados	68.898	51.060
Variação monetária	30.159	14.169
Amortização de encargos	(100.716)	(55.433)
Amortização de principal	-	(893.549)
Saldo final (i)	<u>2.004.608</u>	<u>2.006.267</u>
Passivo circulante	19.214	25.017
Passivo não circulante	<u>1.985.394</u>	<u>1.981.250</u>

(i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R\$14.606 (31 de dezembro de 2019 - R\$18.750), referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2020, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$19.214 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2019 - R\$25.017).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2023	694.888	693.438
2024	645.253	643.906
2025	<u>645.253</u>	<u>643.906</u>
	<u>1.985.394</u>	<u>1.981.250</u>

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	48.378	27.693	57.415	32.769
IPI	37.866	27.403	41.127	29.424
IRRF	9.954	9.144	11.977	11.315
ISS	1.353	1.876	4.554	5.905
PIS e COFINS	1.897	2.726	3.485	5.192
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	37.927	11.119
Outros	5.882	1.169	8.477	3.873
	<u>105.330</u>	<u>70.011</u>	<u>164.962</u>	<u>99.597</u>

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.457	(100.079)	4.378	104.391	(100.079)	4.312
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.270</u>	<u>196.892</u>	<u>4.378</u>	<u>201.204</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.312</u>

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.457	(100.079)	4.378	104.391	(100.079)	4.312
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
PERT	2	-	2	2	-	2
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.272</u>	<u>196.892</u>	<u>4.380</u>	<u>201.206</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.314</u>

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial (i)	201.204	201.070	201.206	201.072
Provisão (reversão) de juros	66	134	66	134
Subtotal	<u>201.270</u>	<u>201.204</u>	<u>201.272</u>	<u>201.206</u>
Saldo compensação depósito judicial	<u>(196.892)</u>	<u>(196.892)</u>	<u>(196.892)</u>	<u>(196.892)</u>
Saldo final	<u>4.378</u>	<u>4.312</u>	<u>4.380</u>	<u>4.314</u>

(i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R\$196.892 (31 de dezembro de 2019 – R\$196.892) na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24 Passivos de arrendamento

Para a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de 7,34% a.a. e 10,53% a.a..

Em 31 de dezembro de 2020, a movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial	31.807	109.270
Remensuração	3.858	4.433
Baixa	(13.329)	(13.329)
Pagamentos	(16.580)	(43.643)
Juros	<u>1.725</u>	<u>7.976</u>
Saldo final	<u>7.481</u>	<u>64.707</u>
Circulante	6.715	26.787
Não circulante	<u>766</u>	<u>37.920</u>

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

(a) Controladora

		<u>31/12/2020</u>		
		<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Total</u>
Contratos de arrendamentos (i)		7.049	781	7.830
Ajuste a valor presente		<u>(334)</u>	<u>(15)</u>	<u>(349)</u>
		<u>6.715</u>	<u>766</u>	<u>7.481</u>

		<u>31/12/2019</u>			
		<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contratos de arrendamentos (i)		13.707	12.226	11.124	37.057
Ajuste a valor presente		<u>(2.222)</u>	<u>(1.496)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(5.250)</u>
		<u>11.485</u>	<u>10.730</u>	<u>9.592</u>	<u>31.807</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora não possui futuros pagamentos mínimos classificados entre 2 e 5 anos.

(b) Consolidado

				31/12/2020
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	31.462	23.228	20.048	74.738
Ajuste a valor presente	(4.675)	(3.111)	(2.245)	(10.031)
	<u>26.787</u>	<u>20.117</u>	<u>17.803</u>	<u>64.707</u>
				31/12/2019
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	38.499	38.695	52.217	129.411
Ajuste a valor presente	(8.004)	(6.244)	(5.893)	(20.141)
	<u>30.495</u>	<u>32.451</u>	<u>46.324</u>	<u>109.270</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos.

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

				Controladora
				31/12/2019
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa				
Contraprestação do arrendamento	7.106	6.789	33.629	28.865
PIS/COFINS potencial (9,25%)	724	692	3.428	2.942
	<u>7.830</u>	<u>7.481</u>	<u>37.057</u>	<u>31.807</u>
				Consolidado
				31/12/2019
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa				
Contraprestação do arrendamento	67.824	58.722	117.441	99.163
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.913	5.985	11.970	10.107
	<u>74.737</u>	<u>64.707</u>	<u>129.411</u>	<u>109.270</u>

25 Provisão para demandas judiciais

Controladora						
	31/12/2020			31/12/2019		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	3.064	-	3.064	-	-	-
ICMS	101.192	-	101.192	52.385	-	52.385
Trabalhistas	399.329	(126.811)	272.518	460.002	(145.080)	314.922
Cíveis	152.837	(24.064)	128.773	146.931	(19.432)	127.499
	656.422	(150.875)	505.547	659.318	(164.512)	494.806

Consolidado						
	31/12/2020			31/12/2019		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	3.736	(58)	3.678	57	(57)	-
ICMS	102.268	(1.254)	101.014	53.444	(1.234)	52.210
PIS/COFINS	2.049	-	2.049	2.009	-	2.009
Trabalhistas	491.105	(177.526)	313.579	556.585	(200.861)	355.724
Cíveis	189.510	(40.695)	148.815	157.620	(35.584)	122.036
Outras	10.933	(2.747)	8.186	7.671	(2.699)	4.972
	799.601	(222.280)	577.321	777.386	(240.435)	536.951

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	<u>659.318</u>	<u>474.106</u>	<u>777.386</u>	<u>635.551</u>
Adições	111.644	246.742	151.410	294.430
Juros/atualizações	73.496	156.073	98.273	176.634
Amortizações/baixas	(73.221)	(111.409)	(76.475)	(143.867)
Reversões de principal	(88.520)	(51.557)	(118.847)	(92.509)
Reversões de juros	(24.488)	(54.637)	(26.883)	(57.738)
Transferências entre circulante e não circulante	<u>(1.807)</u>	<u>-</u>	<u>(5.263)</u>	<u>(35.115)</u>
Saldo final	<u>656.422</u>	<u>659.318</u>	<u>799.601</u>	<u>777.386</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2020 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	64.775	133.041
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	310.352	298.882
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	8.548	8.105
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando julgamento de recurso no STJ.	5.149	3.920
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Celebrado acordo com o CADE, prevendo o parcelamento do pagamento, em 3 anos (parcelas semestrais).	118.751	117.829
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	46.401	45.566
Ação pleiteando a não incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre um terço de férias.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	49.817	-
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	20.388	17.078
Outras ações de natureza trabalhista.	-	24.202	28.079
Outras ações de natureza tributária.	-	8.039	6.818
		656.422	659.318

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	1.076	1.059
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	61.716	62.628
Outras ações de natureza cível.	-	7.054	7.403
Outras ações de natureza tributária.	-	10.168	9.365
		80.014	80.455

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões da Controladora	656.422	659.318
Provisões da Soluções Usiminas	80.014	80.455
Provisões das demais empresas	63.165	37.613
Total do Consolidado	799.601	777.386

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	96.518	95.577
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	42.745	42.398
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aguardando julgamento em primeira instância administrativa.	49.208	48.071
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.268.327	1.251.279
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	55.096	54.437
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	41.334	40.993
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	652.003	644.131
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	48.297	47.620
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais, saúde e segurança do trabalho.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	51.459	50.981
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	319.280	315.085

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	115.433
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referentes a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoeletrica (industrialização por transformação).	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	63.948	62.701
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	37.758	33.159
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	551.732	539.686
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	312.187	279.147
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	75.914	466.716
Manifestações de Inconformidades apresentadas em face de Despacho Decisório que reconheceram apenas parcialmente o direito creditório advindo de ação judicial transitada em julgada que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	1.135.011	1.111.807
ICMS - Execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança do débito, decorrente da indicação da Zona Franca de Manaus como destino de mercadorias sem a respectiva comprovação do seu internamento na área incentivada.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	47.695	47.285
Auto de infração lavrado para cobrança de multa de um por cento sobre o valor aduaneiro da mercadoria, prevista no art. 84 da Medida Provisória nº 2.158-35/01 c/c art. 69, § 1º, da Lei nº 10.833/03 e no art. 711, inciso III, do Regulamento Aduaneiro	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	25.456	24.761
Auto de infração lavrado pela Receita Federal alegando irregularidade no aproveitamento de créditos PIS/COFINS,	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	70.681	69.154
ICMS – Ação anulatória do débito fiscal exigido pelo Estado do Rio Grande do Sul sob alegação de não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	299.076	292.562
ICMS – Ação anulatória do débito fiscal exigido pelo Estado do Rio Grande do Sul sob alegação de que a Usiminas estava em situação fiscal irregular quando do aproveitamento de créditos presumidos.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	111.577	109.538
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha referente ao imóvel onde está localizado o porto de Praia Mole/ES	Aguarda-se sentença.	42.677	41.555
Ação indenizatória, em que se requer indenização por dano material e moral baseada em descumprimento de suposto acordo comercial existente entre as partes.	-	294.098	-
Ação civil pública ajuizada pelo ministério público federal	Aguarda-se julgamento de recurso no STJ.	59.847	-
Ação de cobrança do valor correspondente aos reajustes anuais do contrato e pagamentos supostamente devidos.	Processo em fase de realização de perícia.	36.045	31.485
Ação de cobrança de valor correspondente aos reajustes anuais de contrato celebrado com um fornecedor.	Aguardando sentença.	16.223	14.411
Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional, que objetiva a cobrança de créditos tributários referentes à inscrição em dívida ativa aplicada pela extinta Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB.	-	13.125	13.987
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	180.090	89.229
Outras ações de natureza trabalhista.	-	65.936	65.655
Outras ações de natureza tributária.	-	367.603	65.290
		6.546.379	6.064.133

(ii) **Contingências da Usiminas Mecânica**

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	775.743	719.962
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando conclusão da perícia.	714.171	627.647
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando conclusão da perícia.	146.476	129.246
ICMS exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	15.195	14.980
Pedido de restituição de pagamento a maior de IRPJ/CSLL cujo valor envolvido foi objeto de diversas compensações.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	57.656	-
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	89.665	166.353
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	45.681	40.532
Outras ações de natureza tributária.	-	27.254	27.122
		1.871.841	1.725.842

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	17.952	17.617
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	169.390	150.847
Outras ações de natureza tributária.	-	82.691	80.815
Outras ações de natureza cível.	-	32.398	14.434
Outras ações de natureza ambiental.	-	3.046	-
		305.477	263.713

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2020	31/12/2019
		Saldo	Saldo
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	38.447	37.663
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	58.364	29.962
Outras ações de natureza cível.	-	12.136	12.728
Outras ações de natureza trabalhista.	-	6.690	6.014
Outras ações de natureza tributária.	-	4.019	3.923
		119.656	90.290
		31/12/2020	31/12/2019
Contingências da Controladora		6.546.379	6.064.133
Contingências da Usiminas Mecânica		1.871.841	1.725.842
Contingências da Soluções Usiminas		305.477	263.713
Contingências da Mineração Usiminas		119.656	90.290
Contingências das demais empresas		29.196	23.897
Total do Consolidado		8.872.549	8.167.875

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2020:

(i) Empréstimo compulsório - Eletrobras

A Companhia figura como parte ativa nos processos visando receber o valor integral recolhido à Eletrobras pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

Estes processos tiveram as suas ações declaratórias transitadas em julgado e decisões judiciais de cumprimento de sentença favoráveis à Usiminas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante incontroverso de R\$305.848 em suas demonstrações financeiras, relativo ao processo da filial de Cubatão.

A Companhia continua pleiteando judicialmente os valores remanescentes não reconhecidos, que atualizados na data-base de 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$576.743 e R\$775.787 para Cubatão e Ipatinga, respectivamente.

(ii) ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Durante o exercício de 2019, transitaram em julgado algumas ações judiciais da Companhia, suas controladas Usiminas Mecânica S.A. e Mineração Usiminas S.A., além da controlada em conjunto Unigal Ltda., as quais questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. As referidas decisões, referentes a períodos diversos desde novembro de 2001, foram favoráveis à Companhia e às suas controladas.

A Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna nº. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram registrados nas demonstrações financeiras os montantes de R\$115.899 na Controladora e de R\$156.561 no Consolidado.

26 Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$230.002 (31 de dezembro de 2019 – R\$231.591).

Os gastos com a recuperação ambiental e desmobilização de ativos foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

27 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	676.280	815.365	691.024	828.332
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>739.152</u>	<u>702.997</u>	<u>780.777</u>	<u>746.464</u>
	<u>1.415.432</u>	<u>1.518.362</u>	<u>1.471.801</u>	<u>1.574.796</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Notas 33 (b) e 34)				
Benefícios de planos de aposentadoria	(36.919)	(41.738)	(38.007)	(41.802)
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>(48.799)</u>	<u>(44.169)</u>	<u>(51.685)</u>	<u>(44.005)</u>
	<u>(85.718)</u>	<u>(85.907)</u>	<u>(89.692)</u>	<u>(85.807)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(133.508)	(625.954)	(132.459)	(628.392)
Redução (aumento) no ativo (<i>asset celing</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	(11.330)	240.386	(11.330)	240.386
Ganhos (perdas) da renegociação da dívida PB1 reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	<u>446.508</u>	<u>-</u>	<u>446.508</u>	<u>-</u>
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	<u>301.670</u>	<u>(385.568)</u>	<u>302.719</u>	<u>(388.006)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o total da Controladora inclui o valor de R\$26.946 (31 de dezembro de 2019 – R\$35.852) e do consolidado inclui o valor de R\$27.992 (31 de dezembro de 2019 – R\$38.291) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

27.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber o seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Oferece também, auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral.

Além disso, os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

27.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com o plano PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$556.510 com os planos PB1 e PBD em 31 de dezembro de 2019 era de R\$705.618.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 176 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de R\$1.331.339 (R\$146.058 - 31 de dezembro de 2019). O valor de mercado foi obtido por laudo de avaliação na data de concessão da garantia.

(a) Renegociação da dívida contratada do Plano de Previdência Complementar PB1

Em 27 de junho de 2019, a Companhia ajuizou Tutela Cautelar Antecedente com o objetivo de suspender, junto à Previdência Usiminas, a exigibilidade de pagamento das parcelas mensais previstas no Instrumento Particular de Confissão de Dívida, o qual tinha por objeto o programa de amortização da insuficiência de reservas do Plano de Benefícios PB1.

Em 24 de março de 2020, um acordo (“Acordo”) foi homologado para permitir a extinção do processo judicial ajuizado pela Companhia em face da Previdência Usiminas, com o objetivo, entre outros, de obter: (i) tutela para eximir a Usiminas de continuar a promover o pagamento das parcelas mensais do programa de amortização do déficit do Plano de Previdência Complementar PB1 (“Plano PB 1”), nos termos de Instrumento Particular celebrado, em 12 de junho de 2001, entre a Companhia e a Previdência Usiminas (“Contrato 2001”); e (ii) provimento judicial determinando a devolução, pela Previdência Usiminas, do montante pago a maior pela Usiminas, no âmbito do referido Instrumento.

O Acordo estabelece, entre outras obrigações, que os ganhos atuariais do Plano PB1 apurados nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$716.506, serão utilizados da seguinte forma: (i) quitação do saldo remanescente do Contrato 2001, no valor de R\$322.574, conforme posição em 30 de setembro de 2019; e (ii) devolução à Usiminas do valor remanescente de R\$393.932, em parcela única, a ser paga em até 30 dias contados da data de homologação do Acordo, por ter havido pagamentos de parcelas a maior relacionadas ao Contrato 2001 pela Usiminas diante da demora em sua repactuação. O valor remanescente foi pago pela Previdência Usiminas em 26 de março de 2020. Os ganhos decorrentes do Acordo foram reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Adicionalmente, o Acordo prevê a substituição do Contrato 2001 por um termo de compromisso, no qual a Usiminas assume a obrigação de aportar contribuições extraordinárias para o equacionamento de déficits que venham a ser apurados no Plano PB1, enquanto forem devidos pagamentos de benefícios aos seus participantes e assistidos, até o integral cumprimento das obrigações do Plano PB1.

27.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora				
	31/12/2020				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.045.407)	(1.362)	(7.844.393)
Valor justo dos ativos	5.474.572	1.476.335	925.352	18.890	7.895.149
	686.637	(533.354)	(120.055)	17.528	50.756
Ativo de benefício (asset ceiling)	(686.637)	(23.156)	-	(17.243)	(727.036)
	-	-	-	-	-
	-	(556.510)	(120.055)	285	(676.280)
	Consolidado				
	31/12/2020				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.170.035)	(1.865)	(7.969.524)
Valor justo dos ativos	5.474.572	1.476.335	1.035.739	18.890	8.005.536
	686.637	(533.354)	(134.296)	17.025	36.012
Ativo de benefício (asset ceiling)	(686.637)	(23.156)	-	(17.243)	(727.036)
	-	-	-	-	-
	-	(556.510)	(134.296)	(218)	(691.024)
	Controladora				
	31/12/2019				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.037.315)	(1.716)	(7.779.012)
Valor justo dos ativos	5.677.901	1.637.148	927.182	24.658	8.266.889
	943.965	(368.897)	(110.133)	22.942	487.877
Ativo de benefício (asset ceiling)	(1.280.686)	-	-	(22.556)	(1.303.242)
	-	-	-	-	-
	(336.721)	(368.897)	(110.133)	386	(815.365)
	Consolidado				
	31/12/2019				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.159.441)	(1.716)	(7.901.138)
Valor justo dos ativos	5.677.901	1.637.148	1.036.341	24.658	8.376.048
	943.965	(368.897)	(123.100)	22.942	474.910
Ativo de benefício (asset ceiling)	(1.280.686)	-	-	(22.556)	(1.303.242)
	-	-	-	-	-
	(336.721)	(368.897)	(123.100)	386	(828.332)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$21.370 (31 de dezembro de 2019 – R\$41.721).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia vem acompanhando o déficit patrimonial, no montante de R\$118.719, referente a levantamentos de recursos do Plano PBD. Esses recursos foram levantados por ex-participantes da falida patrocinadora Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). Em razão da ausência de solidariedade de patrocinadoras e de planos de benefícios, a Previdência Usiminas vêm tomando todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação dos recursos levantados em favor dos ex-participantes da COFAVI, bem como para impedir que ocorram novos levantamentos de recursos.

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(7.779.012)	(6.553.495)	(7.901.138)	(6.655.555)
Custo do serviço corrente	(611)	(522)	(1.283)	(667)
Custo dos juros	(521.269)	(585.945)	(529.744)	(595.267)
Benefícios pagos	556.243	547.011	562.339	552.827
Ganhos (perdas) atuariais	(99.744)	(1.186.061)	(99.698)	(1.202.476)
Saldo final	<u>(7.844.393)</u>	<u>(7.779.012)</u>	<u>(7.969.524)</u>	<u>(7.901.138)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	8.266.889	7.502.097	8.376.048	7.608.609
Retorno esperado dos ativos	239.555	1.139.192	247.844	1.147.655
Contribuições reais durante o ano	10.891	120.846	10.892	120.846
Benefícios pagos	(556.243)	(547.011)	(562.339)	(552.827)
Ganhos (perdas) atuariais	(65.943)	51.765	(66.909)	51.765
Saldo final	<u>7.895.149</u>	<u>8.266.889</u>	<u>8.005.536</u>	<u>8.376.048</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo do serviço corrente	(611)	(713)	(777)	(858)
Custo dos juros	(609.892)	(742.869)	(618.367)	(752.191)
Retorno esperado dos ativos	551.659	701.844	559.211	711.247
Ajuste de experiência do plano	21.925	-	21.926	-
	<u>(36.919)</u>	<u>(41.738)</u>	<u>(38.007)</u>	<u>(41.802)</u>

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” e no “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2021 totalizam R\$ 582.967.

Premissas Atuariais

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	(i)	(i)
Taxa de inflação	3,20%	3,60%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	6,50%	6,92%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV	6,92%	7,12%
Retorno esperado sobre os ativos – COSIPREV	5,26%	6,4%
Crescimentos salariais futuros	De 1,50% a 2,90%	De 1,10% a 2,90%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	3,20%	3,60%

(i) Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 3,20%; PBD, 3,20%; USIPREV, 3,60%; e COSIPREV, 2,00%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 3,20%; PBD, 3,20%; USIPREV, 3,40%; e COSIPREV, 2,60%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 27.5.

27.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

Controladora						
31/12/2020						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.045.407)	(1.362)	(7.844.393)	(739.153)
Valor justo dos ativos do plano	5.474.572	1.476.335	925.352	18.890	7.895.149	-
(Déficit) excedente no plano	686.637	(533.354)	(120.055)	17.528	50.756	(739.153)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(91.834)	(36.783)	(8.294)	275	(136.636)	(47.264)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(230.816)	(74.351)	(20.141)	(6.189)	(331.497)	-
Controladora						
31/12/2019						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.037.315)	(1.716)	(7.779.012)	(702.997)
Valor justo dos ativos do plano	5.677.901	1.637.148	927.182	24.658	8.266.889	-
(Déficit) excedente no plano	943.965	(368.897)	(110.133)	22.942	487.877	(702.997)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	37.452	11.031	20.118	275	68.876	39.497
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	472.100	2.757	(17.332)	(5.970)	451.555	-

Consolidado						
31/12/2020						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.170.035)	(1.865)	(7.969.524)	(780.777)
Valor justo dos ativos do plano	5.474.572	1.476.335	1.035.739	18.890	8.005.536	-
(Déficit) excedente no plano	686.637	(533.354)	(134.296)	17.025	36.012	(780.777)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(91.834)	(36.783)	(8.294)	282	(136.629)	(48.003)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(230.816)	(74.351)	(20.141)	(6.247)	(331.555)	-
Consolidado						
31/12/2019						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.159.441)	(1.716)	(7.901.138)	(746.336)
Valor justo dos ativos do plano	5.677.901	1.637.148	1.036.341	24.658	8.376.048	-
(Déficit) excedente no plano	943.965	(368.897)	(123.100)	22.942	474.910	(746.336)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	37.452	11.031	20.118	275	68.876	39.497
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	472.100	2.757	(17.332)	(5.995)	451.530	-

27.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

Controladora e Consolidado			
31/12/2020			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV
Valor presente da obrigação	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.045.407)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	6,50%	6,50%	6,92%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	BREMS 2015 (i)	At-2000 suavizada em 10%	AT-2000, suav. 50% (M) e 40%(F)
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-83 Basic (i)	AT-49	AT-83 Basic
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano			
1% de aumento sobre a taxa real	(508.142)	(208.121)	(156.275)
1% de redução sobre a taxa real	428.047	175.922	127.277
Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade			
Suavizada em 10%	(4.939.555)	(2.074.812)	(1.289.535)
(i) Tábuas segregadas entre masculino e feminino.			

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

27.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício complementar pago pela Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

- (i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 7,69% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(702.997)	(487.159)	(746.464)	(487.547)
Custo do serviço corrente	780	1.014	1.028	1.178
Custo dos juros	(49.577)	(45.183)	(52.582)	(45.346)
Benefícios pagos	13.743	10.896	13.743	10.896
Ganhos (perdas) atuariais	(1.101)	(182.565)	3.498	(225.645)
Saldo final	<u>(739.152)</u>	<u>(702.997)</u>	<u>(780.777)</u>	<u>(746.464)</u>

27.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	559.086	7	336.663	4
Títulos do Governo Federal	4.997.054	62	4.932.586	59
Renda fixa	1.854.588	23	2.790.195	33
Investimentos imobiliários	69.358	1	98.510	1
Outros	<u>525.450</u>	<u>7</u>	<u>218.094</u>	<u>3</u>
	<u>8.005.536</u>	<u>100</u>	<u>8.376.048</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$559.086 (31 de dezembro de 2019 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$336.663).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

28 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, que totaliza R\$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.752.163 ações preferenciais classe A e 66.261 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais Classe A</u>	<u>Preferenciais Classe B</u>	<u>Total</u>
Total de ações em 31 de dezembro de 2020	705.260.684	547.752.163	66.261	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(20.019.445)	-	(22.546.101)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	527.732.718	66.261	1.230.533.007

Conforme Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2020, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 20.019.445 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2019 – 2.526.656 ações ordinárias e 20.962.367 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o saldo credor de R\$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$R\$1.049.527 (31 de dezembro de 2019 – R\$1.351.197).
- (iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo credor dessa conta totaliza R\$87.127 (31 de dezembro de 2019 – R\$98.922).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos, relativos ao resultado do exercício de 2020, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	672.790	213.265
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(33.639)</u>	<u>(10.663)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>639.151</u>	<u>202.602</u>
Dividendos mínimos propostos (25%)	<u>159.788</u>	<u>50.650</u>
Valor por ação ON (i)	R\$0,119924	R\$0,039500
Valor por ação PN (i)	R\$0,131916	R\$0,043450

(i) Em 31 de dezembro de 2020, calculado com base no montante bruto de R\$159.788.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dividendos a pagar no início do exercício	<u>51.107</u>	<u>172.762</u>	<u>67.814</u>	<u>202.809</u>
Pagamento de dividendos	(50.580)	(172.305)	(68.083)	(255.464)
dividendos propostos	159.788	50.650	324.997	120.469
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	<u>160.315</u>	<u>51.107</u>	<u>324.728</u>	<u>67.814</u>

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

29 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	Operações
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos transformação do aço e bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2020						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	4.071.463	14.997.875	4.787.100	293.608	24.150.046	(5.065.254)	19.084.792
Vendas de produtos	4.071.463	14.960.662	4.748.303	112.243	23.892.671	(4.953.270)	18.939.401
Vendas de serviços	-	37.213	38.797	181.365	257.375	(111.984)	145.391
Deduções	(213.275)	(2.627.147)	(943.524)	(45.440)	(3.829.386)	832.646	(2.996.740)
Receita	3.858.188	12.370.728	3.843.576	248.168	20.320.660	(4.232.608)	16.088.052
Custo das vendas	(1.481.860)	(11.481.385)	(3.537.326)	(336.809)	(16.837.380)	4.005.858	(12.831.522)
Lucro (prejuízo) bruto	2.376.328	889.343	306.250	(88.641)	3.483.280	(226.750)	3.256.530
(Despesas)/receitas operacionais	365.448	644.574	(122.832)	(64.254)	822.936	(1.151.001)	(328.065)
Despesas com vendas	(189.723)	(140.661)	(52.383)	(10.431)	(393.198)	(5.187)	(398.385)
Despesas gerais e administrativas	(26.745)	(337.230)	(52.933)	(25.049)	(441.957)	15.193	(426.764)
Outras (despesas) e receitas	526.248	(137.331)	(17.516)	(28.702)	342.699	(5.374)	337.325
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	55.668	1.259.796	-	(72)	1.315.392	(1.155.633)	159.759
Lucro (prejuízo) operacional	2.741.776	1.533.917	183.418	(152.895)	4.306.216	(1.377.751)	2.928.465
Resultado financeiro	66.511	(1.124.579)	(3.583)	(16.409)	(1.078.060)	(4.432)	(1.082.492)
Lucro (prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	2.808.287	409.338	179.835	(169.304)	3.228.156	(1.382.183)	1.845.973
Imposto de renda e contribuição social	(860.835)	288.057	(60.840)	12.715	(620.903)	66.673	(554.230)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.947.452	697.395	118.995	(156.589)	2.607.253	(1.315.510)	1.291.743
Atribuível aos							
Acionistas controladores	1.365.529	697.395	81.961	(156.585)	1.988.300	(1.315.510)	672.790
Acionistas não controladores	581.923	-	37.034	(4)	618.953	-	618.953
Ativos	7.032.593	26.828.948	1.874.809	208.524	35.944.874	(5.992.737)	29.952.137
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	483.861	42.588	-	2.328	528.777	-	528.777
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	237.793	607.284	22.135	5.147	872.359	(15.491)	856.868
Passivos circulante e não circulante	1.623.524	11.878.899	675.259	186.819	14.364.501	(1.250.534)	13.113.967

	31/12/2019						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	2.150.683	15.553.347	4.731.633	460.960	22.896.623	(4.718.056)	18.178.567
Vendas de produtos	2.150.683	15.516.560	4.670.634	153.463	22.491.340	(4.602.706)	17.888.634
Vendas de serviços	-	36.787	60.999	307.497	405.283	(115.350)	289.933
Deduções	(161.524)	(2.834.175)	(1.001.287)	(49.056)	(4.046.042)	816.194	(3.229.848)
Receita	1.989.159	12.719.172	3.730.346	411.904	18.850.581	(3.901.862)	14.948.719
Custo das vendas	(1.144.277)	(11.774.272)	(3.540.125)	(388.438)	(16.847.112)	3.772.983	(13.074.129)
Lucro (prejuízo) bruto	844.882	944.900	190.221	23.466	2.003.469	(128.879)	1.874.590
(Despesas)/receitas operacionais	(180.382)	(444.925)	(100.210)	(39.446)	(764.963)	(157.116)	(922.079)
Despesas com vendas	(116.163)	(109.302)	(45.430)	(13.144)	(284.039)	(4.476)	(288.515)
Despesas gerais e administrativas	(24.387)	(333.053)	(57.323)	(26.908)	(441.671)	14.766	(426.905)
Outras (despesas) e receitas	(100.343)	(275.789)	2.543	667	(372.922)	(14.472)	(387.394)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	60.511	273.219	-	(61)	333.669	(152.934)	180.735
Lucro (prejuízo) operacional	664.500	499.975	90.011	(15.980)	1.238.506	(285.995)	952.511
Resultado financeiro	4.443	(496.228)	(6.898)	2.585	(496.098)	(13.741)	(509.839)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	668.943	3.747	83.113	(13.395)	742.408	(299.736)	442.672
Imposto de renda e contribuição social	(171.709)	186.075	(28.337)	(88.742)	(102.713)	36.732	(65.981)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	497.234	189.822	54.776	(102.137)	639.695	(263.004)	376.691
Atribuível aos							
Acionistas controladores	350.855	189.822	37.729	(102.137)	476.269	(263.004)	213.265
Acionistas não controladores	146.379	-	17.047	-	163.426	-	163.426
Ativos	4.690.187	24.016.527	1.621.282	429.350	30.757.346	(4.420.314)	26.337.032
O total do ativo inclui: Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	473.194	32.475	-	2.403	508.071	-	508.071
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	166.644	686.406	14.329	8.803	876.182	(12.576)	863.606
Passivos circulante e não circulante	709.654	9.915.126	489.123	276.021	11.389.924	(618.576)	10.771.348

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

30 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas de produtos				
Mercado interno	13.704.774	14.241.225	14.518.384	15.157.487
Mercado externo	1.255.889	1.275.335	4.421.017	2.731.147
	<u>14.960.663</u>	<u>15.516.560</u>	<u>18.939.401</u>	<u>17.888.634</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	31.077	32.207	139.255	285.485
Mercado externo	6.136	4.448	6.136	4.448
	<u>37.213</u>	<u>36.655</u>	<u>145.391</u>	<u>289.933</u>
Receita bruta	<u>14.997.876</u>	<u>15.553.215</u>	<u>19.084.792</u>	<u>18.178.567</u>
Deduções da receita	<u>(2.627.114)</u>	<u>(2.834.144)</u>	<u>(2.996.740)</u>	<u>(3.229.848)</u>
Receita líquida	<u>12.370.762</u>	<u>12.719.071</u>	<u>16.088.052</u>	<u>14.948.719</u>

31 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação, amortização e exaustão	(828.415)	(827.884)	(1.000.223)	(991.785)
Despesas e benefícios a empregados	(912.597)	(853.425)	(1.371.374)	(1.371.421)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(8.850.152)	(8.840.720)	(8.434.769)	(8.584.897)
Despesas com manutenções programadas	(150.883)	(159.132)	(148.335)	(163.216)
Fretes e seguros	(405.604)	(462.844)	(959.949)	(869.818)
Custo de distribuição	(68.597)	(80.047)	(268.169)	(201.632)
Serviços de terceiros	(803.464)	(833.672)	(1.141.834)	(1.061.410)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(19.253)	(26.929)	(33.198)	(39.250)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(23.124)	(195.185)	(32.563)	(201.921)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	(8.019)	46.416	(8.545)	47.753
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	169.521	3.408	174.766	5.687
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (Impairment), líquidos	107.261	(13.358)	730.654	(16.426)
Créditos Eletrobras	-	117.337	-	117.337
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	21.468	63.266	46.048	86.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.698)	23.567	(31.487)	18.120
Outras	(421.631)	(606.751)	(840.368)	(950.924)
	<u>(12.211.187)</u>	<u>(12.645.953)</u>	<u>(13.319.346)</u>	<u>(14.176.943)</u>
Custo das vendas	(11.609.059)	(11.930.865)	(12.831.522)	(13.074.129)
Despesas com vendas	(140.661)	(109.302)	(398.385)	(288.515)
Despesas gerais e administrativas	(324.828)	(321.265)	(426.764)	(426.905)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(136.639)	(284.521)	337.325	(387.394)
	<u>(12.211.187)</u>	<u>(12.645.953)</u>	<u>(13.319.346)</u>	<u>(14.176.943)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$3.751 na Controladora e R\$5.793 no Consolidado (31 de dezembro de 2019 – R\$36.122 e R\$37.678, respectivamente), os quais estão registrados na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

32 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos	(599.870)	(629.513)	(975.936)	(1.063.988)
Encargos previdenciários	(123.520)	(126.724)	(178.115)	(186.963)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(85.718)	(45.103)	(89.692)	(45.004)
Abonos	(12.650)	(12.455)	(14.092)	(13.396)
Participação dos empregados nos lucros	(76.173)	(22.257)	(94.539)	(39.736)
Custos de planos de aposentadoria	(1.270)	(2.933)	(1.444)	(3.270)
Outras	(13.396)	(14.440)	(17.556)	(19.064)
	<u>(912.597)</u>	<u>(853.425)</u>	<u>(1.371.374)</u>	<u>(1.371.421)</u>

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

33 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(30.213)	(27.032)	(64.688)	(66.642)
Serviços de terceiros	(14.261)	(13.323)	(18.992)	(17.863)
Depreciação e amortização	(3.013)	(2.997)	(4.129)	(4.162)
Custo de distribuição	(68.597)	(80.047)	(268.169)	(201.632)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(17.698)	23.567	(31.487)	18.120
Despesas gerais	<u>(6.879)</u>	<u>(9.470)</u>	<u>(10.920)</u>	<u>(16.336)</u>
	<u>(140.661)</u>	<u>(109.302)</u>	<u>(398.385)</u>	<u>(288.515)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(161.641)	(155.683)	(196.234)	(197.996)
Serviços de terceiros	(73.009)	(74.147)	(103.623)	(104.675)
Depreciação e amortização	(31.658)	(27.085)	(37.082)	(33.168)
Honorários da Administração	(25.105)	(22.823)	(33.419)	(31.115)
Despesas gerais	<u>(33.415)</u>	<u>(41.527)</u>	<u>(56.406)</u>	<u>(59.951)</u>
	<u>(324.828)</u>	<u>(321.265)</u>	<u>(426.764)</u>	<u>(426.905)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	8.234	395.035	12.029	401.251
Reversão do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	107.261	-	730.654	-
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	183.763	11.216	189.305	14.864
Recuperação de custo	4.561	20.184	6.440	31.305
Recuperação de gastos com sinistros	143.405	105.704	143.405	105.704
Recuperação de despesas	4.895	12.348	9.784	17.428
Receita de vendas diversas	14.302	6.837	15.649	7.752
Projeto Reintegra	13.955	-	13.955	-
Créditos Eletrobras	-	117.337	-	117.337
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (i)	21.468	63.266	46.048	86.860
Outras receitas	15.549	8.411	13.608	5.078
	517.393	740.338	1.180.877	787.579
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(15.916)	(312.430)	(19.886)	(316.733)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(13.358)	-	(16.426)
Despesas com ociosidade (ii)	(306.850)	(219.119)	(332.548)	(276.862)
Despesas com seguros e sinistros	(5.831)	(8.251)	(5.856)	(8.253)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(19.253)	(26.929)	(33.198)	(39.250)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(23.124)	(195.185)	(32.563)	(201.921)
PIS e COFINS sobre venda de energia	(337)	(36.189)	(688)	(36.765)
Pesquisas Tecnológicas	(29.356)	(29.101)	(29.356)	(29.101)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(14.242)	(7.808)	(14.539)	(9.177)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(8.471)	(12.984)	(24.602)	(24.264)
Controle ambiental	(2.054)	(9.859)	(2.134)	(9.859)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(85.718)	(45.103)	(89.692)	(45.004)
Ajuste de estoque	(42.967)	(29.290)	(42.967)	(29.290)
Provisões para perdas com tributos	-	-	(49.675)	(27.889)
Despesas de pré-projeto	(18.544)	(35.490)	(18.643)	(35.490)
Despesas com multas contratuais	(21.814)	-	(21.814)	-
Incentivos fiscais e culturais	-	-	(14.405)	(2.188)
Outras despesas	(59.555)	(43.763)	(110.986)	(66.501)
	(654.032)	(1.024.859)	(843.552)	(1.174.973)
	(136.639)	(284.521)	337.325	(387.394)

(i) Conforme descrito na Nota 25 (c).

(ii) Trata-se de custo de ociosidade relativo à interrupção extraordinária de áreas produtivas.

34 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Juros de clientes	9.930	14.276	38.384	24.875
Receita de aplicações financeiras	17.479	25.976	40.870	73.467
Efeitos monetários	21.499	8.091	38.631	20.256
Juros sobre créditos Eletrobras (i)	5.687	263.892	5.687	263.892
Correção dos depósitos judiciais	4.193	5.120	7.728	8.322
Juros sobre créditos fiscais	7.411	16.741	7.761	18.827
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (ii)	32.089	52.633	52.669	69.702
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	36.025	81.248	36.025	81.248
Reversão de provisão de juros de demandas judiciais	24.487	54.637	26.883	57.738
Outras receitas financeiras	4.356	10.519	8.053	3.695
	<u>163.156</u>	<u>533.133</u>	<u>262.691</u>	<u>622.022</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(278.109)	(366.533)	(278.567)	(366.120)
Resultado das operações de swap	1.535	4.167	1.535	(1.696)
Efeitos monetários	(34.474)	(68.112)	(50.322)	(88.294)
PIS/COFINS sobre JSCP	(14.171)	(10.364)	(14.171)	(10.364)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(5.823)	(18.700)	(9.734)	(21.653)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(73.496)	(156.073)	(98.273)	(176.634)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(31.164)	(71.626)	(58.063)	(92.410)
Encargos sobre passivo atuarial	-	(40.803)	-	(40.803)
Comissões e outros encargos sobre financiamentos	(36.299)	(127.246)	(24.079)	(128.353)
Outras despesas financeiras	<u>(23.008)</u>	<u>(10.230)</u>	<u>(48.954)</u>	<u>(20.366)</u>
	<u>(495.009)</u>	<u>(865.520)</u>	<u>(580.628)</u>	<u>(946.693)</u>
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	<u>(869.779)</u>	<u>(195.399)</u>	<u>(764.555)</u>	<u>(185.168)</u>
	<u>(1.201.632)</u>	<u>(527.786)</u>	<u>(1.082.492)</u>	<u>(509.839)</u>

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 25 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 25 (c).

35 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 28).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais com potencial relevante de diluição (Nota 39).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	368.416	304.374	672.790	116.877	96.388	213.265
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	527.327.518	1.230.061.546	702.734.028	526.711.832	1.229.445.860
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,52	0,58		0,17	0,18	-

36 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$4.416.326 na Controladora e R\$5.450.975 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

					Controladora
Previsão de realização dos compromissos					
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	370.458	55.006	14.751	2.025	442.240
Com fornecedores	1.589.143	758.534	556.673	1.069.736	3.974.086
	<u>1.959.601</u>	<u>813.540</u>	<u>571.424</u>	<u>1.071.761</u>	<u>4.416.326</u>
					Consolidado
Previsão de realização dos compromissos					
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	498.810	55.006	14.751	2.025	570.592
Com fornecedores	918.670	804.201	635.776	1.069.736	3.428.383
Arrendamentos mercantis operacionais	81.000	242.000	242.000	887.000	1.452.000
	<u>1.498.480</u>	<u>1.101.207</u>	<u>892.527</u>	<u>1.958.761</u>	<u>5.450.975</u>

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$442.240 na Controladora e R\$570.592 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, os compromissos com fornecedores totalizam R\$3.974.086 na Controladora e R\$3.428.383 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários. Em 31 de dezembro de 2020, o montante destinado corresponde a R\$1.452.000 no Consolidado.

37 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2020						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	20.019.445	3,80	22.546.101	1,86
Demais acionistas	161.021.803	22,83	514.790.759	93,84	675.812.562	53,87
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

31/12/2019						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	20.962.367	3,83	23.489.023	1,87
Demais acionistas	161.021.803	22,83	513.847.837	93,80	674.869.640	53,86
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) **Ativo**

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	1.253	-	28	10.220	-	1.651
Acionistas não controladores	-	-	-	2.369	-	-
Controladas	370.331	380.218	27.396	251.727	40.220	100.223
Controladas em conjunto	73	-	-	90	-	-
Coligadas	6.181	298	-	4.047	-	-
Outras partes relacionadas (i)	19.486	-	5.181	66.534	-	-
Total	397.324	380.516	32.605	334.987	40.220	101.874
Circulante	397.324	380.516	4.334	334.987	40.220	46.384
Não Circulante	-	-	28.271	-	-	55.490
Total	397.324	380.516	32.605	334.987	40.220	101.874

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium (R\$16.029).

	Consolidado				
	31/12/2020			31/12/2019	
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Demais valores a receber
Acionistas controladores	1.253	-	28	10.220	1.651
Acionistas não controladores	-	-	-	2.369	-
Controladas em conjunto	110	-	-	90	-
Coligadas	6.181	11.686	-	4.054	-
Outras partes relacionadas (i)	19.997	-	5.181	67.346	-
Total	27.541	11.686	5.209	84.079	1.651
Circulante	27.541	11.686	24	84.079	-
Não Circulante	-	-	5.185	-	1.651
Total	27.541	11.686	5.209	84.079	1.651

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium (R\$16.540).

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	585	3.253	-	291	2.300	-
Controladas	309.730	20.835	3.994.000	168.297	104.335	3.087.316
Controladas em conjunto	66.212	-	-	69.332	-	-
Coligadas	2.706	-	-	698	-	-
Outras partes relacionadas (i)	463.127	-	-	142.543	70	-
Total	842.360	24.088	3.994.000	381.161	106.705	3.087.316
Circulante	842.360	24.088	109.700	381.161	2.370	79.921
Não Circulante	-	-	3.884.300	-	104.335	3.007.395
Total	842.360	24.088	3.994.000	381.161	106.705	3.087.316

(i) Em 31 de dezembro de 2020, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Contas a pagar	Outras contas a pagar
Acionistas controladores	596	3.253	341	2.300
Acionistas não controladores	-	151.096	-	8.394
Controladas em conjunto	67.277	-	70.135	-
Coligadas	11.456	81.058	37.707	123.254
Outras partes relacionadas (i)	463.127	11.305	142.543	5.489
Total	542.456	246.712	250.726	139.437
Circulante	542.456	166.670	250.726	17.599
Não Circulante	-	80.042	-	121.838
Total	542.456	246.712	250.726	139.437

(i) Em 31 de dezembro de 2020, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

(c) Resultado

	Controladora					
			31/12/2020			31/12/2019
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	167.475	5.318	(1.671)	313.229	6.395	(11.186)
Acionistas não controladores	-	181	-	481.910	-	-
Controladas	4.032.552	1.018.389	(1.159.790)	4.020.220	674.694	(234.703)
Controladas em conjunto	-	332.173	(2.687)	-	375.823	(6.337)
Coligadas	25.260	105.183	331	27.269	120.241	315
Outras partes relacionadas (i) (ii)	178.140	2.524.625	8.296	244.858	1.982.769	(1.917)
Total	4.403.427	3.985.869	(1.155.521)	5.087.486	3.159.922	(253.828)

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$151.486.

	Consolidado					
			31/12/2020			31/12/2019
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	167.475	5.318	(1.716)	313.229	6.607	(11.186)
Acionistas não controladores	-	181	-	481.919	-	-
Controladas em conjunto	6.654	337.802	(3.088)	1.904	380.968	(6.337)
Coligadas	25.260	376.589	331	27.661	320.873	315
Outras partes relacionadas (i) (ii)	185.194	2.524.625	8.290	247.603	1.982.769	(1.924)
Total	384.583	3.244.515	3.817	1.072.316	2.691.217	(19.132)

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$158.540.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, o total das compras de outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda no valor de R\$2.518.065.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 37 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos entre a Companhia e a sua controlada Usiminas International, conforme apresentado na Nota 20 (b) (ii).

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Honorários	13.463	15.248
Encargos sociais	2.844	3.934
Planos de aposentadoria	321	343
Provisão (reversão) de remuneração variável	8.477	3.298
	<u>25.105</u>	<u>22.823</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$20.485 (31 de dezembro de 2019 – R\$17.908).

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Usiminas International Ltd. (Nota 20).

- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.
- Compra de placas da Ternium Brasil Ltda.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

38 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia e da Unigal, tendo como valor em risco US\$10.710.788 mil (31 de dezembro de 2019 – US\$12.941.209 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a franquia máxima para danos materiais era de US\$10.000 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 45 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui indenização de seguro a receber referente ao sinistro, ocorrido em 10 de agosto de 2018, em um dos quatro gasômetros da usina de Ipatinga. A referida indenização de seguro, que corresponde aos valores apurados a título de danos materiais e aos gastos adicionais de operação, está registrada no ativo não circulante e totaliza R\$262.077 (31 de dezembro de 2019 - R\$125.208).

39 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2020, o Plano possui vigente o Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014. O Programa 2013 foi integralmente liquidado em novembro de 2020.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2013	28/11/2013	R\$11,47	3 anos, 33% para cada ano	2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				7.562.638	514.126	8.076.764

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação da quantidade de opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>		
	<u>Programa</u>		<u>Programa</u>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Opções:					
Em aberto no início do exercício	588.643	866.064	877.095	866.064	764.176
Realizadas durante o exercício	(144.861)	(866.064)	(288.452)	-	-
Expiradas durante o exercício	-	-	-	-	(764.176)
Em aberto no fim do exercício	<u>443.782</u>	<u>-</u>	<u>588.643</u>	<u>866.064</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não houve impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado da Controladora e do Consolidado, uma vez que as despesas, considerando os prazos de cada programa vigente, foram integralmente apropriadas até 31 de outubro de 2017. Foi ainda revertido o montante de R\$5.038 à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados” em decorrência do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2020 (exercício de opções em 31 de dezembro de 2019 - R\$4.129). Com isso, esse montante resultou em impacto nas reservas de capital constituídas pela Companhia.

De acordo com o regulamento do Plano, que estabelece sete anos de vigência para cada programa, em novembro de 2020, encerrou-se o prazo do direito ao exercício das opções do Programa 2013.

40 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

<u>Ativos em garantia</u>	<u>Passivos garantidos</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.692	40.547	40.692	40.547
Estoques	Processos judiciais	710	669	710	669
Imobilizado	Processos judiciais	359.846	450.433	390.027	494.346
Imobilizado	Empréstimos e financiamentos	-	3.571	724	25.632
Imobilizado	Passivo atuarial	<u>383.222</u>	<u>54.020</u>	<u>383.222</u>	<u>54.020</u>
		<u>784.470</u>	<u>549.240</u>	<u>815.375</u>	<u>615.214</u>

Conselho de Administração

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente

Edílio Ramos Veloso
Conselheiro

Elias de Matos Brito
Conselheiro

Hiroshi Ono
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Ronald Seckelmann
Conselheiro

Yuichi Akiyama
Conselheiro

Conselho Fiscal

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Fabricio Santos Debortoli
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Sérgio Carvalho Campos
Conselheiro

Diretoria Executiva

Sergio Leite de Andrade
Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono
Diretor Vice-presidente de Finanças e de
Relações com Investidores

Américo Ferreira Neto
Diretor Vice-Presidente Industrial

Kohei Kimura
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e
Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo
Diretor Vice-Presidente Comercial

Yoshiaki Shimada
Diretor Vice-presidente de Planejamento
Corporativo

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (iii) Destinação dos Resultados de 2020, incluindo a data para pagamento dos dividendos (31 de maio de 2021) e o orçamento de capital. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (PwC) sem ressalvas, até o momento, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2021.

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Sérgio Carvalho Campos

Fabricio Santos Debortoli

Paulo Frank Coelho da Rocha

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DE 2020

(Art. 192 da Lei 6.404/76)

Em milhares de reais

Lucro líquido do exercício **672.790**

Constituição da reserva legal (5%) (33.639)

Base de cálculo dos dividendos **639.151**

Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 159.788

Proposta de destinação do resultado do exercício

Reserva legal (Art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 24 § 3º do Estatuto Social) 33.639

Distribuição aos acionistas
(Art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 24 § 5º do Estatuto Social)
Dividendos 159.788

Reservas e retenções 479.363

Investimentos e capital de giro (Art. 24 § 4º do Estatuto Social) 319.575

Orçamento de capital (Art. 24 § 6º do Estatuto Social e
art. 196 da Lei 6.404/76) 159.788

Total **672.790**

Dividendos propostos

Dividendos	R\$ por ação	R\$ mil
Valor por ação ON (R\$)	0,119923828	84.881
Valor por ação PN (R\$)	0,131916211	74.907
		159.788

Os dividendos propostos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados (Art. 205 § 3º da Lei 6.404/76) para os titulares de ações da Companhia em 29 de abril de 2021, data da Assembleia Geral Ordinária.

ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2021 *
(custeado pela retenção dos resultados de 2020)

Em milhares de reais

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Reforma do Alto Forno #3 637.100

* Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração em 17/12/2020.



(Tradução Livre – Original em Inglês – Apenas para referência)

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada por videoconferência no dia 09 de fevereiro de 2021, às 10 horas.

Presenças: Yuichi Akiyama - Coordenador do Comitê. Demais membros Atsushi Fujioka, Thiago da Fonseca Rodrigues, Gino Ritagliati e Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca.

Ordem do Dia:

I – Teste de impairment; Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, incluindo as premissas que também embasam o Teste de Impairment; Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; alocação dos Resultados da Companhia de 2020 e proposta de Distribuição de Dividendos - O Comitê revisou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, incluindo suas premissas que também suportam o teste *impairment*; o Relatório da Administração; as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e a proposta de destinação dos Resultados de 2020, incluindo a distribuição de dividendos, e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração, conforme material disponível no Portal do Comitê.

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes e do secretário. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2021.

Yuichi Akiyama
Coordenador

Atsushi Fujioka

Thiago da Fonseca Rodrigues

Gino Ritagliati

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca

Bruno Lage de Araújo Paulino
Secretário

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2021.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Américo Ferreira Neto

Diretor Vice-Presidente Industrial

Kohei Kimura

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo

Diretor Vice-Presidente Comercial

Yoshiaki Shimada

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2021.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Américo Ferreira Neto

Diretor Vice-Presidente Industrial

Kohei Kimura

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo

Diretor Vice-Presidente Comercial

Yoshiaki Shimada

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

10. Comentários dos Diretores

Os comentários a seguir contêm declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da empresa, devido a diversas questões relacionadas aos negócios da Companhia, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste documento.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), aplicáveis às Companhias registradas na Comissão de Valores Mobiliários, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração utiliza métricas de desempenho para avaliar os negócios tais como o EBITDA e a Margem EBITDA, que podem ser analisadas na Seção 3.2 deste documento e no item 10.1.a. abaixo.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste documento significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos relativos resultados das operações, ou relativos ao ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2020, o EBITDA Ajustado totalizou R\$3,2 bilhões, um aumento de 60,8% em relação ao ano de 2019 (R\$2,0 bilhões). A receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,4 bilhões, 2,7% inferior ao registrado no ano anterior (R\$12,7 bilhões) em função, principalmente, do menor volume de vendas em 9,3% e parcialmente compensado por uma receita líquida/tonelada vendida de R\$3.322,7/t, 7,2% superior ao ano anterior (2019: R\$3.098,5/t), como reflexo de maiores preços praticados em todas as linhas de produtos. Em 2020, a Mineração Usiminas alcançou, mais uma vez, um recorde anual de vendas com um volume de 8,7 milhões de toneladas, 0,8% superior ao ano de 2019 (8,6 milhões de toneladas), a receita líquida totalizou R\$3,9 bilhões, um aumento de 94,0% em relação a 2019 (R\$2,0 bilhões). Tal elevação ocorreu, principalmente em função dos maiores preços médios internacionais do minério de ferro, que teve cotação média de US\$108,72/t, ante média de US\$93,43/t em 2019, uma elevação de 16,4%; de maiores volumes de exportação em 27,7%, com maior valor agregado, graças a maior produção da ITM Samambaia e; desvalorização média de 30,7% do real frente ao dólar no período. A margem do EBITDA Ajustado em 2020 atingiu 19,9%, contra 13,2% em 2019. A dívida bruta consolidada no ano de 2020 era de R\$6,0 bilhões, contra

R\$5,1 bilhões em 31/12/2019, um aumento de 16,9%. Este aumento está relacionado, principalmente, à desvalorização do real frente ao dólar de 28,9% no ano. A dívida líquida consolidada em 31/12/20, era de R\$1,1 bilhão, uma redução de 65,4% em relação a 31/12/19 (R\$3,2 bilhões). Tal variação decorre, majoritariamente, da elevação da posição de Caixa e Equivalentes de Caixa no período. Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento: (i) em 31/12/20 era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo e (ii) em 31/12/19, de 2% e 98%, respectivamente. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 0,3x, contra 1,6x em 2019.

Em 2019, o EBITDA Ajustado totalizou R\$2,0 bilhões, uma redução de 26,7% em relação ao ano de 2018 (R\$2,7 bilhões). Este resultado decorre principalmente de: (i) menor reconhecimento de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$332 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário); (ii) menor reconhecimento de créditos a receber da Eletrobras em R\$69 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário); (iii) menor volume de vendas de aço no período; parcialmente compensados por: (iv) maiores volumes e preços de venda de minério de ferro; e (v) maiores preços de venda de aço. A margem do EBITDA Ajustado em 2019 atingiu 13,2%, contra 19,6% em 2018. A dívida bruta consolidada no ano de 2019 era de R\$5,1 bilhões, contra R\$5,9 bilhões em 31/12/2018, uma redução de 12,7%. Esta redução deve-se principalmente ao pré-pagamento de dívidas junto aos bancos brasileiros (Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.) e aos debenturistas da 6ª Emissão, ocorrido em 23/10/19, com a utilização, principalmente, do montante de R\$751 milhões recebido da Eletrobras em 16/10/19. A dívida líquida consolidada em 31/12/19 era de R\$3,2 bilhões, uma redução de 23,3% em relação a 31/12/18 (R\$4,2 bilhões), em função do pré-pagamento de dívidas (detalhado no parágrafo anterior) e ao maior saldo em Caixa e Equivalentes de Caixa em 13,5% na comparação anual. Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento: (i) em 31/12/19 era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo e (ii) em 31/12/18, de 8% e 92%, respectivamente. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,6x, estável em relação a 2018.

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,7 bilhões, contra R\$2,2 bilhões em 2017, uma elevação de 23,2%, principalmente em função dos maiores preços e volumes de aço e de minério de ferro no período, do reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$418,7 (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e do reconhecimento do valor do principal a receber da Eletrobras em R\$186,0 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A margem do EBITDA Ajustado em 2018 atingiu 19,6%, contra 20,4% em 2017. A dívida consolidada no ano de 2018 era de R\$5,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões no ano de 2017, uma redução de 12,1% principalmente em função do pagamento integral das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. em 2008 (*Eurobonds*) no valor total de US\$400 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), e do pagamento do valor correspondente à totalidade do excedente de caixa (*cash sweep*), referentes ao período encerrado em 31/12/2017, no montante total de R\$378,8 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A dívida líquida consolidada em 31/12/2018 era de R\$4,2 bilhões, contra R\$4,3 bilhões em 2017, uma redução de 4,2%. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano de 2018 em 1,6x, contra 2,0x em 2017. Ao final de 2018, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 8% no curto prazo e 92% no longo prazo.

Por outro lado, considerando a capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o GA - giro do ativo (receita líquida / ativo médio) atingiu: 0,59 em 31 de dezembro de 2020, 0,57 em 31 de dezembro de 2019, 0,52 em 31 de dezembro de 2018. Essa melhoria se deve, principalmente, a geração maior de receitas no período.

	2020	2019	2018
Índice de Liquidez Geral (<i>Ativo Total/Passivo Total</i>)	2,28	2,45	2,45
Índice de Liquidez Corrente (<i>Ativo Circulante/Passivo Circulante</i>)	2,64	3,07	2,5
Índice de Liquidez Seca (<i>Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante</i>)	1,77	1,75	1,33
Índice de Liquidez Total (<i>Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido</i>)	0,78	0,69	0,69
Índice de Endividamento - nível de alavancagem (<i>Dívida Líquida/Patrimônio Líquido</i>)	0,1	0,20	0,27

A Companhia possui um nível de alavancagem compatível com sua geração operacional de caixa, que é resultado suficiente para honrar com suas obrigações. É importante destacar que os indicadores de liquidez e endividamento da Companhia são sólidos, destacam melhoria de performance, demonstrando a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superaram substancialmente seus passivos.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu acréscimo em 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo. Em 2019, houve pequeno decréscimo do passivo total, quando comparado com 2018. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumariada:

	Em milhares de reais		
	2020	2019	2018
Passivo Total	13.113.967	10.771.348	10.826.460
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores	4.868.104	1.921.141	1.693.349
Passivo Total Líquido (A)	8.245.863	8.850.207	9.133.111
Patrimônio Líquido (B)	16.838.170	15.565.684	15.697.391
Relação (A) / (B)	49%	57%	58%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma caixa de R\$4,9 bilhões. Sua dívida apresenta um prazo médio de 4,3 em 2020 e a concentração da dívida no curto prazo em 2020 permanece no patamar de 2% quando comparada com 2019.

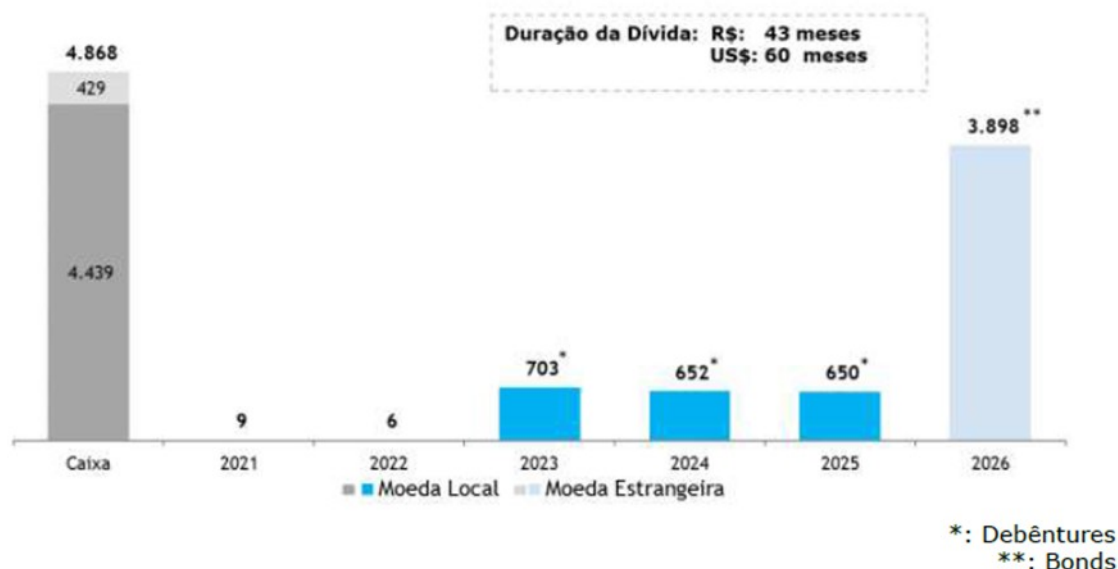
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um caixa de R\$1,9 bilhões (R\$1,7 bilhão em 2018 e R\$2,3 bilhões em 2017). Sua dívida apresenta um prazo médio de 4,7 anos em 2019 (3,5 anos em 2018 e 4 anos em 2017). A concentração da dívida no curto prazo em 2019 é de 2% do total da dívida (8% em 2018 e 15% em 2017). Esta composição é resultado da conclusão da nova renegociação da dívida em 2019, compreendendo o encerramento de toda a dívida renegociada em 2016 e a contratação dos *Bonds* e das debêntures. Com isso foram obtidos 7 anos de carência para os *Bonds* e uma média de 5 anos de carência para as debêntures, sendo que dessa forma o pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos, conforme detalhado abaixo.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A..

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A..

Com esta nova renegociação, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

Perfil da Dívida – Consolidado 31/12/2020



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são: geração de caixa operacional; linhas de bancos de desenvolvimento; empréstimos e financiamentos bancários; e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes com o objetivo de mitigar a insuficiência de liquidez.

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

As Empresas Usiminas possuíam, em 2020, empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$4,0 bilhões (R\$3,1 bilhões em 2019 e R\$5,0 bilhões em 2018) e R\$2,0 bilhões de debêntures (R\$2,0 bilhões em 2019 e R\$890 milhões em 2018).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a nova renegociação ocorrida em 2019, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e FINAME com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia. Os contratos junto ao BNDES foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020, em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$12,1 milhões (R\$18,1 milhões em 2019 e R\$501 milhões em 2018);
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$1,1 bilhão em 2018);
- Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía, em termos consolidados, o saldo devedor de R\$4,0 bilhões (R\$3,1 bilhões em 2019);
- 6ª emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. As referidas debêntures foram encerradas em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$890 milhões em 2018);
- Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Em 31 de dezembro de 2020, em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$2,0 bilhões (R\$2,0 bilhões em 2019);
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$600 milhões em 2018);

- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil que foi encerrado em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor desta operação (R\$2,2 bilhões em 2018);
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco que foi encerrado em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor desta operação (R\$487 milhões em 2018).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo com instituições financeiras adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Após a reestruturação das dívidas ocorrida em 2019, não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base consolidada:

Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

- menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados ainda:

Em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo contrato.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial nos anos 2020, 2019 e 2018 e suas variações

Em milhares de reais								
ATIVO	31/12/2020	AV (%) 2020	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Caixa e equivalentes de caixa	3.261.288	11%	1.252.966	5%	1.106.790	4%	160%	13%
Títulos e valores mobiliários	1.606.816	5%	668.175	3%	586.559	2%	140%	14%
Contas a receber de clientes	2.372.791	8%	1.938.440	7%	1.894.291	7%	22%	2%
Estoques	3.889.695	13%	3.795.832	14%	3.880.635	15%	2%	-2%
Impostos a recuperar	477.352	2%	779.545	3%	747.928	3%	-39%	4%
Dividendos a receber	11.686	0%	0	0%	13.562	0%	0%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	762	0%	347	0%	-100%	120%
Valores a receber Eletrobras	0	0%	305.848	1%	0	0%	-100%	0%
Demais contas a receber	209.974	1%	119.714	0%	94.205	0%	75%	27%
Total do ativo circulante	11.829.602	39%	8.861.282	34%	8.324.317	31%	33%	6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.914.338	10%	3.037.626	12%	2.765.356	10%	-4%	10%
Valores a receber de empresas ligadas	0	0%	1.651	0%	2.342	0%	-100%	-30%
Depósitos judiciais	543.408	2%	543.658	2%	523.557	2%	0%	4%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	6.950	0%	3.553	0%	-100%	96%
Impostos a recuperar	174.004	1%	152.336	1%	454.284	2%	14%	-66%
Valores a receber Eletrobras	0	0%	0	0%	676.023	3%	0%	-100%
Demais contas a receber	663.622	2%	438.576	2%	275.707	1%	51%	59%
Propriedade para Investimentos	164.222	1%	90.202	0%	0	0%	82%	0%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e	1.058.708	4%	1.053.138	4%	1.088.094	4%	1%	-3%

coligadas

Imobilizado	11.006.034	37%	11.424.691	43%	11.715.022	44%	-4%	-2%
Intangível	1.598.199	5%	726.922	3%	695.596	3%	120%	5%
Total do ativo não circulante	18.122.535	61%	17.475.750	66%	18.199.534	69%	4%	-4%
TOTAL DO ATIVO	29.952.137	100%	26.337.032	100%	26.523.851	100%	14%	-1%

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	AV (%) 2020	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.917.690	6%	1.518.270	6%	1.133.763	4%	26%	34%
Empréstimos e financiamentos	116.738	0%	96.316	0%	396.799	1%	21%	-76%
Debêntures	19.214	0%	25.017	0%	70.237	0%	-23%	-64%
Adiantamentos de clientes	139.678	0%	57.757	0%	63.484	0%	142%	-9%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	880.711	3%	613.803	2%	965.927	4%	43%	-36%
Salários e encargos sociais	180.757	1%	198.416	1%	205.583	1%	-9%	-3%
Tributos a recolher	164.962	1%	99.597	0%	126.212	0%	66%	-21%
Tributos parcelados	4.380	0%	4.314	0%	4.180	0%	2%	3%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	445.842	1%	15.096	0%	3.299	0%	2853%	358%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	324.728	1%	67.814	0%	202.809	1%	379%	-67%
Demais contas a pagar	284.398	1%	193.338	1%	163.377	1%	47%	18%
Total do passivo circulante	4.479.098	15%	2.889.738	11%	3.335.670	13%	55%	-13%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	3.847.016	13%	3.003.655	11%	4.562.971	17%	28%	-34%
Debêntures	1.985.394	7%	1.981.250	8%	819.783	3%	0%	142%
Valores a pagar a empresas ligadas	80.042	0%	121.838	0%	134.254	1%	-34%	-9%
Provisão para demandas judiciais	799.601	3%	777.386	3%	635.551	2%	3%	22%
Provisão para recuperação ambiental	230.002	1%	231.591	1%	203.707	1%	-1%	14%
Benefícios pós-emprego	1.471.801	5%	1.574.796	6%	1.034.228	4%	-7%	52%
Demais contas a pagar	221.013	1%	191.094	1%	100.296	0%	16%	91%

Total do passivo não circulante	8.634.869	29%	7.881.610	30%	7.490.790	28%	10%	5%
TOTAL DO PASSIVO	13.113.967	44%	10.771.348	41%	10.826.460	41%	22%	-1%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	44%	13.200.295	50%	13.200.295	50%	0%	0%
Reservas de capital	311.366	1%	307.033	1%	309.391	1%	1%	-1%
Reservas de lucros	1.472.967	5%	943.132	4%	766.942	3%	56%	23%
Ajustes de avaliação patrimonial	-117.162	0%	-407.037	-2%	-10.330	0%	-71%	3840%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	14.867.466	50%	14.043.423	53%	14.266.298	54%	6%	-2%
Participação dos acionistas não controladores	1.970.704	7%	1.522.261	6%	1.431.093	5%	29%	6%
Total do patrimônio líquido	16.838.170	56%	15.565.684	59%	15.697.391	59%	8%	-1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.952.137	100%	26.337.032	100%	26.523.851	100%	14%	-1%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

2020 - 2019 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$2,9 bilhões no ano de 2020, refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda das operações da Companhia.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$434 milhões, deve-se ao aumento das operações de vendas no período.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Demais contas a receber

O saldo de demais contas a receber apresentou um acréscimo de 51% no comparativo entre os períodos, passando de R\$439 milhões em 2019, para R\$664 milhões em 2020. Esta variação ocorreu principalmente devido ao registro de valores a receber de seguradora, referente ao sinistro do gasômetro em Ipatinga de R\$137 milhões.

Intangível

O Intangível consolidado apresentou aumento de 119,9%, o equivalente a R\$871,3 milhões, principalmente devido à reversão de *impairment* de R\$865,0 milhões referente ao direito minerário em função das mudanças de estimativa de preço futuro de minério de ferro e dólar, além dos maiores investimentos em CAPEX no ano de 2020.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2020, a elevação de 39,9% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$561 milhões em relação a 2019, é decorrente, principalmente, das compras de placas para laminação, bem como pelo do aumento de volumes e preços na aquisição de commodities como minério de ferro e zinco.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2020, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$267 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$843,4 milhões refere-se principalmente a desvalorização do real frente ao dólar em 28,9% no ano de 2020. As debêntures no longo prazo se mantiveram praticamente estáveis, apresentando sensível aumento de R\$4,1 milhões no ano de 2020.

Benefícios pós-emprego

O passivo de benefícios pós-emprego reduziu 7%, correspondente a R\$103 milhões, principalmente devido à renegociação da dívida do Plano PB1 junto à Previdência Usiminas.

2019 - 2018 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$228 milhões no ano de 2019, refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda das operações da Companhia.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram um aumento de 10%, correspondente a R\$272 milhões, principalmente devido às movimentações relacionadas ao passivo atuarial.

Demais contas a receber

O saldo de demais contas a receber apresentou um acréscimo de 59% no comparativo entre os períodos, passando de R\$276 milhões em 2018, para R\$439 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente devido ao registro de valores a receber de seguradora, referente ao sinistro do gasômetro em Ipatinga de R\$125 milhões.

Intangível

O Intangível apresentou aumento de 4,5%, o equivalente a R\$31,3 milhões, principalmente devido aos maiores investimentos em CAPEX no ano de 2019 e a reversão de *impairment* de R\$16,7 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2019, a elevação de 34% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$385 milhões em relação a 2018, é decorrente, principalmente, das compras de placas para laminação, bem como pelo do aumento de volumes e preços na aquisição de *comodities* como minério de ferro e zinco.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2019, redução em títulos a pagar - *forfating* de R\$352 milhões, devido à diminuição nas operações realizadas, como parte da gestão de caixa da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,6 bilhões refere-se principalmente ao encerramento da dívida renegociada em 2016, que totalizava R\$4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2018, contra a emissão da nova dívida oriunda da renegociação de 2019, correspondente, basicamente, aos *Bonds* e que totalizava R\$3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019. A aumento das debêntures no longo prazo em R\$1,2 bilhões refere-se ao encerramento da 6ª emissão, que totalizava R\$819,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, contra a nova dívida correspondente a 7ª emissão, que totalizava R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais cresceu 22% no comparativo entre os períodos, passando de R\$636 milhões em 2018, para R\$777 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e cíveis.

Benefícios pós-emprego

O passivo de benefícios pós-emprego aumentou 52%, correspondente a R\$541 milhões, principalmente devido à redução da taxa de desconto, que acompanhou a redução das taxas de juros no mercado brasileiro em 2019. Outra premissa que também influenciou o aumento do passivo de benefícios pós-emprego foi o custo dos juros.

2018 - 2017 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$621 milhões no ano de 2018, refere-se, basicamente, ao efeito líquido do pagamento em 18 de janeiro de 2018 efetuado pela Usiminas Commercial dos *Eurobonds*, que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$339 milhões, deve-se ao aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

Estoques

Aumento no saldo de Estoques em R\$1,1 bilhão em função, principalmente, da elevação de preços de matérias primas, em destaque o carvão e placas adquiridas.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$385 milhões, que representou variação de 106% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável às Empresas Usiminas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram uma redução de 9% principalmente devido à constituição de diferido passivo sobre depreciação fiscal, no valor de R\$356 milhões.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou uma redução de 23% no comparativo entre os períodos, passando de R\$676 milhões em 2017, para R\$524 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à provisão para perda de IR/CSLL (expurgo Plano Verão) e INSS (autônomos) de R\$98 milhões; e levantamento de depósito referente a execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária (INSS) sobre abono único de R\$43 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$399 milhões, que representou variação de 728% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia

Valores a receber Eletrobras

Em 2018, transitou em julgado, com decisão favorável à Companhia, ação judicial que visava receber o valor integral recolhido pela Usiminas junto à Eletrobras a título de empréstimo compulsório. Esse

valor, que foi integralmente reconhecido, totalizou R\$676 milhões. Em 2017, não havia registro referente a esse tema nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 9%, o equivalente a R\$1,2 bilhão, principalmente devido a depreciação do período e a perda por *impairment*. Os investimentos em CAPEX no ano de 2018 foram de R\$463 milhões, compensando em parte a citada redução.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2018, a elevação de 16% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$157 milhões em relação a 2017, é decorrente, principalmente, dos gastos relacionados com a aquisição de coque verde de petróleo junto a Petrobrás Distribuidora.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2018, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$491 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$195 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$310 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019. O aumento do dólar em mais de 17% impactou a parcela da dívida correspondente a esta moeda, compensando em parte a citada redução.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$68 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$56 milhões de longo prazo para curto prazo, relativos ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais reduziu 5% no comparativo entre os períodos, passando de R\$669 milhões em 2017, para R\$636 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e reversões tributárias e cíveis.

Demonstrações do resultado dos anos 2020, 2019 e 2018 e suas variações

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2020	AV (%) 2020	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Receita de bens e	16.088.052	100%	14.948.719	100%	13.736.780	100%	8%	9%
Custo dos Bens e	-	-80%	-	-87%	-	-84%	-2%	13%
Resultado Bruto	3.256.530	20%	1.874.590	13%	2.215.086	16%	74%	-15%
Despesas Receitas	-328.065	-2%	-922.079	-6%	-1.072.815	-8%	-64%	-14%
Despesas com	-398.385	-2%	-288.515	-2%	-337.404	-2%	38%	-14%
Despesas Gerais e	-426.764	-3%	-426.905	-3%	-440.022	-3%	0%	-3%
Outras Receitas	337.325	2%	-387.394	-3%	-555.739	-4%	187%	-30%
Resultado de	159.759	1%	180.735	1%	260.350	2%	-12%	-31%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	2.928.465	18%	952.511	6%	1.142.271	8%	207%	-17%
Resultado Financeiro	-1.082.492	-7%	-509.839	-3%	93.045	1%	112%	-648%
Resultado Antes dos Tributos sobre o	1.845.973	11%	442.672	3%	1.235.316	9%	317%	-64%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-554.230	-3%	-65.981	0%	-406.621	-3%	740%	-84%
Lucro (Prejuízo)	1.291.743	8%	376.691	3%	828.695	6%	243%	-55%

2020 - 2019 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

Em 2020, a receita líquida alcançou R\$16,1 bilhões, elevação de 8% em relação a 2019 (R\$14,9 bilhões), representando a maior receita líquida anual da história da Usiminas, principalmente pela elevação da receita líquida na Unidade de Mineração (+R\$1,9 bilhão vs. 2019).

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia.

Custo dos bens ou serviços vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2020 totalizou R\$12,8 bilhões, uma redução de 2% em relação ao registrado em 2019 (R\$13,1 bilhões).

No ano de 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$13,1 bilhões, elevação de 13,5% quando comparado ao ano de 2018, que foi de R\$11,5 bilhões.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas no ano foram de R\$398 milhões, elevação de 38% em relação ao ano de 2019 (R\$289 milhões), principalmente por maiores provisões para devedores duvidosos na Unidade de Siderurgia e maiores despesas com vendas na Unidade de Mineração.

Em 2019, as despesas com vendas foram de R\$289 milhões, contra R\$337,4 milhões em 2018, uma redução de 14,5%. Esta variação, deve-se principalmente a reversões de provisão para devedores duvidosos registradas em 2019, frente ao registro de provisões para devedores duvidosos em 2018, parcialmente compensados por maiores custos com distribuição associados principalmente ao maior volume de exportação de minério de ferro.

Despesas gerais e administrativas

Em 2020, as Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$427 milhões, em linha com o apresentado no ano anterior (2019: R\$427 milhões).

Em 2019, as despesas gerais e administrativas foram de R\$427,0 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao ano de 2018, que foram de R\$440,0 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Outras despesas e receitas operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$337 milhões, R\$724 milhões superior ao registrado em 2019 (R\$387 milhões negativos), principalmente por: (i) registro de R\$731 milhões positivos na rubrica de *impairment* (2019: R\$16 milhões), e que não têm efeito no EBITDA Ajustado e (ii) vendas de ativos, no valor de R\$174 milhões (2019: R\$6 milhões), sendo parcialmente compensado por maiores despesas com ociosidade, que alcançou R\$333 milhões em 2020, R\$56 milhões superiores a 2019 (R\$277 milhões), principalmente relacionados aos equipamentos temporariamente desligados na Unidade de Siderurgia em decorrência da pandemia da COVID-19. Ainda em 2019, foram reconhecidos R\$117 milhões relacionados a processo transitado em julgado do empréstimo compulsório à Eletrobras na Unidade de Siderurgia, sem efeito similar em 2020. Assim, as Receitas (despesas) operacionais foram de R\$488 milhões negativos em 2020 (2019: R\$1,1 bilhão negativo).

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$387 milhões em 2019 (2018: R\$556 milhões negativas), uma redução de 30,3% principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* registrados em 2019 no montante de R\$16 milhões (2018: R\$473 milhões);
- Redução de R\$87 milhões nas despesas com ociosidade, que totalizaram R\$277 milhões em 2019 (2018: R\$364 milhões), principalmente em função da renegociação do contrato de arrendamento de área de terceiros na Unidade de Mineração e de menor depreciação na Unidade de Siderurgia;
- Menor saldo de provisão para perda de depósitos judiciais em R\$56 milhões. Esta provisão, registrada em 2018, não se repetiu no ano de 2019;
- Melhor resultado na venda de energia elétrica em R\$36 milhões, que foi de R\$48 milhões positivos em 2019 (2018: R\$12 milhões positivos).

Parcialmente compensados por:

- Menor valor de principal de créditos fiscais reconhecido no período em R\$332 milhões, relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide Nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS). Em 2019, tais créditos totalizaram R\$87 milhões (2018: R\$419 milhões);
- Menores créditos reconhecidos associados ao empréstimo compulsório à Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$69 milhões. Em 2019, a Companhia reconheceu R\$117 milhões (2018: R\$186 milhões);
- Maior saldo de provisões para contingências registrado no ano de 2019 em R\$55 milhões. Em 2019, tais provisões totalizaram R\$202 milhões (2018: R\$147 milhões);
- Menores créditos fiscais relacionados a PIS/COFINS de importação em R\$36 milhões. Este montante foi registrado no ano de 2018, e não houve evento desta natureza em 2019.

Assim, as receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$1,1 bilhão em 2019 (2018: R\$1,3 bilhão negativas).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2020, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R\$160 milhões, uma redução de 11,6% em relação a 2019 (R\$181 milhões). Esta redução deve-se, principalmente, ao menor resultado da Unigal e MRS Logística no ano de 2020.

Em 2019, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R\$181 milhões, uma redução de 30,6% em relação a 2018 (R\$260 milhões). Esta redução deve-se, principalmente, ao menor resultado da Unigal no ano de 2019.

Resultado financeiro

Em 2020, o resultado financeiro foi de R\$1,1 bilhão negativo, 112% superior ao registrado no ano anterior de R\$510 milhões negativos, principalmente devido as perdas cambiais de R\$765 milhões em 2020, ante perdas de R\$185 milhões em 2019, afetando a parcela em dólar da dívida da Companhia, devido a variação cambial de 28,9% no período. Além disso, foi registrada menor correção sobre créditos da Eletrobras (R\$6 milhões, contra R\$264 milhões em 2019).

Em 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$510 milhões (2018: R\$93 milhões positivo) em função de:

- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$315 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$70 milhões (2018: R\$385 milhões);
- Menor saldo reconhecido como correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$226 milhões. Em 2019, a Companhia registrou R\$264 milhões relacionados ao tema (2018: R\$490 milhões);

- Maiores despesas com comissões sobre financiamentos em função da operação de emissão de títulos representativos de dívida no exterior e da emissão de debêntures ocorridas no ano em R\$109 milhões. Em 2019 tais despesas totalizaram R\$128 milhões (2018: R\$19 milhões);
- Elevação do saldo de correção sobre provisões para demandas judiciais em R\$67 milhões, totalizando R\$177 milhões no ano de 2019 (2018: R\$110 milhões).

2019 - 2018 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões de toneladas em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$13,1 bilhões, elevação de 13,5% quando comparado ao ano de 2018, que foi de R\$11,5 bilhões.

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

Em 2019, as despesas com vendas foram de R\$289 milhões, contra R\$337,4 milhões em 2018, uma redução de 14,5%. Esta variação, deve-se principalmente a reversões de provisão para devedores duvidosos registradas em 2019, frente ao registro de provisões para devedores duvidosos em 2018, parcialmente compensados por maiores custos com distribuição associados principalmente ao maior volume de exportação de minério de ferro.

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2019, as despesas gerais e administrativas foram de R\$427,0 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao ano de 2018, que foram de R\$440,0 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$387 milhões em 2019 (2018: R\$556 milhões negativas), uma redução de 30,3% principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* registrados em 2019 no montante de R\$16 milhões (2018: R\$473 milhões);
- Redução de R\$87 milhões nas despesas com ociosidade, que totalizaram R\$277 milhões em 2019 (2018: R\$364 milhões), principalmente em função da renegociação do contrato de arrendamento de área de terceiros na Unidade de Mineração e de menor depreciação na Unidade de Siderurgia;
- Menor saldo de provisão para perda de depósitos judiciais em R\$56 milhões. Esta provisão, registrada em 2018, não se repetiu no ano de 2019;
- Melhor resultado na venda de energia elétrica em R\$36 milhões, que foi de R\$48 milhões positivos em 2019 (2018: R\$12 milhões positivos).

Parcialmente compensados por:

- Menor valor de principal de créditos fiscais reconhecido no período em R\$332 milhões, relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide Nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS). Em 2019, tais créditos totalizaram R\$87 milhões (2018: R\$419 milhões);
- Menores créditos reconhecidos associados ao empréstimo compulsório à Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$69 milhões. Em 2019, a Companhia reconheceu R\$117 milhões (2018: R\$186 milhões);
- Maior saldo de provisões para contingências registrado no ano de 2019 em R\$55 milhões. Em 2019, tais provisões totalizaram R\$202 milhões (2018: R\$147 milhões);
- Menores créditos fiscais relacionados a PIS/COFINS de importação em R\$36 milhões. Este montante foi registrado no ano de 2018, e não houve evento desta natureza em 2019.

Assim, as receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$1,1 bilhão em 2019 (2018: R\$1,3 bilhão negativas).

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobras, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado financeiro

Em 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$510 milhões (2018: R\$93 milhões positivo) em função de:

- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$315 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$70 milhões (2018: R\$385 milhões);
- Menor saldo reconhecido como correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$226 milhões. Em 2019, a Companhia registrou R\$264 milhões relacionados ao tema (2018: R\$490 milhões);
- Maiores despesas com comissões sobre financiamentos em função da operação de emissão de títulos representativos de dívida no exterior e da emissão de debêntures ocorridas no ano em R\$109 milhões. Em 2019 tais despesas totalizaram R\$128 milhões (2018: R\$19 milhões);

- Elevação do saldo de correção sobre provisões para demandas judiciais em R\$67 milhões, totalizando R\$177 milhões no ano de 2019 (2018: R\$110 milhões).

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

2018 - 2017 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor

de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;

- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobras, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas totalizou R\$260,4 milhões, contra R\$154,9 milhões no ano de 2017, principalmente em função da maior contribuição da Unigal e da MRS Logística e do menor impacto do resultado negativo da Codeme.

Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

10.2. Os diretores devem comentar sobre

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas

grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.;
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A.;
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

Em 2020, a receita líquida totalizou R\$16,1 bilhões, uma elevação de 8% em relação ao ano de 2019 (R\$14,9 bilhões), representando a maior receita líquida anual da história da Usiminas em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia. A distribuição desta receita foi de 89% no mercado interno e 11% no mercado externo.

Em 2020, a Receita Líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,4 bilhões, 2,7% inferior ao registrado no ano anterior (R\$12,7 bilhões) em função, principalmente, do menor volume de vendas em 9,3% e parcialmente compensado por uma receita líquida/tonelada vendida de R\$3.322,7/t, 7,2% superior ao ano anterior (2019: R\$3.098,5/t), como reflexo de maiores preços praticados em todas as linhas de produtos. O *cash cost* por tonelada em 2020 foi de R\$2.629/t, superior em 10,3% em relação à 2019 (R\$2.384/t). Dentre as principais variações no período, destacam-se os maiores custos com placas adquiridas, principalmente pelo maior preço e maior participação das placas no mix de produção e maior custo com minério de ferro, refletindo o aumento de 16,4% no preço médio internacional e a valorização média do dólar frente ao real de 30,7%, em parte compensado por menores custos com carvão e coque, pelo menor custo médio do carvão utilizado e em função do mix de produção.

Na Unidade Mineração a receita líquida totalizou R\$3,9 bilhões, um aumento de 94,0% em relação a 2019 (R\$2,0 bilhões). Tal elevação ocorreu, principalmente: (i) em função dos maiores preços médios internacionais do minério de ferro, que teve cotação média de US\$108,72/t, ante média de US\$93,43/t em 2019, uma elevação de 16,4%; (ii) maiores volumes de exportação em 27,7%, com maior valor agregado, graças a maior produção da ITM Samambaia e; (iii) desvalorização média de 30,7% do real frente ao dólar no período. No ano de 2020, o *cash cost* de produção total por tonelada foi de R\$69,7/t, um aumento de 8,2% em relação a 2019 (R\$64,5/t). Excluindo-se as despesas com

plantas de beneficiamento temporariamente inativas, o *cash cost* por tonelada foi de R\$67,9/t em 2020 (R\$60,2/t no 2019), um aumento de 12,7% entre os períodos, relacionado principalmente a maiores custos atrelados ao dólar e reajustes nos contratos de serviços atrelados à inflação.

Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida totalizou R\$3,8 bilhões, uma elevação de 3,0% em relação à 2019 (R\$3,3 bilhões), devido aos maiores preços praticados ao longo do ano, apesar de redução de 8,9% nos volumes vendidos, pelo impacto da pandemia da Covid-19, principalmente no 2T20.

Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital totalizou R\$248 milhões, inferior em 39,7% quando comparada a 2019 (R\$412 milhões), refletindo o redirecionamento estratégico da empresa para prestar somente serviços de Montagem/Manutenção para a Usiminas e suas controladas. Cabe ressaltar que a Empresa mantém o compromisso com todos os clientes que possuem projetos em andamento, que serão concluídos e entregues como acordado.

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia. A distribuição desta receita foi de 82% no mercado interno e 18% no mercado externo.

No ano de 2019, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,7 bilhões, em linha com o resultado apresentado em 2018 (R\$12,6 bilhões). Em 2019, o *cash cost* por tonelada foi de R\$2.267/t, uma elevação de 9,9% em relação a 2018 (R\$2.063/t), principalmente devido a: (i) maiores custos com minério de ferro e pelotas, devido ao forte movimento de aumento de preços dessas *commodities* e valorização do dólar frente ao real no período; (ii) maior custo com carvão e coque, principalmente devido à valorização dessa matéria-prima no mercado internacional; parcialmente compensados por: (iii) menor custo com placa adquirida.

Na Unidade Mineração a receita líquida totalizou R\$2,0 bilhões em 2019, uma elevação de 83,3% em relação ao ano de 2018 (R\$1,1 bilhão), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos, além da desvalorização do Real frente ao dólar no período. No ano de 2019, o *cash cost* por tonelada foi de R\$64,5/t, um aumento de 6,0% em relação a 2018 (R\$60,8/t), relacionado principalmente a maiores custos com matéria-prima utilizada nas plantas.

Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida alcançou R\$3,7 bilhões, uma elevação de 15,2% em relação ao ano de 2018 (R\$3,2 bilhões), devido, principalmente, aos maiores volumes e preços de venda.

Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital totalizou R\$412 milhões, uma elevação de 16,8% em relação ao ano de 2018 (R\$353 milhões), refletindo o crescimento nos segmentos de Montagens Industriais e Equipamentos.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério

de ferro ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 83% no mercado interno e 17% no mercado externo.

No ano de 2018, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,6 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2017, uma elevação de 26,0% principalmente em função de melhores preços no mercado interno e externo e de maiores volumes no mercado interno.

Na Unidade de Mineração, totalizou R\$1,1 bilhão, uma elevação de 106,8% em relação à de 2017, que foi de R\$524,8 milhões, principalmente devido ao maior volume de vendas em 76,1%, destacando-se a retomada das exportações, e os melhores preços no mercado internacional. No ano de 2018, o *cash cost* por tonelada foi de R\$60,8/t, contra R\$58,9/t no ano de 2017, uma elevação de 3,2%, principalmente em função de maiores custos de mão-de-obra, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível.

Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi R\$3,2 bilhões, 29,7% superior à de 2017, que foi de R\$2,5 bilhões, devido principalmente ao maior preço médio em aproximadamente 16,8% no período e maiores volumes de venda e serviços.

Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital foi de R\$352,7 milhões, contra R\$287,6 milhões em 2017, uma elevação de 22,6%, em função do crescimento no segmento de Vagões Ferroviários.

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios

	R\$ milhões	Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2020	Receita	12.371	3.858	3.844	248	(4.233)	16.088
		11.112	796	3.842	248	(4.233)	11.765
		1.259	3.062	2	-	-	4.323
2019	Receita	12.719	1.989	3.731	412	(3.902)	14.949
		11.443	607	3.730	412	(3.902)	12.290
		1.276	1.382	1	-	-	2.659
2018	Receita	12.570	1.085	3.238	353	(3.509)	13.737
		10.935	385	3.238	353	(3.509)	11.402
		1.635	700	-	-	-	2.335

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

i. Volumes de vendas

Indicadores	2020	AV (%) 2020	2019	AV (%) 2019	2018	AV (%) 2018	Var. 2020/2019	Var. 2019/2018
Vendas físicas de aço (t)	3.723	100%	4.105	100%	4.198	100%	-9%	-2%
Mercado Interno	3.302	89%	3.681	90%	3.650	87%	-10%	1%

Mercado Externo	421	11%	424	10%	548	13%	-1%	-23%
Vendas de minério (t)	8.683	100%	8.616	100%	6.474	100%	1%	33%
Mercado Interno - Para	606	7%	1.800	21%	759	12%	-66%	137%
Mercado Externo	5.916	68%	4.631	54%	3.274	50%	28%	41%
Mercado Interno -	2.161	25%	2.185	25%	2.441	38%	1%	-10%

Em 2020, o volume total de vendas alcançou 3,7 milhões de toneladas, uma redução de 9% em relação ao ano de 2019, que foi de 4,1 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,3 milhões de toneladas, uma redução de 10% em relação ao ano de 2019, que foi de 3,7 milhões de toneladas. No mercado externo, as vendas totalizaram 421 mil toneladas, estável ao comparar com a venda de 424 mil toneladas em 2019. O volume de vendas foi 89% destinado ao mercado interno e 11% às exportações em 2020. Na Unidade de Mineração, em 2020, o volume de vendas totalizou 8,7 milhões de toneladas, praticamente estável, ao se comparar com o volume de vendas de 8,6 milhões de toneladas em 2019.

Em 2019, o volume total de vendas alcançou 4,1 milhões de toneladas, uma redução de 2,3% em relação ao ano de 2018, que foi de 4,2 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, estável ao comparar com os 3,7 milhões de toneladas em 2018. No mercado externo as vendas totalizaram 424 mil toneladas, uma redução de 22,6% em relação ao ano de 2018, que foi de 548 mil toneladas. O volume de vendas foi 90% destinado ao mercado interno e 10% às exportações em 2019. Na Unidade de Mineração, em 2019, o volume de vendas totalizou 8,6 milhões de toneladas em 2019, contra 6,5 milhões de toneladas em 2018, uma elevação de 33,1% principalmente devido ao maior volume das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

Em 2018, o volume total de vendas alcançou 4,2 milhões de toneladas, uma elevação de 4,3% em relação ao ano de 2017, que foi de 4,0 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, contra 3,4 milhões de toneladas em 2017, um aumento de 6,1%. No mercado externo as vendas totalizaram 549 mil toneladas, uma redução de 6,2% em relação ao ano de 2017, que foi de 585 mil toneladas. O volume de vendas foi 87% destinado ao mercado interno e 13% às exportações em 2018. Na Unidade de Mineração, em 2018, o volume de vendas totalizou 6,5 milhões de toneladas em 2018, contra 3,7 milhões de toneladas em 2017, uma elevação de 76,1% principalmente devido à retomada das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

A seguir, o volume de vendas da Siderurgia em 2020, 2019 e 2018:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2020		2019		2018		Var. 2020/2019	Var. 2019/2018
VENDAS FÍSICAS	3.723	100%	4.105	100%	4.198	100%	-9%	-2%
Chapas Grossas	365	10%	453	11%	467	11%	-19%	-3%
Laminados a	1.195	32%	1.245	30%	1.273	30%	-4%	-2%
Laminados a Frio	1.060	28%	1.236	31%	1.341	32%	-14%	-8%
Galvanizados	1.025	28%	1.107	27%	1.086	26%	-7%	2%
Produtos	0	0%	3	0%	4	0%	-100%	-25%
Placas	78	2%	61	1%	27	1%	28%	126%

Os principais destinos das exportações em 2020 foram:



Vendas

No ano de 2020, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,4 bilhões, queda de 3% com o resultado apresentado em 2019 (R\$12,7 bilhões). Em 2020, as vendas totais atingiram 3,7 milhões de toneladas de aço, uma redução de 9,3% em relação ao ano de 2019 (4,1 milhões de toneladas). No mercado interno, as vendas foram de 3,3 milhões de toneladas em 2020, queda de 10,3% em relação ao ano anterior. As vendas para o mercado externo atingiram 421 mil toneladas, inferiores em 0,8% em relação a 2019 (424 mil toneladas). O volume de vendas foi 89% destinado ao mercado interno e 11% às exportações em 2020. No Segmento Mineração em 2020, a receita líquida totalizou R\$3,9 bilhões, uma elevação de 94% em relação ao ano de 2019 (R\$2,0 bilhões), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos. O volume de vendas totalizou 8,7 milhões de toneladas em 2020, aumento de 0,8% em relação ao ano de 2019 (8,6 milhões de toneladas), representando, mais uma vez, o recorde anual de vendas de minério de ferro, também associada à retomada da Planta Samambaia.

No ano de 2019, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,7 bilhões, em linha com o resultado apresentado em 2018 (R\$12,6 bilhões). As vendas totais atingiram 4,1 milhões de toneladas de aço, uma redução de 2,2% em relação ao ano de 2018 (4,2 milhões de toneladas). No mercado interno, as vendas foram de 3,7 milhões de toneladas em 2019, estáveis em relação ao ano anterior. As vendas para o mercado externo atingiram 424 mil toneladas, inferiores em 22,5% em relação a 2018 (548 mil toneladas). O volume de vendas foi 90% destinado ao mercado interno e 10% às exportações em 2019. No Segmento Mineração em 2019, a receita líquida totalizou R\$2,0 bilhões, uma elevação de 83,3% em relação ao ano de 2018 (R\$1,1 bilhão), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos, além da desvalorização do Real frente ao dólar no período. O volume de vendas totalizou 8,6 milhões de toneladas em 2019, uma elevação de 33,1% em relação ao ano de 2018 (6,5 milhões de toneladas), representando o recorde de vendas de minério de ferro, também associada à retomada da Planta Samambaia.

No ano de 2018, o preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma elevação em relação a 2017. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,8% na comparação com 2017, sendo

uma elevação de 19,4% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 29,7% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2018 foi 17,4% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2017, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$69,5/t em 2016, contra US\$72,3/t em 2017, uma redução 2,6%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

O custo dos produtos vendidos - CPV em 2020 totalizou R\$12,8 bilhões, uma redução de 2% em relação ao registrado em 2019 (R\$13,1 bilhões). O custo dos produtos vendidos - CPV da unidade de Siderurgia foi de R\$11,5 bilhões em 2020, 2,5% inferior em relação ao ano anterior (2019: R\$11,8 bilhões), dado o menor volume de aço vendido no período. Em 2020 o CPV por tonelada foi de R\$3.083/t, um aumento de 7,5% em relação a 2019 (R\$2.868/t), principalmente devido ao maior custo de produção unitário no período. Na Mineração, o custo dos produtos vendidos - CPV totalizou R\$1,5 bilhão em 2020, 29,5% superior ao de 2019 (R\$1,1 bilhão). Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$170,7/t, um aumento de 28,5% em comparação a 2019 (R\$132,8/t), em função do maior volume de vendas para a exportação em 27,7%.

O Custo dos Produtos Vendidos – CPV para a Unidade Siderurgia foi de R\$11,8 bilhões em 2019, uma elevação de 11,0% em relação a 2018 (R\$10,6 bilhões). O CPV por tonelada foi de R\$2.868/t em 2019, um aumento de 13,5% em relação a 2018 (R\$2.526/t), principalmente devido ao aumento dos custos com matérias-primas, destacando-se minério de ferro e carvão. Na Unidade Mineração o custo do produto vendido – CPV totalizou R\$1,1 bilhão em 2019, 52,8% superior ao de 2018 (R\$749 milhões), em função do aumento do volume de vendas no ano. Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$132,6/t, um aumento de 14,9% em comparação a 2018 (R\$115,4/t), em função do aumento das vendas na modalidade CFR (*Cost and Freight*).

O Custo de venda para a Unidade de Siderurgia em 2018 foi de R\$10,6 bilhões em 2018, contra R\$8,5 bilhões em 2017, uma elevação de 24,9%. O CPV por tonelada foi de R\$2.526/t em 2018, um aumento de 19,8% em relação a 2017, que foi de R\$2.109/t, principalmente devido ao aumento dos custos com matérias primas, destacando-se placas adquiridas, carvão e minério de ferro. Na Unidade da Mineração, o custo do produto vendido em 2018 foi de R\$748,8 milhões, contra R\$342,9 milhões em 2017, uma elevação de 118,4%, principalmente relacionado aos maiores volumes de vendas e fretes associados à exportação.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da

variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	397.051	209.017	170.717
Títulos e valores mobiliários	32.120	16.352	9.036
Contas a receber	262.589	142.974	342.424
Adiantamentos a fornecedores	1.364	955	4.407
Ativos em moeda estrangeira	693.124	369.298	526.584
Empréstimos e financiamentos	(3.944.010)	(3.028.744)	(1.272.702)
Fornecedores, empreiteiros e	(618.415)	(369.244)	(361.804)
Adiantamento de clientes	(20.074)	(8.814)	(17.480)
Demais contas a pagar	(2.787)	(1.900)	(23.756)
Passivos em moeda estrangeira	(4.585.286)	(3.408.702)	(1.675.742)
Exposição líquida	(3.892.162)	(3.039.404)	(1.149.158)

A variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou perdas de R\$764,6 milhões em 2020, R\$185,2 milhões em 2019, R\$163,4 milhões em 2018.

Variação da taxa de juros

Durante os anos de 2020, 2019 e 2018, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em real (R\$) e dólar (USD) dos Estados Unidos. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2020	%	2019	%	2018	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	3.963.754	66	3.054.782	60	35.127	1
TJLP	-	-	-	-	336.902	6
Libor	-	-	-	-	1.133.228	19
CDI	-	-	-	-	3.324.139	57
Outras	-	-	45.189	1	130.374	2
Total Empréstimos e	3.963.754	66	3.099.971	61	4.959.770	85
Debêntures						
CDI	2.004.608	34	2.006.267	39	890.020	15
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.968.362	100	5.106.238	100	5.849.790	100

Em 2020, 2019 e 2018, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram o seu resultado negativamente em R\$279 milhões, R\$366 milhões e R\$390 milhões, respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2020	2019	2018
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	38.631	20.256	46.575
Correção monetária dos depósitos judiciais	7.728	8.322	14.922

Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(50.322)	(88.294)	(128.823)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(764.555)	(185.168)	(163.395)

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Administração da Companhia faz a gestão do negócio através de 4 unidades de negócios: Siderurgia, Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nesta composição nos últimos 3 exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos últimos 3 exercícios sociais.

c) Eventos ou operações não usuais

2020

Não houve eventos ou operações não usuais relevantes que impactaram as demonstrações financeiras.

2019

i. Renegociação das dívidas

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2

bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

2018

i. Renegociação das dívidas

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida (“Eurobonds”) originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US\$400 milhões aos detentores destes Eurobonds. Deste montante, cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2020

Em 2020, não entrou em vigor nenhuma nova norma contábil.

2019

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a Norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Norma IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia reconheceu, a partir de 2019, novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito nas Notas 16 e 24. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos

de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado um ativo de direito de uso no montante R\$129.410, um passivo circulante de arrendamento de R\$33.328 e um passivo não circulante de arrendamento de R\$75.942. A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

(i) Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

(ii) Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11 milhões em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, exceto pelas novas normas adotadas descritas no item (a) acima.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não apresentaram ressalvas e ênfases.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de

conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados pelos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de

acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2020 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme comunicado ao mercado divulgado em 5 de dezembro de 2017.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores, no ano de 2020, Vallourec, Bemisa e Vale. Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2020 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$200 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e spot de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2020, correspondente a aproximadamente 1,94

milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2020. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2020, destacam-se Petrobrás Distribuidora, Blackhawk, Contura, Jellinbah (Lake Vermont), Xcoal e Warrior responsáveis por aproximadamente 80% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2020, o montante total estimado aproximado para as compras de carvão mineral somaram R\$752 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$228 milhões.

Em 2020, a Usiminas comprou 6kt de coque metalúrgico colombiano para teste em escala industrial no valor de R\$6,3milhões.

*Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e sem encargos financeiros, cambio R\$5,16 (média 2020).

***valor coque metalúrgico CFR Praia Mole, sem impostos e encargos financeiros, cambio R\$4,88 (média mês do embarque março2020).

Contratos de Fornecimento de Energia

Em 2020 a Usiminas iniciou um novo ciclo de contratos de energia elétrica para a Usina de Ipatinga, marcado pela diversificação dos fornecedores. Os novos contratos de fornecimento de energia possuem diferentes vigências e contra partes, colocando a companhia em um cenário de aproximadamente 90% (em torno de 155 MW médios) para o consumo previsto até 2023. De 2024 até 2026 foram contratados outros 50 MW médios. Os principais fornecedores são Engie, CTG, AES, CEMIG e Statkraft. Os contratos têm take or pay de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia. Para o período de 2017 a 2030, foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão. Esses contratos perfazem cerca de R\$2,1 bilhões para o período de 01/01/2020 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/2019 até 31/05/2020 com a previsão de fornecimento de 250.000 m³/dia de gás natural e desde o encerramento são feitos contratos curtos para cobertura do suprimento. Em 2020 foram gastos R\$93 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra contratos de compra de gás spot para consumos acima do contratado. Em 2020 foram desembolsados R\$295 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão, em São Paulo, e os Terminais Portuários, no Rio de Janeiro, com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado o montante de R\$184,1 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2019 este valor equivale à R\$153,4 milhões, em 31 de dezembro de 2020, devido à antecipações de pagamentos de parceladas, este valor equivale à R\$80,0 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Companhia possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas, sendo os mais significativos os contratos de plantas *on-site*.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em abril de 1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é dezembro de 2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da White Martins Gases e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à White Martins Gases por R\$70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão, atualmente a Usiminas possui apenas um contrato de fornecimento de gases para a produção de aço. O contrato foi assinado em julho/2009 e tem vigência de 23 anos (até junho/2032). O valor contratual estimado para este contrato é de R\$697 milhões.

Até 2018 havia, ainda, um contrato com fornecimento de gases exclusivo para os Altos-Fornos, porém, com a paralisação das áreas primárias este contrato foi encerrado antecipadamente.

Em Cubatão temos um contrato vigente para fornecimento de hidrogênio líquido para a Laminação a Frio com data de vigência até janeiro/2022. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$8,5 milhões. O fornecimento ocorre por meio de carretas.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. A partir de 2021 esse fornecimento foi licitado de forma que a empresa vencedora foi a White Martins Gases para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com

vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$22 milhões considerando todas as empresas do grupo.

iv. Contratos de construção não terminada

MRS

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$47,0 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional anteriormente mencionado (MBL) são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato e de acordo com o volume extraído.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Informações mencionadas anteriormente no item 10.6.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2020 foi de R\$799 milhões frente ao montante de R\$690 milhões em 2019.

Na Usiminas foram concluídos 26 projetos industriais destinados, principalmente, a manutenção da capacidade produtiva, segurança do trabalho e meio ambiente.

Encontra-se em andamento 97 projetos nas áreas industriais. Destes projetos 44% referem a projetos de *sustaining* e 48% a projetos relativos à segurança, meio ambiente e *compliance*.

Os principais projetos concluídos foram:

USINA DE IPATINGA

Otimização da Produção e Redução de Custo

- Aumento da Produtividade e Geração de BFG dos Altos Fornos 1 e 2 (UIP2UP1001). Início de operação: setembro/2020;
- Aciaria 2 - Refino Secundário - Injeção de fios no RH3 (UIP2AR2001). Início de operação: setembro/2020;
- Adequação da rede de BFG para atendimento a CTE1 (UIP2US1001). Início de operação: dezembro/2020.

Sustaining

- Lingotamento Contínuo 1, 2 e 3 - Substituição de Vigas do Galpão da Ala EF (UIP3AL0003). Início de operação: fevereiro/2020.
- PLTCM - Substituição sistema controle/supervisão da Decapagem (UIP3FL2001). Início de operação: fevereiro/2020.
- Substituição da Ponte Rolante F20 - Laminação de Tiras a Quente (UIP3QQ3001). Início de operação: fevereiro/2020.

- Substituição do Sistema de Controle Operacional e de Otimização dos Altos Fornos da Usina de Ipatinga (UIP3RF0003). Início de operação: março/2020.
- Instalação Flare Emergencial (UIP3US1002). Início de operação: maio/2020.
- Adequação do Sistema de BFG da Coqueria 3 (UIP3RC3002). Início de operação: junho/2020.
- Substituição das Máquinas de Oxi-corte e Plasma da área de Off-line da LCG (UIP3QC0001). Início de operação: novembro/2020.

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

- Redução de Riscos Extremos de Equipamentos Conforme NR-12 - Fase 1 (UIP4OO1001). Início de operação: março/2020.
- Redução de Riscos Muito Alto de Equipamentos (Correias Transportadoras) – NR12 – Etapa 2 (UIP4KG0001). Início de operação: abril/2020.
- Adaptação do Controle de Demanda de Energia Elétrica às Resoluções Normativas do ONS e da ANEEL (UIP4UL0004). Início de operação: maio/2020.
- Conversor - Construção de Vestiário (UIP4AV0004). Início de operação: agosto/2020.
- Instalação Detectores Fixos de Gases nas Áreas dos Fornos de Reaquecimento LCG (UIP4QC2002). Início de operação: agosto/2020.
- Sala de Monitoramento Ambiental (UIP4BG0005). Início de operação: outubro/2020.
- Adequação do Sistema de Aspersão do Sistema de Envio (sistema E), Pátios de Minério e Carvão-Canhões (UIP4RS0005). Início de operação: outubro/2020.
- Sinterização 3 - Adequação da Sala Elétrica 1º e 2º piso (UIP4RS3001). Início de operação: novembro/2020.
- Pátio Transportadoras - Cobertura para Plataforma de Preparação de Veículos (UIP4LR0001). Início de operação: dezembro/2020.
- Qualidade – Centralização dos Laboratórios Químicos das Aciarias 1 e 2 - Etapa 1 (UIP4DG0001). Início de operação: dezembro/2020.
- SEG - Identificação de Vazamento de Gases Tóxicos (UIP4KG0003). Início de operação: dezembro/2020.

- Energia - Adequação da Sala Elétrica da Casa de Bombas nº2 (UIP4UA0001). Início de operação: dezembro/2020.

Outros Investimentos

- P&D - Aquisição de Roll Coater Piloto (UIP5PG0002). Início de operação: dezembro/2020;

USINA DE CUBATÃO

Sustaining

- Linha de Inspeção 2 - Atualização Tecnológica dos Sistemas de Automação - FASE 2 (UCB3FE1001). Início de operação: maio/2020.

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

- Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão - 3ª Etapa (UCB4UL0002). Início de operação: dezembro/2020.

Outros Investimentos

- Arquivo Técnico de Cubatão (UCB5EI0001). Início de operação: fevereiro/2020.

Os investimentos previstos para o ano de 2021, conforme o plano de negócios da Companhia foca na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2020 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2020 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a quente, laminados a frio e revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de aços estruturais para a construção civil e fabricação de estruturas offshore.
- Desenvolvimento de aços para os setores de tubos de grande diâmetro, construção naval e de máquinas e equipamentos, juntamente com sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de engenharia de aplicação de aço para conformação a quente.
- Desenvolvimento de aços para atender a requisitos de expansão de furo demandados pelos setores automotivo e de autopeças, juntamente com sua engenharia de aplicação
- Desenvolvimento de engenharia de aplicação de aços produzidos por laminação controlada seguida de resfriamento acelerado para aplicações offshore e torres eólicas.
- Desenvolvimento de aços API expostos a ambiente sour e da engenharia de aplicação desses produtos.
- Desenvolvimento de aços com elevada resistência ao desgaste, juntamente com sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de nova concepção de liga para aços elétricos semiprocessado de alto desempenho para os setores de utilidades domésticas e eletro-eletrônico.
- Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, a Companhia investiu aproximadamente R\$7,37 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida por sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados às necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2020 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a frio

Aço USICORE500: As propriedades magnéticas do aço USICORE500 semiprocessado de grãos não orientados são otimizadas durante o tratamento térmico feito pelos clientes, o que reduz a perda magnética e melhora a permeabilidade. Esse aço apresenta excelente planicidade e homogeneidade dimensional, principalmente na condição de fornecimento de borda aparada, características necessárias para o funcionamento das tiras. Ele é fornecido para aplicações eletromagnéticas em pequenos núcleos de motores industriais, eletrodomésticos, transformadores e compressores herméticos para refrigeração.

Laminados a Quente

Aço RAVUR 400 HR: Aço resistente à abrasão da classe de 400 HV₁₀ de dureza superficial, que oferece simultaneamente resistência ao desgaste abrasivo, excelente capacidade de conformação a frio, boa soldabilidade e tenacidade a baixas temperaturas, sendo uma solução diferenciada quando se requer durabilidade e resistência ao impacto.

Aço USILN 1000 MC: Aço avançado de alta resistência, desenvolvido para atender a aplicações estruturais que exigem limite de escoamento acima de 1000 MPa, boa conformação a frio e tenacidade a baixas temperaturas. Material desenvolvido para atender a aplicações demandadas pelos setores de implementos rodoviários e automotivo linha pesada.

Chapas Grossas

Aço USIRAVUR400: Aço resistente ao desgaste com garantia de dureza no centro da espessura e tenacidade a baixas temperaturas. Desenvolvido para atender demandas de setores da indústria pesada, em aplicações como lâminas de ferramentas de penetração ao solo, barra chata de usinas de açúcar, caçambas de caminhões, peças de mineração e cimenteiras.

10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens

2020

Em 24.03.20, a Justiça homologou acordo celebrado entre a Companhia e a Previdência Usiminas para permitir a extinção do processo judicial ajuizado em 27/06/19 pela Companhia em face da Previdência Usiminas, com o objetivo, entre outros, de obter (a) tutela para eximir a Usiminas de

continuar a promover o pagamento das parcelas mensais do programa de amortização do déficit do Plano de Previdência Complementar PB1 ("Plano PB 1"), nos termos de instrumento particular celebrado pela Companhia e pela Previdência Usiminas em 12/06/01 ("Contrato 2001"); bem como (b) provimento judicial determinando a devolução, pela Previdência Usiminas, do montante pago a maior pela Usiminas, no âmbito do referido instrumento. O Acordo estabeleceu, entre outras obrigações, que os ganhos atuariais do Plano PB1 apurados nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$717 milhões, fossem utilizados da seguinte forma: (i) quitação do saldo remanescente do Contrato 2001, no valor de R\$323 milhões, conforme posição de 30/06/19; e (ii) devolução à Usiminas do valor remanescente de R\$394 milhões. A devolução do montante à Usiminas ocorreu de forma integral em 26.03.20.

2019

Durante o exercício de 2019, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, novas ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

No exercício de 2019, houve o trânsito em julgado de outras ações judiciais favoráveis às Empresas Usiminas, que também questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, para períodos diversos desde novembro de 2001. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2019 créditos tributários no montante de R\$156.561 mil.

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, desta vez relativos à filial de Cubatão, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 25 de novembro de 2019 houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$305.848 mil, que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras.

2018

Durante o exercício de 2018, transitaram em julgado, com êxito para as Empresas Usiminas, ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

Em maio de 2018, houve o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado em 2010 pelas Empresas Usiminas, que pleiteava o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2004 a dezembro de 2014. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2018 créditos tributários no montante de R\$802.955 mil.

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, relativos à filial de Ipatinga, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 19 de dezembro de 2018, houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$676.023 mil que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras.

ANEXO 2 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. Informar o lucro líquido do exercício

	2020	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	672.790	213.265	726.658	233.015

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2020	2019	2018	2017
Dividendos a pagar				
Montante global	159.788	50.650	80.294	55.341
Valor por ação ON	R\$0,119924	R\$0,039500	R\$0,062634	R\$0,043211
Valor por ação PN	R\$0,131916	R\$0,043450	R\$0,068898	R\$0,047532
Juros sobre capital próprio a pagar				
Montante global	-	-	92.287	-
Valor por ação ON	-	-	R\$0,071989	-
Valor por ação PN	-	-	R\$0,079188	-

Para os exercícios apresentados, quando foi apurado lucro líquido, não houve a distribuição antecipada de dividendos e de juros sobre capital próprio declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	2020	2019	2018	2017
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	25%	25%	25%	25%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Informação não aplicável, uma vez que os dividendos integralmente distribuídos nos quatro últimos exercícios sociais referem-se à totalidade dos dividendos obrigatórios apurados na demonstração do resultado de cada exercício. Portanto, não há a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de dividendo a pagar	2020	2019	2018	2017
Valor global	159.788	50.650	80.294	55.341
Valor por ação ON	R\$0,119924	R\$0,039500	R\$0,062634	R\$0,043211
Valor por ação PN	R\$0,131916	R\$0,043450	R\$0,068898	R\$0,047532
Montante global	159.788	50.650	80.294	55.341
Valor bruto de dividendo -	84.881	27.758	44.015	26.353
Valor bruto de dividendo -	74.907	22.892	36.279	28.988

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Forma de pagamento

Os acionistas que mantêm domicílio bancário no Bradesco ou outros bancos, que comunicaram essa condição, possibilitam que os seus créditos sejam lançados automaticamente no primeiro dia do pagamento e recebem o aviso de crédito. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado e não informaram domicílio bancário para recebimento, recebem via correio o formulário AVISO PARA RECEBIMENTO - PROVENTOS DE AÇÕES ESCRITURAIS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou AVISO PARA RECEBIMENTO, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais.

Prazo de pagamento

O prazo de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio é proposto pela Administração da Companhia e submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o Estatuto da

Companhia, o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio prescreve em três anos a contar da data de início do seu respectivo pagamento.

	2020	2019	2018	2017
Data de início do pagamento	31/05/2021	29/05/2020	31/05/2019	30/05/2018

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Informação não aplicável sobre os dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	2020	2019	2018	2017
Data de declaração de pagamento aos	29/04/2021	28/04/2020	23/04/2019	25/04/2018

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Informações não aplicáveis, uma vez que a Companhia não declara dividendos e juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2020	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	672.790	213.265	726.658	233.015
Lucro líquido do exercício / total de ações ON	R\$ 0,9574	R\$0,3035	R\$1,0340	R\$0,3316
Lucro líquido do exercício / total de ações PN	R\$ 1,2747	R\$0,4048	R\$1,3800	R\$0,4435

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2020	2019	2018	2017
-------------	-------------	-------------	-------------

Dividendos a pagar

Valor global	159.788	50.650	80.294	55.341
Valor por ação ON	R\$0,119924	R\$0,039500	R\$0,062634	R\$0,043211
Valor por ação PN	R\$0,131916	R\$0,043450	R\$0,068898	R\$0,047532

Juros sobre capital próprio a pagar

Valor global	-	-	92.287	-
Valor por ação ON	-	-	R\$0,071989	-
Valor por ação PN	-	-	R\$0,079188	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado a reserva legal**

	2020	2019	2018	2017
Constituição da reserva legal (5%)	(33.639)	(10.663)	(36.333)	(11.651)

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

	2020	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	672.790	213.265	726.658	233.015
Constituição da reserva legal (5%)	(33.639)	(10.663)	(36.333)	(11.651)
Base de cálculo dos dividendos	639.151	202.602	690.325	221.364

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Informações não aplicáveis, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos****c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa****d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações**

preferenciais

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A seguir, a transcrição, na íntegra, do Parágrafo 5º:

“Do lucro líquido do exercício, ajustado na forma das alíneas a seguir elencadas, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; i) o acréscimo das seguintes importâncias: - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. O valor assim calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes.”

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Quando é apurado lucro líquido no exercício social, o dividendo mínimo obrigatório é pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Informação não aplicável, uma vez que a Companhia não retém dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

- a. Informar o montante da retenção

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive,

aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado a reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, CAPÍTULO VI, art. 24, parágrafo 3º, as cláusulas estatutárias determinam:

*“O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: **a)** sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 4º, infra; **b)** seu saldo não poderá*

ultrapassar a 95% do capital social; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. “

b. Identificar o montante destinado a reserva

O valor destinado à constituição dessa reserva, no presente exercício social, é de R\$319.575, correspondente a 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia.

c. Descrever como o montante foi calculado

	2020	2019	2018	2017
Destinações do lucro líquido do exercício:				
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	(319.575)	(101.301)	(345.163)	(110.683)
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	(159.788)	(50.651)	(161.126)	(55.341)
	(479.363)	(151.952)	(506.289)	(166.024)
Outras destinações que não transitaram pelo lucro				
Dividendos prescritos	-	-	(43)	-
Plano de opção de ações	(5.038)	(4.129)	(10.343)	(6.708)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo	(11.795)	(11.140)	(11.727)	(17.825)
Juros sobre capital próprio complementares	-	1.694	-	-
	(16.833)	(13.575)	(22.113)	(24.533)
Total destinado à Reserva para Investimentos e	(496.196)	(165.527)	(528.402)	(190.556)

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Será retido o montante de R\$159.788, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2021.

	2020	2019	2018	2017
Montante retido	(159.788)	(50.651)	(161.126)	(55.341)

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2021 (custeado pela retenção dos resultados de 2020)

Em milhares de reais

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Reforma do Alto Forno #3	637.100
--------------------------	---------

Total	637.100
--------------	----------------

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

- a. Informar o montante destinado a reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

ANEXO 3 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

13.Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A elaboração da verba anual de remuneração dos Administradores (Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração) é prática da Usiminas e tem por objetivo fixar o orçamento e previsibilidade de custos destinados aos administradores. A proposta é elaborada abrangendo os seguintes itens: honorários, encargos, remuneração variável, benefícios (diretos/indiretos e de expatriação para os estrangeiros). Também é analisada a prática salarial de mercado, através de pesquisas periódicas realizadas com consultorias renomadas, para coerência e embasamento da proposta. Posteriormente, esta verba é submetida à avaliação do Comitê de Recursos Humanos e aprovação do Conselho de Administração para posteriormente ser levada para apreciação e votação em AGO.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

Para cargos de Diretoria não estatutária os componentes fixos e variáveis são periodicamente revistos no sentido de alinhamento às melhores práticas de mercado vigentes.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para o Conselho de Administração: honorários, conforme verba aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável. Para o Presidente do Conselho de Administração são concedidos planos médico e odontológico, como benefícios.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual (fixa e variável) é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia

possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários, vigente até novembro de 2021, porém, sem outorgas desde 2015. Em 2019 foi lançado o novo programa de remuneração variável de longo prazo, no qual são outorgadas unidades virtuais aos Diretores Estatutários, com base no patrimônio líquido divulgado, dividido pelo número de ações da companhia. A quantidade de unidades virtuais outorgadas para cada Diretor Estatutário é definida conforme regras do programa aprovado no Conselho de Administração em 25 de julho de 2019. Adicionalmente, são concedidos benefícios de automóvel e motorista, planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada, apresentados como benefícios diretos e indiretos (remuneração fixa) nos quadros de remuneração do item 13.2.

Para os cargos de Diretores não estatutários: A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano, acrescida de 13º, férias e adicional de retorno de férias. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia e performance individual, é paga a título de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) Executiva, após comitês de moderação, que avaliam a performance individual de cada Executivo. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Não Estatutários, vigente até novembro de 2021, porém, sem outorgas desde 2015. Em 2019 foi lançado o novo programa de remuneração variável de longo prazo, no qual são outorgadas unidades virtuais aos Diretores Não Estatutários, com base no patrimônio líquido divulgado, dividido pelo número de ações da companhia. A quantidade de unidades virtuais outorgadas para cada Diretor Não Estatutário é definida conforme regras do programa aprovado. Adicionalmente, são concedidos benefícios de planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada.

ii. *A proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima*

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 33,33% referente a remuneração fixa, 33,33% referente remuneração variável de bônus anual e 33,33% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para Diretor Vice-Presidente: 36,92% referente a remuneração fixa, 36,92% referente remuneração variável de bônus anual e 26,15% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2019

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 44,44% referente a remuneração fixa, 44,44% referente remuneração variável de bônus anual e 11,12% referente ao novo programa de remuneração variável de longo prazo.

- Para Diretor Vice-Presidente: 44,44% referente a remuneração fixa, 44,44% referente remuneração variável (target) de bônus anual e 11,12% referente ao novo programa de remuneração variável (target) de longo prazo.

- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2020

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 44,44% referente a remuneração fixa, 44,44% referente remuneração variável de bônus anual e 11,12% referente ao novo programa de remuneração variável de longo prazo.

- Para Diretor Vice-Presidente: 44,44% referente a remuneração fixa, 44,44% referente remuneração variável (target) de bônus anual e 11,12% referente ao novo programa de remuneração variável (target) de longo prazo.

- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração fixa - a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração, Diretores Estatutários e Não Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos Acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários e Não Estatutários) - a metodologia aplicável à remuneração variável de curto prazo tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos Acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no curto e longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, no qual o valor do patrimônio líquido do momento da outorga é comparado a um valor futuro (*vesting* de 3 anos), possuindo uma condição de performance (valor do patrimônio líquido não decrescer em mais de 5% em relação ao momento da outorga) para que haja pagamento. A Companhia possui ainda um Plano de Remuneração baseado em ações, conforme detalhado no item 13.4. A última outorga de opções ocorreu em 2014.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que o equilíbrio da remuneração nos componentes fixos e variáveis atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, alinhando os interesses dos Executivos e Acionistas, reconhecendo os resultados de longo prazo e estimulando a integração e corresponsabilidade pelos resultados e pela perenidade da empresa.

v. *A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato*

Não existem membros não remunerados pelo emissor nas Diretorias Estatutária e Não Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros dos Comitês da Usiminas não recebem remuneração pela participação em tais comitês.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtidos através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado, aspectos conjunturais da economia global e são propostos pela área de Planejamento Estratégico da Companhia. São exemplos de Indicadores quantitativos: EBITDA, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada Diretor ao resultado de sua área para a Companhia. A remuneração variável de longo prazo mede a variação da relação entre o valor do patrimônio líquido e o número de ações da companhia ao longo do tempo, sendo que, quanto mais valorização ocorrer, maior o ganho do Executivo. E a remuneração variável de longo prazo baseada em ações leva em consideração os objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro, seguindo programa desenhado em conjunto com Consultoria de renome internacional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a prática de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos de ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é validada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

A prática de remuneração se encontra alinhada, da seguinte forma:

No curto prazo a remuneração está baseada no monitoramento periódico de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração fixa adequada e alinhada com metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente. E, no longo prazo, a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possuía o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011 e a última outorga de opções ocorreu em 2014. A partir de 2019, a companhia aprovou o Programa de

Remuneração Variável de Longo Prazo, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 25/07/2019, tendo por objetivo o alinhamento de interesses entre Acionistas e Executivos, equilíbrio dos componentes de remuneração fixa e variável, além de estimular a integração e corresponsabilidade pela perenidade da Empresa no Longo Prazo. O programa consiste na outorga de unidades virtuais aos Executivos, baseadas no valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo número de ações que a empresa possui e com uma condição de performance para que ocorra pagamento (redução máxima de 5% do valor da unidade virtual).

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A verba dos administradores é elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Inovação, avaliada pelo Comitê de Recursos Humanos e, posteriormente, submetida para aprovação do Conselho de Administração e AGO, onde é votada.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São utilizados os seguintes critérios para elaboração da proposta de verba anual:

- Quantidade de posições para o Conselho de Administração
- Quantidade de posições para o Conselho Fiscal
- Quantidade de posições para a Diretoria Estatutária.
- Remuneração anual – honorários x 12 meses
- Bônus Target
- Impostos/Encargos
- Benefícios para os elegíveis: carro e motorista, plano médico e odontológico, previdência privada.
- Benefícios de expatriação: conforme política aprovada no Conselho de Administração.
- Remuneração variável de Longo Prazo: valor target + custo de encargos.
- Reserva de emergência.

- Estudos de Mercado são utilizados para comparação das práticas de remuneração, avaliando a competitividade frente a concorrência e embasando a proposta.

Para o Conselho Fiscal, utilizam-se os termos do parágrafo 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, que fixa a remuneração mensal atribuída aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da prática de remuneração do emissor

A remuneração dos administradores é revisada anualmente, com base em elaboração de proposta e pesquisas periódicas de mercado, com consultorias renomadas, para avaliação de práticas salariais.

A proposta é levada para apreciação do Comitê de Recursos Humanos e, posteriormente, ao Conselho de Administração, que examina os itens constantes e submete para aprovação na AGO.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,25	7.434.828,00	1.253.412,66	N/A	3.172.589,37	4.603.800,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	16.464.630,03
Conselho de Administração	8,92	3.389.166,67	20.577,08	N/A	538.166,74	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.947.910,49
Conselho Fiscal	5,08	761.440,91	-	N/A	152.288,14	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	913.729,05
Total	19,25	11.585.435,58	1.273.989,74	N/A	3.863.044,25	4.603.800,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	21.326.269,57

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

*** Corresponde ao bônus pago em 2018, calculado com base no atingimento das metas de 2017

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2018 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 30,3 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2018 e de 2019.

Exercício social encerrado em 31/12/2019

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,00	8.467.212,00	2.412.480,51	N/A	2.687.062,69	2.849.788,40	N/A	N/A	N/A	2.066.276,85	N/A	N/A	N/A	18.482.820,45
Conselho de Administração	8,08	3.025.000,00	23.228,20	N/A	444.999,92	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.493.228,12
Conselho Fiscal	5,00	705.601,20	-	N/A	141.120,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	846.721,20
Total	19,08	12.197.813,20	2.435.708,71	N/A	3.273.182,61	2.849.788,40	N/A	N/A	N/A	2.066.276,85	N/A	N/A	-	22.822.769,77

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia e provisão de valor correspondente ao novo programa de Incentivo de Longo Prazo lançado em 2019.

*** Corresponde ao bônus efetivamente reconhecido no exercício de 2019.

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2019 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 31,2 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2019 e de 2020.

Exercício social encerrado em 31/12/2020

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,67	7.831.650,60	2.319.823,76	N/A	2.300.980,22	5.100.777,68	N/A	N/A	N/A	3.376.367,09	N/A	N/A	N/A	20.929.599,35
Conselho de Administração	7,92	3.003.333,34	17.792,16	N/A	420.166,66	-	N/A	N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	3.441.292,16
Conselho Fiscal	4,33	611.521,04	-	N/A	122.304,00	-	N/A	N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	733.825,04
Total	17,92	11.446.504,98	2.337.615,92	N/A	2.843.450,88	5.100.777,68	N/A	N/A	N/A	3.376.367,09	N/A	N/A	N/A	25.104.716,55

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia e provisão de valor correspondente ao novo programa de Incentivo de Longo Prazo lançado em 2019.

*** Corresponde ao bônus efetivamente reconhecido no exercício de 2020.

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2020 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 32,4 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2020 e de 2021.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2021

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,00	8.610.084,00	3.525.205,55	N/A	2.410.823,52	8.610.084,00	N/A	N/A	N/A	5.443.567,51	N/A	N/A	N/A	28.599.764,59
Conselho de Administração	8,00	3.252.000,00	27.000,00	N/A	650.400,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.929.400,00
Conselho Fiscal	5,00	717.507,00	-	N/A	143.501,40	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	861.008,40
Total	19,00	12.579.591,00	3.552.205,56	N/A	3.204.724,92	8.610.084,00	N/A	N/A	N/A	5.443.567,51	N/A	N/A	-	33.390.172,99

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia e provisão de valor correspondente ao novo programa de Incentivo de Longo Prazo lançado em 2019.

*** Corresponde ao bônus, calculado com base no atingimento do *target*.

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde Outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Será levado para aprovação na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2021 a proposta de remuneração máxima total da Administração de R\$34.465.745,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais), para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2021 e de 2022.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2018	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	5,25	8,92	5,08
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 10.958.670,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 4.603.800,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável - Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(***) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2018, calculado conforme a avaliação de desempenho do ano de 2017

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2019	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	6,00	8,08	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 12.700.818	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	R\$ 8.467.212	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 2.849.788	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do cumprimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2020	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	5,67	7,92	4,33
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano	R\$ 12.700.818	N/A	N/A

de remuneração			
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	R\$ 8.467.212	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 5.100.778	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do cumprimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2021

Exercício social a encerrar em 31/12/2021	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (*)	6,00	8,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 12.915.126	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas (***)	R\$ 8.610.084	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável

(***) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da do cumprimento / superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Neste mesmo ano, na primeira elegibilidade do Programa foram contemplados os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social de 2020, continuaram em operação as regras do Plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do Plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o Plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o Plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O Plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e, principalmente, o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do Plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores e os objetivos da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais importantes para o negócio.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazos

O Plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço predeterminado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazos.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 6 programas a serem realizados de 2011 a 2016.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de Administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 - 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 - 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2014 - 1.197.493 opções, representando 0,118% do total de ações de emissão da Companhia.

Nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 não houve outorga de Opções.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício ("Preço de Exercício"), nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na Brasil Bolsa Balcão (B3) no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da Opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

l) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá alterar, suspender ou cancelar o plano ou qualquer parte dele à qualquer tempo, desde que em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. A suspensão, alteração ou extinção do Plano também se dá diante da cessação de vínculo entre o elegível ao programa de remuneração baseada em ações e a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item a seguir.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(a) Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou

destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos programas de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a Opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020:

Programa 2018: Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Programa 2019: Não houve outorga de opções no ano de 2019.

Programa 2020: Não houve outorga de opções no ano de 2020.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
Exercício social encerrado em 2018			
a Das opções em aberto no início do exercício Outorga Programa 2018	1.511.007	189.953	1.700.960
b Das opções perdidas durante o exercício social	(407.712)	-	(407.712)
c Das opções exercidas durante o exercício social	(187.043)	(26.502)	(213.545)
d Das opções expiradas durante o exercício	(152.113)	(31.494)	(183.607)
Das opções em aberto no fim do exercício	764.139	131.957	896.096
Exercício social encerrado em 2019			
a Das opções em aberto no início do exercício Outorga Programa 2019	764.139	131.957	896.096
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício	(177.701)	(46.112)	(223.813)
Das opções em aberto no fim do exercício	586.438	85.845	672.283
Exercício social encerrado em 2020			
a Das opções em aberto no início do exercício Outorga Programa 2020	586.438	85.845	672.283
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	(298.098)	(39.071)	(337.169)
d Das opções expiradas durante o exercício	-	(46.774)	(46.774)
Das opções em aberto no fim do exercício			
Das opções em aberto exercíveis	288.340	-	288.340
Das opções em aberto não exercíveis	-	-	-

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
e Valor justo das opções na data de cada outorga			
Programa 2013	Tranche 1: R\$ 5,87 Tranche 2: R\$ 6,30 Tranche 3: R\$ 6,58	Tranche 1: R\$ 5,87 Tranche 2: R\$ 6,30 Tranche 3: R\$ 6,58	Tranche 1: R\$ 5,87 Tranche 2: R\$ 6,30 Tranche 3: R\$ 6,58
Programa 2014	Tranche 1: R\$ 2,66 Tranche 2: R\$ 2,85 Tranche 3: R\$ 3,02	Tranche 1: R\$ 2,66 Tranche 2: R\$ 2,85 Tranche 3: R\$ 3,02	Tranche 1: R\$ 2,66 Tranche 2: R\$ 2,85 Tranche 3: R\$ 3,02
f Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,0419%	0,0069%	0,0487%

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

De acordo com as normas contábeis que orientam sobre o registro de Stock Options, desde outubro de 2017 as despesas não são mais apropriadas ao resultado da Companhia.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
Das opções em aberto exercíveis	288.340	-	288.340

Programa 2018: Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Programa 2019: Não houve outorga de opções no ano de 2019.

Programa 2020: Não houve outorga de opções no ano de 2020.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

a. órgão	b. número de membros	c. número de membros remunerados	d. em relação às opções exercidas, informar:			e. em relação às ações entregues informar:		
			i. número de ações	ii. preço médio ponderado de exercício	iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	i. número de ações	ii. preço médio ponderado de aquisição	i. número de ações
Diretoria Estatutária	5.67	5.67	-	-	-	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	7.92	7.92	-	-	-	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	4.33	4.33	-	-	-	N/A	N/A	N/A

No ano 2019 não foram exercidas opções de compra de ações. Para o ano de 2018, foram exercidas 26.502 opções por membro do conselho de administração e 187.043 por membros da diretoria estatutária, totalizando 213.545 opções. Para o ano de 2020, foram exercidas 39.071 opções por membro do conselho de administração e 298.098 por membros da diretoria

estatutária, totalizando 336.169 opções. As respectivas ações entregues representam a mesma quantidade de opções exercidas.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Programa 2018: Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Programa 2019: Não houve outorga de opções no ano de 2019.

Programa 2020: Não houve outorga de opções no ano de 2020.

a) modelo de precificação

Metodologia Black-Scholes.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

No modelo do Plano de stock options da Companhia não existe exercício antecipado das opções, o *vesting* é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º ano da data da outorga de cada programa.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade foi considerado o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A mensuração do valor justo é determinada por meio de fórmula que contempla os seguintes parâmetros: Preço da ação na data da outorga, ajustado para recebimento de dividendos, Preço de exercício da opção, Vigência esperada da opção, Taxa de juros livre de risco ajustada para a vigência esperada da opção, Volatilidade histórica da ação e Dividendos (yield).

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2020

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	0	0	0
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	76.035	53.789	0

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

- As opções outorgadas e não exercidas não compõem a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia detidos por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselhos de Administração e Fiscal são remunerados.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Número de membros	7,92	5,67	
Número de membros remunerados	0	2	1
Nome do plano	N/A	USIPREV	COSIPREV

Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ -	R\$ 1.444.754,23	R\$ 758.083,19
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores (*)	R\$ -	R\$ 320.607,42	R\$ 61.480,14
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições (**)	N/A	Nenhum dos Administradores	

(*) Foram consideradas somente as contribuições mensais para os benefícios programados, que foram pagas no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2020, pela reversão mensal dos recursos existentes no Fundo de Reserva. As contribuições mensais para benefícios de risco, despesas administrativas e serviço passado não foram consideradas neste levantamento, por se tratarem de contas coletivas.

(**) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

	Valores em reais								
	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número de membros	5,67	6,00	5,25	7,92	8,08	8,92	4,33	5,00	5,08
Valor da maior remuneração (reais)	4.862.435,28	4.931.845,64	3.538.135,81	1.097.792,16	1.096.521,00	855.669,72	169.344,24	169.344,24	179.867,92
Valor da menor remuneração (reais)	1.998.710,77	1.902.584,15	1.764.898,67	300.000,00	300.000,00	300.000,00	169.344,24	169.344,24	179.867,92
Valor médio da remuneração (reais)	3.691.287,36	3.080.470,08	3.136.120,01	434.506,59	432.330,21	442.590,86	169.474,61	169.344,24	179.867,92

Observações:

(a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

(c) O valor da maior remuneração anual individual é relativo a um membro que exerceu suas funções na Companhia por 12 meses em 2020.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

No contrato de um membro da Diretoria Executiva há uma cláusula de não-concorrência que veda a possibilidade de desempenho de funções na indústria de produção de aços planos do Brasil, pelo período de 12 meses, após término das suas funções na Companhia. Em função desta vedação, a Companhia se comprometeu ao pagamento de valor compensatório equivalente a 3 vezes o valor dos honorários mensais por ano de permanência no cargo.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social encerrado (2020)	Exercício social encerrado (2019)	Exercício social encerrado (2018)
Conselho de Administração	48%	51%	54%
Conselho Fiscal	74%	71%	60%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Órgão	Exercício Social encerrado (2020)	Exercício Social encerrado (2019)	Exercício Social encerrado (2018)
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Valores em reais

Órgão	Exercício Social Encerrado (2020)	Exercício Social encerrado (2019)	Exercício Social encerrado (2018)
Conselho de Administração	28.624.108	31.539.125	28.651.851
Conselho Fiscal	927.465	909.602	829.582
Diretoria	-	-	2.463.386

-Valores de 2020 convertidos para reais, com a taxa do dólar e do iene de 26/03/2021.

-Valores de 2019 convertidos para reais, com a taxa do dólar e do iene de 22/05/2020.

-Valores de 2018 convertidos para reais, com a taxa do dólar de 24/05/2019 e com a taxa do iene de 23/05/2019.

.

-Não tiveram valores pagos por controladas ou sociedades sob controle comum.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Não aplicável.

ANEXO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal

1 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos:

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. data de nascimento	24/05/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	3 mandatos como membro titular
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Setor de atividade: Siderurgia

	<p>b) Kepler Weber S.A.</p> <p>Setor de atividade: Agronegócio</p> <p>c) Jereissati Participações S.A.</p> <p>Setor de atividade: Shopping Centers</p>
• cargo	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas</p> <p>Abr/2015 à Abr/2016</p> <p>Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal</p> <p>Abr/2016 à Out/2016</p> <p>Cargo: Membro efetivo do Conselho Fiscal</p> <p>Out/2016 à Abr/2018</p> <p>Cargo: Membro titular do Conselho de Administração</p> <p>Abr/2018 à Abr/2020</p> <p>Cargo: Membro efetivo do Conselho Fiscal</p> <p>b) Kepler Weber S.A</p> <p>Abr/2019 à Abr/2020</p> <p>Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal</p> <p>c) Jereissati Participações S.A</p> <p>Abr/2020 à Abr/2021</p> <p>Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	<p>a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas</p> <p>Trata-se do próprio emissor</p> <p>b) Kepler Weber S.A.</p> <p>Não integra o grupo econômico e nem é controlada pelo emissor.</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou	Não há

organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Sérgio Carvalho Campos
b. data de nascimento	05/03/1960
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	392.964.316-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos

m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor de atividade: Entidade Fechada de Previdência Complementar
• cargo	Diretor Financeiro
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. data de nascimento	09/03/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	8 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Demarest e Almeida – Prestação de Serviços b) Cravath, Swaine & Moore
• cargo	a) Sócio b) Foreign Associate
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos	Membro da International Bar Association, do

de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Advisory Board do "Working Group on Legal Opinions" da American Bar Association; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membros Suplentes

a. nome	Samuel Tadayuki Kaji
b. data de nascimento	08/09/1974
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	032.919.556-50
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	N/A
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não

emissor para determinar a independência	
l. número de mandatos consecutivos	1 mandato como membro suplente do Conselho Fiscal
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	<p>a) Nippon Steel América do Sul Ltda. Setor de Atividade: Siderurgia</p> <p>b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Setor de atividade: Siderurgia</p>
• cargo	<p>a) Maio de 2008 até a presente data Cargo: Gerente Administrativo, Financeiro e Jurídico</p> <p>b) Abril de 2018 até Maio de 2020 Cargo: Membro Efetivo do Comitê de Auditoria</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	<p>a) Nippon Steel América do Sul Ltda. Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.</p> <p>b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Trata-se do próprio emissor</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação	Não há condenação criminal.

criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Lucio de Lima Pires
b. data de nascimento	19/03/1971
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 mandato como titular e 2 mandatos como suplente
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---

• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Gerente de Controladoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	João Paulo Bueno Minetto
b. data de nascimento	23/08/1982
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	298.700.968-24

e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	29/04/2021 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Demarest Advogados
• cargo	Sócio
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os	---

últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

Nos termos do Item 10.2.12, letra d, do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020, informamos que nenhum dos presentes candidatos, indicados aos cargos de membro do Conselho Fiscal pelo Acionistas Controladores, declarou ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definição prevista no artigo 3º-B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, e alterações decorrentes da Instrução CVM nº 463, de 08 de janeiro de 2008.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse do membro	% de participação do membro
Paulo Frank Coelho da Rocha	4	100%
Wanderley Rezende de Souza	4	100%
Sérgio Carvalho Campos	4	100%
Fabricio Santos Debortoli	4	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de

tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois nenhum dos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal atuou como membro de comitês da Companhia.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho fiscal e administradores da Companhia.

b) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho fiscal e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho fiscal e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho fiscal e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

(i) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Lucio de Lima Pires ocupa o cargo de Gerente de Controladoria da Previdência Usiminas.

(ii) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Sérgio Carvalho Campos ocupa o cargo de Diretor Financeiro da Previdência Usiminas.

(iii) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Samuel Tadayuki Kaji ocupa cargo de Gerente Administrativo, Financeiro e Jurídico da Nippon Steel América do Sul LTDA.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.